

16 de setembro de 2025

Somente em inglês

Conselho de Direitos Humanos

Sexagésima sessão

Análise jurídica da conduta de Israel em Gaza, de acordo com a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio

Documento da sala de conferências da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental e Israel

Índice

I. Introdução	3
II. Quadro jurídico	4
III. Atos subjacentes de genocídio.....	7
A. Matar membros do grupo	7
i. Quadro jurídico	7
ii. Resumo das conclusões factuais	7
iii. Análise e conclusão.....	15
B. Causar danos físicos ou mentais graves aos membros do grupo	16
i. Quadro jurídico	16
ii. Resumo das conclusões factuais	17
a. <i>Danos graves sofridos em consequência da destruição ambiental</i>	17
b. <i>Danos graves sofridos em consequência de ataques contra civis e estruturas civis</i>	18
c. <i>Danos graves sofridos durante e como resultado do processo de evacuação e expansão da zona tampão</i>	19
d. <i>Danos graves causados por maus-tratos severos</i>	20
e. <i>Danos graves causados por violência sexual e de gênero</i>	21
iii. Análise e conclusão.....	23
C. Impor deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar a sua destruição física, no todo ou em parte	26
i. Quadro jurídico	26
ii. Resumo das conclusões factuais	27
a. <i>Destrução de estruturas e terras essenciais para os palestinos</i>	27
b. <i>Destrução e negação de acesso a instalações e unidades médicas</i>	29
c. <i>Deslocamento forçado e seu impacto</i>	34
d. <i>Impedir a entrada de ajuda humanitária, eletricidade, água e combustível em Gaza</i>	35
e. <i>Violência reprodutiva e impactos na saúde e na alimentação das mulheres</i>	41
f. <i>Impactos da redução dos cuidados de saúde e da alimentação nas crianças</i>	42
iii. Análise e conclusão.....	44
D. Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo.....	47
i. Quadro jurídico	47
ii. Resumo das conclusões factuais	47
iii. Análise e conclusão.....	48
4. <i>Dolus specialis</i> de genocídio.....	48
A. Quadro jurídico.....	48
B. Avaliação das constatações factuais	51
i. Declarações de atores estatais israelenses	51
ii. Padrão de conduta	54
a. <i>Matar e causar danos físicos ou mentais</i>	55
b. <i>Destrução de estruturas e instalações culturais, religiosas e educacionais</i>	56
c. <i>Cerco, fome e bloqueio da ajuda humanitária</i>	57
d. <i>Segmentação do sistema de saúde</i>	61
e. <i>Violência sexual e de gênero</i>	62
f. <i>Segmentação direta de crianças</i>	63
C. Conclusão	64
V. Incitação direta e pública à prática de genocídio.....	64
VI. Consequências jurídicas para os Estados e suas obrigações.....	67
A. Estado de Israel	67
B. Terceiros Estados.....	69
VII. Conclusões	71
VIII. Recomendações	71

I. Introdução

1. A Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a ocupação O território palestino, incluindo Jerusalém Oriental e Israel ("a Comissão") foi estabelecido em 27 de maio de 2021 pelo Conselho de Direitos Humanos para, *entre outros*, investigar no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e em Israel todas as supostas violações do direito internacional humanitário e todas as supostas violações e abusos do direito internacional dos direitos humanos que ocorreram até e desde 13 de abril de 2021, e estabelecer os fatos e as circunstâncias que podem constituir tais violações e abusos e os crimes perpetrados.
2. A Comissão vem coletando e analisando provas relacionadas a supostas violações cometidas por todas as partes no conflito. A Comissão publicou três relatórios obrigatórios.¹ e três documentos de sala de conferência² detalhando violações do direito internacional dos direitos humanos, do direito internacional humanitário e crimes internacionais cometidos por todas as partes desde 7 de outubro de 2023.³ As conclusões jurídicas da Comissão neste relatório baseiam-se principalmente nas conclusões factuais contidas nos relatórios que publicou desde 7 de outubro de 2023 e nas conclusões do seu relatório obrigatório que será apresentado à Assembleia Geral em outubro de 2025.⁴ A Comissão baseou-se em suas próprias investigações, mas é evidente que suas conclusões não são os únicos fatos e eventos relevantes para uma análise de genocídio. Os incidentes incluídos neste relatório não são exaustivos em relação aos incidentes relevantes para uma análise de genocídio.
3. Em seus relatórios anteriores ao Conselho de Direitos Humanos e à Assembleia Geral, a Comissão concluiu que as forças de segurança israelenses cometem crimes contra a humanidade e crimes de guerra em Gaza, incluindo extermínio, tortura, estupro, violência sexual e outros atos desumanos, tratamento desumano, transferência forçada, perseguição com base no gênero e fome como método de guerra. Além disso, a Comissão concluiu que as autoridades israelenses (i) destruíram em parte a capacidade reprodutiva dos palestinos em Gaza como um grupo, inclusive impondo medidas destinadas a impedir nascimentos; e (ii) impuseram deliberadamente condições de vida calculadas para causar a destruição física dos palestinos como um grupo, ambos os quais são atos subjacentes de genocídio no Estatuto de Roma e na Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio ("Convenção sobre Genocídio").

¹ A/HRC/RES/5-30/1.

² A/HRC/56/26; A/79/232; A/HRC/59/26.

³ "Resultados detalhados sobre os ataques realizados em e após 7 de outubro de 2023 em Israel" (A/HRC/56.CRP.3), disponível em <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/sessionsregular/session56/a-hrc-56-crp-3.pdf>; "Resultados detalhados sobre as operações militares e ataques realizados no Território Palestino Ocupado de 7 de outubro a 31 de dezembro de 2023" (A/HRC/56/CRP.4), disponível em <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/sessionsregular/session56/a-hrc-56-crp-4.pdf>; "Mais do que um ser humano pode suportar": o uso sistemático de violência sexual, reprodutiva e outras formas de violência de gênero por Israel desde 7 de outubro de 2023" (A/HRC/58.CRP.6), disponível em <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/sessionsregular/session58/a-hrc-58-crp-6.pdf>.

⁴ Além disso, a Comissão publicou dois documentos de posição relativos às consequências jurídicas decorrentes das políticas e práticas de Israel no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental: "Consequências jurídicas decorrentes das políticas e práticas de Israel no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental; Pedido de parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça", disponível em Inglês: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/coiop/202309-ICJposition-paper.pdf>; e "Análise jurídica e recomendações sobre a implementação do Tribunal Internacional de Justiça, Opinião Consultiva, Consequências jurídicas decorrentes das políticas e práticas de Israel no Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental", disponível em https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/coiop/2024-10-18-COIposition-paper_co-israel.pdf.

⁵ A/80/337.

4. Tendo concluído que as forças de segurança israelitas cometaram crimes contra humanidade, crimes de guerra e *aato reus*Após dois atos subjacentes de genocídio em Gaza, a Comissão agora aborda a questão do genocídio. A Comissão analisa a conduta das forças de segurança israelenses em Gaza a partir de outubro de 2023., excluindo outros aspectos geográficos e temporais, e a responsabilidade estatal sob o direito internacional, nos termos da Convenção sobre o Genocídio. A Comissão se refere às suas conclusões factuais relevantes em relação às operações militares israelenses em Gaza e examina se tais conclusões preenchem os requisitos para estabelecer *aato reuse homens reade* genocídio e, se for o caso, as consequências legais para Israel e outros Estados sob a Convenção do Genocídio.

5. Conforme mencionado acima, este relatório examina apenas as violações cometidas em Gaza desde outubro de 2023, no âmbito da responsabilidade estatal por genocídio. Isso não exclui a possibilidade de análise futura pela Comissão, sob o mesmo arcabouço jurídico de genocídio, das violações cometidas contra o povo palestino em qualquer outro período ou em qualquer área geográfica sob o mandato da Comissão, incluindo, entre outros, a Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental. Também não exclui a possibilidade de análise futura pela Comissão, sob o mesmo arcabouço jurídico de genocídio, das violações cometidas em 7 e 8 de outubro de 2023 no sul de Israel contra israelenses.

6. A Comissão toma nota dos atuais processos movidos pela África do Sul contra Israel no Tribunal Internacional de Justiça, ao abrigo da Convenção sobre o Genocídio, pelas ações de Israel em Gaza desde outubro de 2023. A Comissão está ciente da gravidade desses processos e de que o Tribunal Internacional de Justiça tomará uma decisão final no futuro sobre a responsabilidade de Israel ao abrigo da Convenção sobre o Genocídio. A Comissão, como órgão investigativo independente das Nações Unidas com o mandato de investigar crimes internacionais, considera importante que também faça uma avaliação da responsabilidade de Israel ao abrigo da Convenção sobre o Genocídio e apresente as suas recomendações em relação a Israel e a terceiros Estados, em conformidade com as disposições da Convenção sobre o Genocídio. Este relatório não examina a responsabilidade penal individual ao abrigo do Estatuto de Roma.

7. A Comissão aplica a mesma metodologia e padrão de prova adotados anteriormente para suas investigações, ou seja, “motivos razoáveis para concluir”, na avaliação das constatações e conclusões factuais.⁶Este relatório é limitado em escopo temporal (de 7 de outubro de 2023 a 31 de julho de 2025) e escopo geográfico (Faixa de Gaza).

II. Quadro jurídico

8. A proibição do genocídio é uma norma peremptória do direito internacional (*jus cogens*), uma obrigação jurídica internacional aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo e da qual nenhuma derrogação é permitida. Os princípios subjacentes à Convenção sobre o Genocídio são reconhecidos por todas as nações como vinculativos para todos os Estados, mesmo sem quaisquer obrigações decorrentes de tratados.⁷No *Tração Barcelona caso*, o Tribunal Internacional de Justiça reconheceu *a erga omnes*obrigação de prevenir e punir o genocídio, ou seja, todos os Estados têm a obrigação de prevenir e punir o genocídio onde e quando ele ocorrer ou puder ocorrer.⁸

9. O dever de prevenir o genocídio obriga os Estados a tomarem todas as medidas necessárias para tentar evitar ou impedir a prática de genocídio. Tal dever cristaliza-se “no instante

⁶ https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-01/TORs-UN-Independent_ICI_Occupied_Palestinian_Territories.pdf.

⁷ CIJ, *Reservas à Convenção sobre Genocídio, Parecer Consultivo, Relatórios do CIJ 1951*, p. 15,28 de maio de 1951, p. 23; ICTR, *Promotor v. Georges Rutaganda*,ICTR-97-20-T, Sentença, 6 de dezembro de 1999, parágrafo 46.

⁸ CIJ, *Barcelona Traction, Light and Power Company, Limited, Julgamento, Relatórios do CIJ 1970*,p. 3, 5 de fevereiro de 1970, parágrafos 33-34.

que o Estado toma conhecimento, ou normalmente deveria ter tomado conhecimento, da existência de um risco grave de que seja cometido um genocídio”.⁹ Portanto, tal dever surge quando um Estado é notificado de informações que sugerem o risco de prática de atos genocidas e tem capacidade e meios para impedir que tais atos ocorram.¹⁰

10. A prática de genocídio pode desencadear responsabilidade estatal quando um ato cometido por um agente pode ser atribuído ao Estado.¹¹ Portanto, para estabelecer a responsabilidade do Estado pelo genocídio, tal crime deve ter sido cometido com a intenção específica necessária antes que possa ser atribuído ao Estado.¹² Não é necessário que o Estado compartilhe a intenção específica, desde que tenha pleno conhecimento dos fatos relevantes.¹³ O Tribunal Internacional de Justiça declarou que “não pode haver uma conclusão de cumplicidade contra um Estado a menos que pelo menos os seus órgãos estivessem cientes de que um genocídio estava prestes a ser cometido ou estava em curso”.¹⁴

11. O dever de punir a prática de genocídio surge quando atos genocidas são cometidos. Tal dever exige que o Estado investigue efetivamente e puna devidamente os atos que possam configurar genocídio, sempre que estiverem em condições de fazê-lo, levando em consideração os meios e a capacidade do Estado.¹⁵

12. Genocídio é definido precisamente nos mesmos termos pela Convenção sobre Genocídio e pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. É um crime internacional que incorre em responsabilidade criminal individual. Seu status criminal é reconhecido no direito internacional consuetudinário e vincula todos os Estados, sejam ou não partes da Convenção sobre Genocídio ou do Estatuto de Roma. O Estatuto de Roma, que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional, confere a esse Tribunal jurisdição para processar e punir indivíduos pelo crime de genocídio, se cometido no território de um Estado Parte, independentemente da nacionalidade do autor, ou por um nacional de um Estado Parte, onde quer que tenha sido cometido. Além disso, o crime também está sujeito à jurisdição universal e os autores podem ser julgados e punidos em qualquer Estado. Paralelamente, quando funcionários do Estado cometem ou deixam de impedir a prática de genocídio, o Estado pode ser responsabilizado pelo crime se o padrão de atribuição for cumprido.

13. O crime de genocídio abrange atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal. Não abrange atos de destruição de qualquer grupo, mas apenas aqueles definidos como tal por nacionalidade, raça,

⁹ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do TPI 2007, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, par. 431.

¹⁰ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do TPI 2007, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, parágrafos 438, 461-462

¹¹ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do TPI 2007, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, parágrafos 163, 166-167, 172-178; CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Croácia v. Sérvia)*, Acórdão, Relatórios do CIJ 2015, p.3,3 de fevereiro de 2015, parágrafo 32.

¹² CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do TPI 2007, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, parágrafos 373 e 376.

¹³ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do TPI 2007, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, par. 432.

¹⁴ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do TPI 2007, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, par. 432.

¹⁵ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do TPI 2007, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, 430.

etnia ou religião. O Tribunal Internacional de Justiça reconheceu o povo palestino como tal grupo.¹⁶

14. De acordo com a Convenção sobre Genocídio e o Estatuto de Roma, o genocídio é cometido quando uma ou mais das cinco categorias de atos subjacentes a seguir são cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal:

- a. Matar membros do grupo;
- b. Causar danos físicos ou mentais graves aos membros do grupo;
- c. Submeter deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar a sua destruição física, total ou parcial;
- d. Impor medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo;
- e. Transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.¹⁷

15. Em relação ao elemento mental exigido, deve-se notar que cada um dos atos subjacentes acima precisa ser cometido intencionalmente (ou seja, não negligentemente);¹⁸ e, para que cada ato constitua genocídio, deve, adicionalmente, ser cometido com a intenção específica de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal. Em relação à terceira categoria, "impor deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para causar sua destruição física, no todo ou em parte", é necessário estabelecer que o ato não foi apenas deliberado (em oposição a acidental ou colateral), mas que tal ato foi infligido "como forma de contribuir para o propósito abrangente de destruir o grupo, no todo ou em parte".¹⁹ Em relação à quarta categoria, "imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos dentro do grupo", é necessário estabelecer que as medidas foram impostas intencionalmente não apenas como punição ao grupo, mas também para impedir nascimentos dentro do grupo "de modo a contribuir para a destruição final desse grupo".²⁰

16. Com base nas conclusões de seus relatórios e em diversos casos adicionais, a Comissão se concentra em quatro categorias de atos puníveis nos termos do artigo II da Convenção sobre Genocídio, a saber: (i) matar membros do grupo; (ii) causar danos físicos ou mentais graves a membros do grupo; (iii) impor deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para causar sua destruição física, total ou parcial; e (iv) impor medidas destinadas a impedir nascimentos dentro do grupo. Até o momento, a Comissão não possui provas em relação à quinta categoria de atos, a transferência forçada de crianças.

17. Um Estado Parte da Convenção sobre Genocídio pode ser considerado culpado de genocídio por meio de ações de seus órgãos ou grupos cujos atos são atribuíveis ao Estado.²¹ Além disso, um Estado Parte pode ser responsabilizado pela sua incapacidade de impedir

¹⁶ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Pedido de Indicação de Medidas Provisórias, Despacho, 26 de janeiro de 2024, parágrafo 45. Ver também CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do TJJ 2007, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, parágrafo 198. Convenção sobre Genocídio, art. II; Estatuto de Roma, art. 6.

¹⁷

¹⁸ CIJ, *Caso relativo à aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do CIJ 2007, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, parágrafo 186.

¹⁹ Mettraux, G., *Crimes Internacionais: Direito e Prática* (Volume I: Genocídio), Imprensa da Universidade de Oxford, 1^{ra}edição, 2019, p. 278.

²⁰ Mettraux, G., *Crimes Internacionais: Direito e Prática* (Volume I: Genocídio), Imprensa da Universidade de Oxford, 1^{ra}edição, 2019, pp. 281-282.

²¹ CIJ, *Caso relativo à aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do CIJ 2007, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, parágrafo 167.

ou punir o genocídio. Isso será discutido mais adiante (ver '*Consequências jurídicas para os Estados e suas obrigações*').²²

III. Atos subjacentes de genocídio

A. Matar membros do grupo

i. Quadro jurídico

18. O ato de matar pode ser entendido como "causar morte".²³ Os requisitos para matar como um ato genocida são equivalentes aos do assassinato como um crime contra a humanidade e do homicídio intencional como um crime de guerra.²⁴ Não há exigência de um número mínimo de vítimas para que o ato constitua um ato genocida de matar, e a maneira de matar é irrelevante.²⁵

19. O ato de assassinar ou assassinato é, portanto, um ato ou omissão que resulta na morte de um indivíduo.²⁶ A morte pode ser estabelecida por evidências diretas ou circunstanciais e o nexo causal necessário é que a vítima esteja morta como resultado de atos ou omissões do acusado ou de uma ou mais pessoas pelas quais o acusado é criminalmente responsável.²⁷ Em relação ao *homens reado* ato subjacente de 'matar', deve ser estabelecido que o perpetrador pretende matar – ou causar a morte – da vítima ou causar ferimentos tão graves que seria razoável esperar que resultassem em morte.²⁸

ii. Resumo das conclusões factuais

20. Em 7 de outubro de 2023, Israel lançou sua ofensiva militar em Gaza, que incluiu ataques aéreos e operações terrestres. As hostilidades desde então resultaram em dezenas de milhares de mortes, incluindo o extermínio de famílias inteiras de palestinos em Gaza, ao longo de várias gerações.²⁹ De 7 de outubro de 2023 a 31 de julho de 2025, 60.199 palestinos foram mortos, dos quais 18.430 eram crianças e 9.735 eram mulheres.³⁰ Segundo consta, a esperança de vida (em média, ambos os sexos combinados) em Gaza diminuiu de 75,5 anos no ano anterior a outubro de 2023 para 40,5 anos durante os primeiros 12 meses da guerra, uma diminuição drástica de 34,9 anos de esperança de vida (46,3%), quase metade da expectativa de vida pré-guerra.

²² Convenção sobre Genocídio, art. I.

²³ TPI, Elementos dos Crimes, notas de rodapé 2, 7 e 31.

²⁴ TPIJ, *Procurador v. Radovan Karadžić*, IT-95-5/18-T, Versão pública redigida do acórdão emitido em 24 de março de 2016, 24 de março de 2016, parágrafos 481 e 542. Ver também TPIJ, *Promotor v. Ratko Mladić*, IT-09-92-T, Acórdão (volume 3), 22 de novembro de 2017, parágrafo 3434 (citando: ICTR, *Promotor v. Clément Kayishema e outros*, ICTR-95-1-A, Acórdão (Câmara de Apelações), 1 de junho de 2001, parágrafo 151). A Comissão se refere à decisão da Câmara de Pré-Julgamento I do Tribunal Penal Internacional de que o direito internacional dos conflitos armados se aplica ao conflito entre Israel e Palestina (<https://www.icc-cpi.int/news/situation-state-palestine-icc-pre-trialchamber-i-rejects-state-israels-challenges>).

²⁵ ICTR, *Promotor v. Mikaeli Muhimana*, ICTR-95-1B-T, Sentença, 28 de abril de 2005, parágrafo 498; CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Gâmbia v. Mianmar)*, Declaração Conjunta de Intervenção do Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Países Baixos e Reino Unido, 15 de novembro de 2023, parágrafo 60.

²⁶ TPIJ, *Procurador v. Radovan Karadžić*, IT-95-5/18-T, Versão pública redigida do acórdão emitido em 24 de março de 2016, 24 de março de 2016, parágrafo 446.

²⁷ TPIJ, *Procurador v. Radovan Karadžić*, IT-95-5/18-T, Versão pública redigida do acórdão emitido em 24 de março de 2016, 24 de março de 2016, parágrafo 446; *Promotor v. Sefer Halilovic*, IT-01-48-T, Acórdão, 16 de novembro de 2005, parágrafo 37.

²⁸ Por exemplo, CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Croácia v. Sérvia)*, Acórdão, Relatórios do CIJ 2015, p.33 de fevereiro de 2015, par. 156; ICTR, *Promotor v. Jean-Paul Akayesu*, ICTR-96-4-T, Sentença, 2 de setembro de 1998, parágrafo 501; TPIJ, *Procurador v. Radovan Karadžić*, IT-95-5/18-T, Versão pública redigida do acórdão emitido em 24 de março de 2016, 24 de março de 2016, parágrafos 447-448.

²⁹ A/HRC/56/CRP.4, par. 54. <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-situation-update-311-gaza-strip>.

³⁰ [situation-update-311-gaza-strip](https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-situation-update-311-gaza-strip).

níveis de expectativa de vida na guerra.³¹ É importante ressaltar que esse número não leva em conta o efeito indireto do conflito sobre a mortalidade, por exemplo, mortes devido à incapacidade de acesso a cuidados de saúde ou à desnutrição; a expectativa de vida seria menor se essas informações estivessem disponíveis.³²

21. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos ("ACNUDH"), em 15 de julho de 2025, pelo menos 46% dos palestinos mortos em Gaza desde 7 de outubro de 2023 eram mulheres (9.497) e crianças (17.921), de um total de 58.380 mortes verificadas naquela época.³³ Notavelmente, as mortes de mulheres e crianças representaram quase sessenta por cento do total de fatalidades desde a retomada das operações militares israelenses em 18 de março de 2025 até 25 de março de 2025.³⁴ De acordo com o ACNUDH, houve 224 ataques israelenses contra prédios residenciais e tendas para pessoas deslocadas na Faixa de Gaza entre 18 de março e 9 de abril de 2025. "Em cerca de 36 ataques sobre os quais o Escritório de Direitos Humanos da ONU corroborou informações, as fatalidades registradas até agora foram apenas de mulheres e crianças."³⁵ Em 25 de março de 2025, a Save the Children relatou que mais crianças foram mortas na primeira semana desde que Israel retomou suas operações militares em Gaza, em comparação com qualquer outra semana desde 7 de outubro de 2023.³⁶ A Comissão observa com preocupação um relatório que constata que, até maio de 2025, agentes de inteligência israelenses listaram 8.900 militantes do Hamas e da Jihad Islâmica Palestina em Gaza como mortos ou provavelmente mortos. Considerando que, até o momento, 53.000 palestinos foram mortos em ataques israelenses, isso significa que 83% dos mortos em Gaza eram civis.³⁷

22. Israel tem usado munições pesadas não guiadas com ampla margem de erro em áreas residenciais densamente povoadas. O resultado desses ataques é consistente com a estratégia declarada por Israel. Como disse um porta-voz das forças de segurança israelenses: "estamos focados no que causa o máximo de dano".³⁸ A Comissão observou que as forças de segurança israelenses submeteram repetidamente áreas urbanas na Faixa de Gaza a bombardeios pesados com armas explosivas de amplo alcance, em vez de armas guiadas de precisão (ou "inteligentes"), levando à destruição completa de bairros. O número de bombas usadas por Israel desde 7 de outubro de 2023 é extraordinário, mesmo em comparação com outros conflitos mundiais. Um especialista militar afirmou: "Israel está lançando em menos de uma semana o que os Estados Unidos lançavam no Afeganistão em um ano, em uma área muito menor e muito mais densamente povoada".³⁹ A Comissão observou que a Força Aérea Israelense ("IAF") utiliza uma ampla gama de aeronaves de caça equipadas com munições de grande capacidade destrutiva, especialmente quando utilizadas em áreas povoadas.

23. A Faixa de Gaza, com aproximadamente 2,3 milhões de habitantes⁴⁰ residentes em uma área de 360 quilômetros quadrados, tem uma alta densidade populacional de cerca de 6.300 pessoas por quilômetro quadrado, classificada entre as mais densas do mundo.⁴¹ As operações militares israelitas têm

³¹ Guillot, M., Draidi, M., Cetorelli, V., Monteiro Da Silva, JHC, e Lubbad, I., *Perdas de expectativa de vida na Faixa de Gaza durante o período de outubro de 2023 a setembro de 2024*, Lancet 2025; 405: 478–85, págs. 482, 484.

³² Guillot, M., Draidi, M., Cetorelli, V., Monteiro Da Silva, JHC, e Lubbad, I., *Perdas de expectativa de vida na Faixa de Gaza durante o período de outubro de 2023 a setembro de 2024*, Lancet 2025; 405: 478–85, págs. 481, 484.

³³ Inglês: https://www.ochaopt.org/sites/default/files/Gaza_Reported_Impact_Snapshot_30_July_2025.pdf.

³⁴ <https://www.unwomen.org/en/news-stories/press-briefing/2025/03/press-briefing-by-un-women-on-the-collapse-of-a-gaza-ceasefire-and-its-devastating-impact-on-women-and-girls>. <https://www.ohchr.org/en/press-briefing-notes/2025/04/gaza-increasing-israeli-evacuation-orderslead-forcible-transfer>.

³⁵ https://x.com/Save_GlobalNews/status/1904477090855919962. <https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2025/aug/21/revealed-israeli-militarys-own-data-indicates-civilian-death-rate-of-83-in-gaza-war>

³⁶ A/HRC/56/CRP.4, parágrafos 154-156.

³⁷ A/HRC/56/CRP.4, par. 77; <https://www.washingtonpost.com/world/2023/10/12/israel-seeks-endhamas-gaza-war/>.

³⁸ <https://www.pcbs.gov.ps/post.aspx?lang=en&ItemID=4676>.

³⁹ [https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/gazastrip/#:~:text=2%2C098%2C389%20\(2023%20est.\)](https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/gazastrip/#:~:text=2%2C098%2C389%20(2023%20est.)).

atacaram locais em áreas civis densamente povoadas em Gaza. Atacaram infraestruturas civis, como arranha-céus e blocos de apartamentos residenciais em Gaza. Isso levou à destruição de quarteirões inteiros e bairros residenciais sob bombardeios pesados e contínuos.⁴² Em muitas ocasiões, o bombardeio israelense destruiu prédios de apartamentos, matando quase todos os civis que ali viviam.⁴³

24. A Comissão investigou incidentes de grande escala entre outubro e dezembro de 2023, nos quais as forças de segurança israelenses atacaram bairros civis, resultando em um alto número de mortes de civis.⁴⁴ Por exemplo, em 20 de outubro de 2023, a casa da família Al-Aydi no campo de refugiados de Al-Nuseirat foi atingida por um ataque aéreo em uma área designada pelos militares israelenses em 8 de outubro de 2023 como uma zona segura para moradores do norte da Faixa de Gaza.⁴⁵ Segundo a Anistia Internacional, o ataque israelense matou 28 civis, incluindo 12 crianças. Um sobrevivente relatou o evento devastador à Anistia Internacional: "Estábamos sentados em casa, cheios de pessoas, crianças, parentes. De repente, sem nenhum aviso, tudo desabou sobre nós. Todos os meus irmãos morreram, meus sobrinhos, minhas sobrinhas... Minha mãe morreu, minhas irmãs morreram".⁴⁶

25. De acordo com a Organização Mundial da Saúde ("OMS"), entre 7 de outubro de 2023 e 30 de julho de 2024, Israel realizou 498 ataques a instalações de saúde na Faixa de Gaza. Um total de 747 pessoas foram mortas diretamente nesses ataques.⁴⁷ A Comissão concluiu que crianças foram mortas em consequência de ataques diretos a hospitais.⁴⁸ Em seu relatório anterior, o relatório concluiu que ataques contra instalações de saúde resultaram diretamente na morte de civis, incluindo crianças e gestantes, que estavam recebendo tratamento ou buscando abrigo. Além disso, devido à ausência de atendimento médico crucial, muitos palestinos feridos que conseguiram acesso a um hospital sucumbiram aos ferimentos.

26. É importante ressaltar que, em relação aos ataques a palestinos ao longo das rotas de evacuação e em zonas seguras, a Comissão constatou que palestinos, incluindo mulheres e crianças, foram diretamente atacados e mortos, mesmo na ausência de hostilidades nas proximidades e quando estavam sozinhos.⁴⁹ Um desses incidentes ocorreu em 13 de outubro de 2023 na Rua Salah Al-Din, na Cidade de Gaza, onde um comboio de veículos de evacuação rumo ao sul foi atingido por vários projéteis perto do posto de gasolina Esleem. O ataque teve como alvo não apenas veículos civis que passavam, mas também socorristas e equipes médicas claramente identificados que chegavam ao local. Uma testemunha ocular relatou que aproximadamente 200 pessoas, a maioria mulheres e crianças, estavam no mesmo caminhão com ele, perto do local da explosão. Ele descreveu como as explosões subsequentes causaram múltiplas vítimas civis. Quando as equipes de emergência chegaram e começaram a socorrer os feridos, ocorreu outro ataque.⁵⁰

27. A Comissão destaca o assassinato de cinco crianças perto do posto de gasolina Faris, no bairro de Tel al Hawa, na Cidade de Gaza, em 29 de janeiro de 2024. No incidente, Bashar Hamada Hamouda e Enaam Mohammad Hamada foram mortos pelas forças de segurança israelenses enquanto dirigiam um carro com cinco crianças (quatro meninas e um menino), incluindo Layan Hamada, de quinze anos, e seu primo Hind Rajab, de cinco anos e meio. A Comissão estabeleceu que o carro da família foi alvo de tiros de armas provavelmente montadas em tanques, matando os pais de Layan, Bashar e

⁴² <https://www.ochaopt.org/content/hostilities-gaza-strip-and-israel-flash-update-20>.

⁴³ Veja, por exemplo, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/10/damning-evidence-of-warcrimes-as-israeli-attacks-wipe-out-entire-families-in-gaza/>.

⁴⁴ A/HRC/56/CRP.4, par. 168. <https://twitter.com/AvichayAdraee/status/1710776997230620908/video/4>.

⁴⁵ <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/11/israel-opt-nowhere-safe-in-gaza-unlawful-israelistrikes-illustrate-callous-disregard-for-palestinian-lives/>

⁴⁶ [israelistrikes-illustrate-callous-disregard-for-palestinian-lives/](https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/11/israel-opt-nowhere-safe-in-gaza-unlawful-israelistrikes-illustrate-callous-disregard-for-palestinian-lives/); A/HRC/56/CRP.4, par. 123.

⁴⁷ OMS, "Atualização da situação de emergência oPt, edição 38, 7 de outubro de 2023–29 de julho de 2024 às 16:00", 29 de julho de 2024.

⁴⁸ A/79/232, parágrafo 35.

⁴⁹ A/HRC/56/CRP.4, par. 427.

⁵⁰ A/HRC/56/CRP.4, par. 110.

Enaam e outros três irmãos, deixando Layan e Hind feridos. A mãe de Hind ligou para Bashar às 12h e Layan atendeu. Àquela altura, o restante da família já havia sido morto. Layan estava viva pelo menos até as 14h45, quando atendeu a uma ligação da PRCS. Durante a ligação, ela informou à PRCS que ela e Hind estavam feridas e que havia um tanque por perto. Layan provavelmente foi morto por volta desse horário, pois tiros foram ouvidos na ligação e a linha foi cortada. As forças de segurança israelenses também dispararam um projétil de tanque contra a ambulância enviada ao local, impedindo o acesso às vítimas, incluindo Hind, que ainda estava vivo no momento. Hind permaneceu viva até pelo menos as 19h daquele dia e morreu posteriormente.⁵¹

28. Em todos os casos analisados pela Comissão relativamente aos ataques ao longo das rotas de evacuação e dentro das áreas seguras designadas, a Comissão concluiu que as forças de segurança israelitas tinham conhecimento claro da presença de civis palestinianos ao longo das rotas de evacuação e dentro das áreas seguras, mas, no entanto, dispararam contra civis e os mataram, alguns dos quais (incluindo crianças)⁵² estavam segurando bandeiras brancas improvisadas.⁵³ Algumas crianças, incluindo bebês, foram baleadas na cabeça por atiradores.⁵⁴

29. A Comissão também destaca as mortes resultantes do bloqueio à entrada de ajuda humanitária em Gaza, especialmente medicamentos e equipamentos médicos. Profissionais médicos relataram à Comissão o aumento da morbidade materna e das mortes neonatais e intraparto, provavelmente devido às condições extremamente difíceis, incluindo a falta de espaço, medicamentos e equipamentos. A Comissão entrevistou um obstetra que falou sobre as mortes de pacientes grávidas que ele havia tratado, às quais se referiu como "vítimas indiretas da guerra". Várias dessas mortes foram devidas à falta de medicamentos e tratamento adequados. Em um caso, uma gestante de pouco mais de 30 anos morreu no Hospital Al-Emirati, em Rafah, devido a uma infecção (septicemia) após uma cesariana complicada. O obstetra também falou sobre outra gestante que ele tratou no Hospital Europeu; a mulher, que era diabética, morreu devido à falta de medicamentos e tratamento adequados.⁵⁵

30. A Fundação Humanitária de Gaza ("GHF"), uma organização apoiada por Israel e pelos EUA, criada para distribuir ajuda em Gaza, iniciou suas operações em maio de 2025. A Comissão observa com alarme que, até 31 de julho de 2025, "pelo menos 1.373 palestinos foram mortos enquanto buscavam comida; 859 nas proximidades dos locais da Fundação Humanitária de Gaza e 514 ao longo das rotas de comboios de alimentos", desde que a GHF assumiu a distribuição de ajuda em Gaza.⁵⁶ De acordo com informações disponíveis à Comissão, contratados americanos são responsáveis por alguns desses atos. O ACNUDH afirmou que a maioria desses assassinatos foi cometida por militares israelenses.⁵⁷ De acordo com um porta-voz do ACNUDH, os assassinatos começaram logo após o GHF ter iniciado as suas operações em 27 de maio de 2025, "ignorando a ONU e outras ONGs estabelecidas".⁵⁸ que operava em Gaza antes da criação do GHF. Em 27 de junho de 2025, a MSF publicou em seu site que, diariamente, suas equipes atendiam pacientes mortos ou feridos tentando obter alimentos em um dos locais de distribuição.⁵⁹ Vários médicos relataram aos Comissários que muitos palestinos, incluindo crianças, foram alvejados quando estavam em locais de conflito armado. Um médico de emergência em Gaza informou à Comissão que o Complexo Médico Nasser havia sofrido um grande número de baixas.

⁵¹ A/HRC/58/CRP.6, parágrafos 33-34. <https://www.aljazeera.com/news/2024/1/29/two-brothers-shot-by-israeli-forces-in-khan-youniswhite-flag-ignored>; <https://www.itv.com/news/2024-02-02/gaza-two-young-brothers-shot-deadwhile-carrying-white-flag>

⁵³ A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 428.

⁵⁴ Por exemplo, A/HRC/56/CRP.4, parágrafos 130 e 213. A/

⁵⁵ HRC/58/CRP.6, parágrafo 49.

⁵⁶ <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/killings-palestinians-seeking-food-gazacontinue-starvation-deepens-enar>.

⁵⁷ <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/killings-palestinians-seeking-food-gazacontinue-starvation-deepens-enar>.

⁵⁸ <https://news.un.org/en/story/2025/07/1165396>. <https://www.doctorswithoutborders.org/latest/gaza-humanitarian-foundation-aid-distributionsystem-must-be-dismantled>.

de um ponto de distribuição do GHF em Rafah. Segundo o médico, as vítimas, incluindo crianças, do local de distribuição do GHF sofreram ferimentos de bala, estilhaços e tiros de quadricóptero. Ele informou à Comissão que, entre as crianças vítimas, havia uma menina de um ano e meio que sofreu um único tiro no peito enquanto estava nos braços da mãe e, em outro dia, uma menina de 13 anos que também foi baleada no peito. Outro médico, que também estava no Complexo Médico Nasser, informou à Comissão que havia recebido muitas crianças vítimas vindas de dois locais do GHF, todas com ferimentos de bala. Em 21 de junho de 2025, o Comissário-Geral da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo ("UNRWA") declarou, referindo-se ao GHF, que o "chamado 'mecanismo de ajuda' é uma abominação que humilha e degrada pessoas desesperadas. É uma armadilha mortal, que custa mais vidas do que salva. Alimentos são transformados em armas e os palestinos são desumanizados, sem consequências."⁶⁰

31. Palestinos em Gaza foram atacados em suas casas, em hospitais, em abrigos (incluindo escolas e locais religiosos), durante as evacuações e em zonas seguras designadas. Às vezes, civis, jornalistas, profissionais de saúde, trabalhadores humanitários e outras pessoas protegidas foram diretamente alvejados e mortos. De acordo com o Ministério da Saúde de Gaza, até 15 de abril de 2025, 1.400 profissionais de saúde foram mortos.⁶¹ Em 31 de março de 2025, o Comissário-Geral da UNRWA declarou que um total de 408 trabalhadores humanitários foram mortos em Gaza desde 7 de outubro de 2023.⁶² De 7 de outubro de 2023 a 23 de julho de 2025, mais de 330 membros da equipe da UNRWA foram confirmados mortos.⁶³ Segundo informações, até 3 de março de 2025, pelo menos 170 jornalistas e profissionais da mídia foram mortos devido a operações militares israelenses.⁶⁴

32. Os assassinatos ocorreram até mesmo durante os períodos de cessar-fogo, contrariando os termos do acordo e sem aviso prévio. Por exemplo, aproximadamente às 2h30 da madrugada de 18 de março de 2025, quando o acordo de cessar-fogo ainda estava em vigor, Israel lançou ondas de ataques aéreos em Gaza (norte de Gaza, Cidade de Gaza, Deir el-Balah, Khan Younis, Al-Mawasi e Rafah) sem aviso prévio, matando mais de 404 palestinos e ferindo mais de 562 até o meio-dia.⁶⁵ Mais da metade dos mortos eram crianças e mulheres: pelo menos 170 crianças e 80 mulheres.⁶⁶ A Defesa das Crianças Palestina relatou que o número de mortes de crianças como resultado desses ataques foi um dos maiores números de mortes em um único dia desde 7 de outubro de 2023.⁶⁷ Profissionais médicos informaram à Comissão que trataram crianças vítimas em Gaza cujos ferimentos eram consistentes com ferimentos de tiros de atiradores de elite e quadricópteros. Os médicos disseram à Comissão que foram informados pelos pais de que as crianças estavam sozinhas quando foram baleadas (por exemplo, uma criança estava do lado de fora procurando lenha) ou que os adultos presentes no momento estavam completamente ilesos.

33. As forças de segurança israelenses declararam que os extensos ataques conduzidos a partir de 18 de março de 2025 foram realizados contra "alvos terroristas" pertencentes ao Hamas "de acordo com o escalão político", presumivelmente significando sob ordens do governo israelense. As áreas visadas incluíam abrigos que abrigavam deslocados.

⁶⁰ <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements/statement-unrwa-commissioner-generalphilippe-lazzarini-51st-session>.

⁶¹ <https://www.ochaopt.org/content/reported-impact-snapshot-gaza-strip-7-may-2025>.

⁶²

https://x.com/UNLazzarini/status/1906699285451694206?ref_src=twsrct%5Etwfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1906699285451694206%7Ctwgr%5E5b1f00967d2f93465ec6ead8780af0ad9335fbb3%7Ctwcon%5Es1_c10&ref_url=https%3A%2F%2Fnews.un.org%2Fen%2Fstory%2F2025%2F03%2F1161721.

⁶³ <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-181-situation-gaza-strip-and-westbank-including-east-jerusalem>.

⁶⁴ [https://cpj.org/2025/02/journalist-casualties-in-the-israel-gaza-conflict/#text=As%20of%20February%202025, 2025, começou a reunir%20dados%20em%201992.](https://cpj.org/2025/02/journalist-casualties-in-the-israel-gaza-conflict/#text=As%20of%20February%202025,%202025,)

⁶⁵ <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-situation-update-273-gaza-strip>.

⁶⁶ <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-situation-update-273-gaza-strip>.

⁶⁷ https://www.dci-palestine.org/174_crianas_palestinas_em_gaza_mortas_por_ataques_israelensesImplacaveis_durante_a_noite.

Palestinos.⁶⁸ De acordo com o ministro das Finanças israelense, Bezalel Smotrich, os ataques foram parte de um processo gradual planejado desde o início de março de 2025.⁶⁹

34. A Comissão constatou em seus relatórios anteriores que as forças de segurança israelenses deliberadamente atacaram e mataram pessoal médico e humanitário.⁷⁰ Entre 7 de outubro de 2023 e 30 de julho de 2025, 48 funcionários e voluntários da Sociedade do Crescente Vermelho Palestino ("PRCS") foram mortos, incluindo 28 em serviço.⁷¹ O pessoal médico declarou que acreditava ter sido alvo intencional.⁷² Por exemplo, em relação ao ataque de 29 de janeiro de 2024 a uma família, incluindo cinco crianças, em um veículo e a uma ambulância do PRCS, a Comissão concluiu que a 162^a Divisão das forças de segurança israelenses estava operando na área e era responsável pela morte da família de sete pessoas, bem como pelo bombardeio da ambulância, matando os dois paramédicos que estavam dentro.⁷³

35. Um massacre especialmente flagrante de profissionais de saúde e humanitários palestinos ocorreu em Tal as-Sultan, na região de Rafah, em 23 de março de 2025. A Comissão observa que houve pelo menos três incidentes distintos ocorridos no mesmo dia na região de Tal as-Sultan, em Rafah. As conclusões abaixo referem-se a dois dos incidentes e baseiam-se na investigação da Comissão.

36. Em 23 de março de 2025, às 03h49, duas unidades de ambulância foram enviadas de locais distintos para responder ao ataque a uma residência civil. Após chegar ao local e avaliar a situação, a primeira unidade confirmou que não havia necessidade de assistência adicional e informou ao oficial de despacho que a segunda unidade poderia retornar à base do Crescente Vermelho Palestino (CPR). A primeira unidade retornou à base do Crescente Vermelho Palestino (CPR), em segurança. No entanto, como as tentativas de contato com a segunda unidade de ambulância foram infrutíferas, a primeira unidade foi enviada novamente às 04h39 para procurá-la. Às 04h53, os membros da primeira unidade de ambulância avistaram a segunda unidade de ambulância estacionada no lado direito da estrada e imediatamente solicitaram reforços, relatando que a equipe estava sob ataque. Como resultado, um comboio de outras duas unidades de ambulância do Crescente Vermelho Palestino foi enviado para a área, acompanhado por dois veículos da Defesa Civil Palestina. As conclusões da Comissão se concentram no primeiro ataque contra a segunda unidade de ambulância e em um ataque subsequente contra o comboio (a primeira unidade de ambulância, outras duas unidades de ambulância do PRCS e dois veículos da Defesa Civil Palestina), todos os quais, em um momento ou outro, perderam contato com a base do PRCS.

37. A Comissão observa que foi somente em 27 de março de 2025, quatro dias após os incidentes, que uma equipe liderada pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários ("OCHA") foi finalmente autorizada a acessar o local na área de Tal as-Sultan, em Rafah.⁷⁴ A equipe encontrou o corpo de um funcionário da Defesa Civil naquele dia.⁷⁵ O chefe do escritório do OCHA OPT, Jonathan Whittall, declarou que "ambulâncias foram enterradas na areia. Há um veículo da ONU aqui, enterrado na areia. Uma escavadeira — uma escavadeira das forças israelenses as enterrou".⁷⁶ Cinco dias após o incidente, em declaração à AFP em 28 de março de 2025, as forças de segurança israelenses afirmaram que os veículos "avançaram de forma suspeita em direção às tropas" e as tropas "responderam disparando contra os veículos suspeitos, eliminando vários membros do Hamas e do grupo islâmico".

⁶⁸ <https://aje.io/oc05av?update=3585881>; <https://aje.io/oc05av?update=3585950>. <https://aje.io/>

⁶⁹ <https://aje.io/oc05av?update=3586253>; <https://x.com/QudsNen/status/1901904962533097859>; <https://today.lorienteljour.com/article/1452223/far-right-israeli-ministers-celebrate-assault-ongaza.html>; <https://x.com/bezalelsm/status/1901865554383675797?s=19> (18.3.2025). A/HRC/56/CRP.4, par.

⁷⁰ 255; A/79/232, par. 89.

⁷¹ <https://www.ochaopt.org/content/reported-impact-snapshot-gaza-strip-30-july-2025>.

⁷² A/79/232, par. 8.

⁷³ A/79/232, parágrafo 95.

⁷⁴ Inglês: <https://x.com/palestinerics/status/1905616653028598179?s=46>. <https://www.euronews.com/my-europe/2025/04/07/what-we-know-about-the-killings-of-15-palestinian-first-responders-by-israeli-forces>;

⁷⁵ <https://www.aa.com.tr/en/middle-east/palestinian-redcrescent-recovers-paramedic-s-body-in-rafah-8-still-missing/3521968>;

⁷⁶ <https://aje.io/7xd759?update=3609540>; <https://euromedmonitor.org/en/article/6665>.

“Terroristas da jihad.”⁷⁷ Em 30 de março de 2025, a equipe de resgate retornou ao local e recuperou mais 14 corpos em uma vala comum.⁷⁸ No total, 15 corpos foram recuperados: oito do PRCS, seis da Defesa Civil Palestina e um funcionário da UNRWA.⁷⁹

38. Em 31 de março de 2025, um porta-voz militar israelense, Nadav Shoshani, declarou no X que as forças de segurança israelenses abriram fogo contra “vários veículos descoordenados [que] foram identificados avançando suspeitamente em direção às tropas [das forças de segurança israelenses] sem faróis ou sinais de emergência”.⁸⁰ Ele acrescentou que as forças de segurança israelenses eliminaram um total de nove militantes palestinos. Em 2 de abril de 2025, as forças de segurança israelenses emitiram um comunicado à imprensa que ecoou a publicação de Shoshani no X e acrescentou que as forças de segurança israelenses haviam “eliminado vários terroristas do Hamas e da Jihad Islâmica” e que o incidente estava sob investigação.⁸¹

39. Um vídeo foi posteriormente recuperado do telefone celular de um dos trabalhadores humanitários que foi morto em 23 de março de 2025. O vídeo, publicado pelo PRCS em 5 de abril de 2025, confirmou que “um comboio de ambulâncias e um caminhão de bombeiros, claramente identificados, com faróis e luzes piscantes acesos, [estavam] dirigindo para o sul em uma estrada ao norte de Rafah no início da manhã” em 23 de março de 2025.⁸² Os socorristas foram recebidos com tiros vindos de toda a área ao redor por pelo menos cinco minutos e meio enquanto tentavam inspecionar a ambulância na beira da estrada. É importante ressaltar que não houve disparos do comboio antes do ataque e durante todo o calvário.

40. Segundo relatos, um perito forense que examinou cinco corpos declarou que todas as vítimas morreram devido a ferimentos de bala e, especificamente em relação a três delas, “[u]ma observação é que as balas foram direcionadas à cabeça de uma pessoa, ao coração de outra, e uma terceira pessoa foi baleada com seis ou sete tiros no torso”.⁸³ Em 4 de abril de 2025, o Dr. Younis Al-Khatib, presidente do PRCS, declarou em uma coletiva de imprensa que os trabalhadores humanitários “foram alvejados de muito perto”.⁸⁴

41. Em 5 de abril de 2025, um oficial militar israelense teria declarado que “havia terroristas lá, mas esta investigação não terminou” e que “a pessoa que faz o relato inicial está enganada”.⁸⁵

42. A Comissão analisou os relatos de duas testemunhas da provação; uma era um paramédico voluntário do PRCS da segunda unidade de ambulância que foi inicialmente enviada às 03:49 em 23 de março de 2025, e a outra era um médico que estava em seu

⁷⁷ <https://www.france24.com/en/middle-east/20250329-israel-admits-firing-ambulance-gaza-strippedalestine-red-crescent-rescue-hamas-war-crime>; <https://www.euronews.com/myeurope/2025/04/07/what-we-know-about-the-killings-of-15-palestinian-first-responders-by-israeli-forces>.

⁷⁸ <https://www.unocha.org/media-centre/gaza-tal-sultan-aftermath-30-march-2025>. <https://www.unocha.org/media-centre/gaza-tal-sultan-aftermath-30-march-2025>.

⁷⁹ Em 28 de maio de 2025, o Comissário-Geral da UNRWA declarou em X que um funcionário deixou sua casa em 23 de março de 2025, “vestindo seu colete da ONU e dirigindo um veículo da ONU claramente identificado”, e a UNRWA perdeu contato com ele menos de uma hora depois. Ele foi “morto com um ou vários golpes na nuca” e enterrado ao lado dos membros do comboio que foram mortos.

(<https://x.com/unlazzarini/status/1927728663757226392?s=46&t=5w8Eq0Cq-65NBExmyFmCIg>).

⁸⁰ https://x.com/LTC_Shoshani/status/1906761462917247361.

⁸¹ Português <https://www.idf.il/en/mini-sites/idf-press-releases-israel-at-war/april-25-pr/the-incident-on-march-23rd-in-which-terrorists-abusing-medical-vehicles-were-eliminated-by-idf-troops/>. <https://www.nytimes.com/2025/04/04/world/middleeast/gaza-israel-aid-workers-deaths-video.html>. <https://www.theguardian.com/world/2025/apr/02/evidence-execution-style-killings-palestinianworkers-israeli-forces-doctor-says>.

⁸² Inglês: <https://media.un.org/avl/library/en/asset/d335/d3358156>. <https://www.reuters.com/world/middle-east/israeli-military-changes-initial-account-gaza-aidworker-killings-2025-04-06/>; <https://www.theguardian.com/world/2025/apr/06/israeli-militaryadmits-initial-account-of-palestinian-medics-killing-was-mistaken>;

https://www.ynet.co.il/news/article/bkc00rkjcyx#google_vignette; <https://www.israelhayom.co.il/news/defense/article/17689429>; <https://www.idf.il/286233>.

maneira de pescar.⁸⁶O paramédico voluntário afirmou que a unidade de ambulância em que se encontrava foi atacada e dois dos seus colegas foram mortos. Foi espancado nas costas com coronhadas de rifle, cuspido e acusado de terrorismo. Separadamente, o médico e o seu filho de doze anos foram detidos e, posteriormente, detidos juntamente com o paramédico voluntário. Tanto o paramédico voluntário como o médico afirmaram que os faróis e os sinais de emergência dos veículos do comboio que se aproximava da área estavam acesos e que os veículos do comboio estavam parados quando o tiroteio começou. O paramédico voluntário disse que, posteriormente, "cerca de 20 tanques israelenses e cerca de 100 soldados israelenses chegaram ao local [...] e cavaram quatro grandes buracos no chão". O New York Times confirmou que imagens de satélite mostraram "as quatro ambulâncias e o camião da Defesa Civil aglomerados à beira da estrada, perto de onde foram posteriormente enterrados. Três bulldozers, uma escavadora e tanques israelenses estavam por perto". O paramédico voluntário disse que, quando amanheceu, viu uma escavadeira Caterpillar D9 "esmagando cinco ambulâncias e o caminhão de bombeiros e empurrando-os para dentro de um dos buracos". O médico disse ter visto "a escavadeira enterrando os corpos no chão junto com os veículos".

43. As forças de segurança israelenses publicaram seu resumo das investigações em 20 de abril de 2025, alegando que "o incidente ocorreu em uma arena de combate hostil e perigosa" e que os tiros foram disparados porque as forças de segurança israelenses (em particular, a Unidade de Reconhecimento Golani) foram "ameaçadas de forma real e imediata". O resumo também afirmava que o "comandante não identificou inicialmente que se tratava de ambulâncias, devido à visibilidade limitada à noite". Além disso, a investigação concluiu que "foram descobertos vários erros profissionais e desvios das ordens, além da falha em relatar o incidente na íntegra".⁸⁷

44. A Comissão considera a resposta israelense insuficiente, errônea e deturpada. Em primeiro lugar, o vídeo, gravado por um dos trabalhadores humanitários antes de ser morto, expôs a narrativa falsa das autoridades israelenses.⁸⁸O vídeo, que foi tornado público em 5 de abril de 2025, estabeleceu que não houve tiros ativos antes dos tiros disparados pelas forças de segurança israelenses. Em segundo lugar, mesmo que a área fosse hostil, como alegaram as forças de segurança israelenses, os veículos do comboio eram claramente identificáveis por meio de logotipos, sirenes e luzes de emergência. No entanto, mesmo após a divulgação do vídeo, as forças de segurança israelenses se recusaram a assumir a responsabilidade e descartaram os assassinatos como "um erro". Notavelmente, a investigação foi iniciada somente após intenso escrutínio público. Em terceiro lugar, a Comissão observa que a conduta da unidade Golani em 23 de março de 2025 foi consistente com as instruções dadas por seu comandante em um vídeo datado de 4 de abril de 2025, quando ele disse aos soldados: "Todos que vocês encontrarem são inimigos. Se virem uma figura, abram fogo, neutralizem a ameaça e continuem se movendo. Não hesitem, não duvidem".⁸⁹A Comissão também observa o padrão consistente de conduta demonstrado pelas forças de segurança israelenses após os ataques, na medida em que frequentemente negaram e transferiram responsabilidades até que evidências que contradizem sua narrativa surgissem; e mesmo assim, as forças de segurança israelenses se recusaram consistentemente a prestar contas e frequentemente culparam a supervisão individual. A Comissão retém informações sobre a identidade de pessoas de interesse dentro das forças de segurança israelenses por este incidente. A Comissão

⁸⁶ <https://www.nytimes.com/2025/04/06/world/middleeast/gaza-medics-killed-israel.html>.

⁸⁷ [⁸⁸ acima, par. 39.
⁸⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=XfRgs3u72a0>.](https://www.idf.il/%D7%90%D7%AA%D7%9A%D7%99-%D7%99%D7%97%D7%99%D7%93%D7%95%D7%AA/%D7%99%D7%95%D7%9E%D7%9F-%D7%94%D7%9E%D7%9C%D7%97 %D7%9E%D7%94/%D7%9B%D7%9C-%D7%94%D7%9B%D7%AA%D7%91%D7%95%D7%AA/%D7%94%D7%A4%D7%A6%D7%95%D7%AA/%D7%A1%D7%99%D7%9B%D7%95%D7%9D-%D7%AA%D7%97%D7%A7%D7%95%D7%A8-%D7%A4%D7%92%D7%99%D7%A2%D7%94-%D7%91%D7%A6%D7%95%D7%95%D7%AA%D7%99-%D7%95%D7%A8%D7%9B%D7%91%D7%99-%D7%94%D7%A6%D7%9C%D7%94-%D7%91%D7%A8%D7%A6%D7%95%D7%A2%D7%AA-%D7%A2%D7%96%D7%94/. Veja</p>
</div>
<div data-bbox=)

enviou uma solicitação ao governo israelense para obter o relatório completo, mas não recebeu nenhuma resposta até o momento.

iii. Análise e conclusão

45. A Comissão reitera as suas conclusões de que (i) as forças de segurança israelitas mataram intencionalmente civis palestinos em Gaza através da utilização de munições de grande impacto que causaram um elevado número de mortes e (ii) as ações foram conduzidas com o conhecimento de que causariam a morte de civis palestinos.⁹⁰ Em seu relatório anterior, a Comissão concluiu que a conduta das forças de segurança israelenses constitui crime de guerra de homicídio doloso, em que os ataques levaram à morte de civis palestinos.⁹¹ Tendo concluído nos seus relatórios anteriores que foram cometidos o crime contra a humanidade de homicídio e o crime de guerra de homicídio intencional,⁹² a Comissão analisou a escala dos assassinatos e concluiu que os assassinatos de civis palestinos foram cometidos em larga escala, durante um período de tempo significativo e em uma área geográfica ampla. As vítimas do bombardeio não foram identificadas ou visadas como civis individuais.⁹³ Pelo contrário, as vítimas foram alvos coletivos devido à sua identidade como palestinas. A Comissão concluiu, portanto, que as autoridades israelenses cometem o crime contra a humanidade de extermínio na Faixa de Gaza, matando civis palestinos.⁹⁴ Embora o número de vítimas não seja relevante para que um ato constitua um ato de genocídio, a Comissão observa que o número de vítimas pode ser levado em consideração para estabelecer a intenção genocida, discutida abaixo.

46. Em seu relatório anterior, a Comissão concluiu que as forças de segurança israelenses pretendiam atingir e atacar civis palestinos, incluindo crianças, mulheres, pessoas com deficiência e idosos, durante sua evacuação, dentro das zonas seguras designadas e em abrigos.⁹⁵ Especificamente em relação às crianças, a Comissão concluiu que era previsível, em muitas ocasiões, que civis, incluindo crianças, estivessem presentes na área visada pelas forças de segurança israelenses (por exemplo, em prédios residenciais, escolas da UNRWA, instalações médicas e dentro de zonas seguras designadas) e que as forças de segurança israelenses pretendiam atingir civis palestinos em Gaza, incluindo crianças.⁹⁶

47. A Comissão constatou em relatórios anteriores que as forças de segurança israelenses deliberadamente atacaram e mataram pessoal médico e humanitário palestino em Gaza.⁹⁷ Além disso, a Comissão conclui que as forças de segurança israelenses atiraram intencionalmente nos socorristas em 23 de março de 2025 e, devido à longa duração dos tiros, é razoável concluir que as forças de segurança israelenses pretendiam matar as vítimas e sabiam que elas eram palestinas.

48. Com base no exposto, a Comissão conclui que as forças de segurança israelenses estavam cientes de que suas operações militares desde 7 de outubro de 2023 causariam a morte de palestinos em Gaza. Além disso, considerando a duração das operações militares e os relatos de um elevado número de mortes, é razoável concluir que as autoridades israelenses tinham conhecimento do elevado número de vítimas em Gaza desde 7 de outubro de 2023. No entanto, as autoridades israelenses não intervieram para alterar os meios e métodos de guerra empregados; pelo contrário, as operações militares persistiram ao longo do tempo e causaram ainda mais mortes de palestinos. A Comissão, portanto, conclui que as autoridades israelenses pretendiam matar o maior número possível de palestinos por meio de suas operações militares em Gaza desde 7 de outubro de 2023 e sabiam que os meios e métodos de guerra empregados causariam mortes em massa de palestinos, incluindo crianças. A Comissão também observa que as mortes foram resultado da deliberada

⁹⁰ A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 462. A/HRC/56/

⁹¹ CRP.4, parágrafos 420 e 429.

⁹² A/HRC/56/26; A/HRC/56/CRP.4; A/79/232; A/HRC/58/CRP.6; A/HRC/59/26. A/HRC/

⁹³ 56/CRP.4, parágrafo 463.

⁹⁴ A/79/232, parágrafo 94.

⁹⁵ A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 427. A/HRC/56/CRP.4,

⁹⁶ parágrafo 434. A/HRC/56/CRP.4; A/79/232; A/HRC/58/

⁹⁷ CRP.6.

imposição de condições de vida em Gaza calculadas para provocar a destruição dos palestinos em Gaza, especialmente o bloqueio da entrada de medicamentos, equipamentos médicos, alimentos e água em Gaza. A Comissão conclui que as autoridades israelenses sabiam que o bloqueio da entrada de ajuda humanitária em Gaza levaria à morte de palestinos em Gaza. Com base nas razões acima mencionadas, a Comissão conclui que as autoridades israelenses pretendiam matar e causar a morte de palestinos em Gaza por meio das operações militares e estratégias de guerra empregadas.

49. A Comissão conclui que o assassinato de palestinos desde 7 de outubro de 2023 ocorreu principalmente por três meios diferentes: (i) assassinatos por meio de ataques contra objetos protegidos (como casas de civis e instalações de saúde) onde havia civis; (ii) ataques contra civis e outras pessoas protegidas, por exemplo, durante as evacuações, dentro de zonas seguras ou em abrigos; e (iii) mortes devido à imposição deliberada de condições de vida (como o bloqueio de medicamentos, equipamentos médicos e ajuda humanitária para entrar em Gaza).

50. Assim, a Comissão conclui que a *ato reuse homens reade* 'matar membros do grupo', nos termos do artigo II(a) da Convenção sobre o Genocídio, são estabelecidas.

B. Causar danos físicos ou mentais graves aos membros do grupo

i. Quadro jurídico

51. Esta lei abrange dois tipos de danos que podem ser infligidos a um indivíduo, nomeadamente, danos corporais que envolvam alguma forma de lesão física grave e danos mentais que envolvam alguma forma de comprometimento grave das faculdades mentais.⁹⁸ "como a infilção de forte medo ou terror, intimidação ou ameaça."⁹⁹ A natureza do dano físico ou mental deve atingir um certo grau de gravidade a ponto de contribuir ou ameaçar a destruição física ou biológica do grupo, no todo ou em parte.¹⁰⁰ O estupro e outras formas de violência sexual, por exemplo, constituem uma das piores maneiras de infligir danos físicos e mentais graves à vítima.¹⁰¹

52. Em relação ao *ato reus*, a Comissão observa que o dano infligido não precisa ser permanente ou irremediável.¹⁰² O termo "causar lesão corporal grave" significa que tal ato não chega a matar, mas causa danos sérios à saúde, desfigura ou causa ferimentos graves aos órgãos externos ou internos ou aos sentidos.¹⁰³ Exemplos de atos que causam danos físicos ou mentais graves incluem tortura e tratamento desumano ou degradante.¹⁰⁴ Além disso, o deslocamento forçado, o medo e a incerteza quanto ao destino das vítimas e as dificuldades financeiras e emocionais podem levar a danos mentais graves.¹⁰⁵ Dano mental grave significa alguma forma de "comprometimento das faculdades mentais

⁹⁸ ILC, *Projeto de Código de Crimes contra a Paz e a Segurança da Humanidade, com comentários*, 1996, art. 17, parágrafo 14.

⁹⁹ CITR, *Promotor v. Athanase Seromba*, ICTR-2001-66-A, Acórdão (Câmara de Recursos), 12 de março de 2008, parágrafo 46.

¹⁰⁰ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Croácia v. Sérvia)*, Acórdão, Relatórios do CIJ 2015, p.33 de fevereiro de 2015, par. 157; CIT, *Projeto de Código de Crimes contra a Paz e a Segurança da Humanidade, com comentários*, 1996, art. 17, par. 14; ICTR, *Promotor v. Athanase Seromba*, ICTR-2001-66-A, Acórdão (Câmara de Recursos), 12 de março de 2008, parágrafo 46. Ver também TPIJ, *Promotor contra Momčilo Krajišnik*, IT-00-39-T, Acórdão, 27 de setembro de 2006, parágrafo 862; ICTR, *Promotor v. Juvénal Kajelijeli*, ICTR-98-44A-T, Julgamento e Sentença, 1 de dezembro de 2003, parágrafo 814.

¹⁰¹ CITR, *Promotor v. Jean-Paul Akayesu*, ICTR-96-4-T, Sentença, 2 de setembro de 1998, par. 731. ICTR,

¹⁰² *Promotor v. Mikaeli Muhimana*, ICTR-95-1B-T, Sentença, 28 de abril de 2005, par. 502; Promotor contra Jean-Paul Akayesu, ICTR-96-4-T, Sentença, 2 de setembro de 1998, par. 502. ICTR, *Promotor v. Édouard*

¹⁰³ *Karemara e outros*, ICTR-98-44-T, Julgamento e Sentença, 2 de fevereiro de 2012, parágrafo 1609.

¹⁰⁴ CITR, *Promotor v. Jean-Paul Akayesu*, ICTR-96-4-T, Sentença, 2 de setembro de 1998, parágrafo 504. TPIJ,

¹⁰⁵ *Promotor contra Zdravko Tolimir*, IT-05-88/2-A, Acórdão (Câmara de Recursos), 8 de abril de 2015, parágrafos 208-209.

ou dano que cause lesão grave ao estado mental da vítima".¹⁰⁶ Em relação ao *homens rea*, é preciso comprovar que o autor do dano causou intencionalmente.

¹⁰⁷

ii. Resumo das conclusões factuais

53. A Comissão informou que, em maio de 2024, o número de palestinos fisicamente feridos em Gaza foi estimado em 77.908.¹⁰⁸ Em 30 de julho de 2025, o número de pessoas feridas, segundo o OCHA, era de 146.269.¹⁰⁹ Segundo a OMS, em julho de 2024, era razoável estimar entre 3.105 e 4.050 amputações de membros entre janeiro e maio de 2024.¹¹⁰ Segundo a UNICEF, pelo menos 609 crianças ficaram feridas em duas semanas após o fim do cessar-fogo, entre 18 e 31 de março de 2025, elevando o total de crianças feridas desde 7 de outubro de 2023 para 34.000, em 31 de março de 2025.¹¹¹ Em Junho de 2024, o Comissário Geral da UNRWA declarou que 10 crianças perdiam uma ou ambas as pernas na guerra todos os dias¹¹², em outubro de 2024, um representante do OCHA relatou que "Gaza abriga o maior grupo de crianças amputadas da história moderna".¹¹³ Em uma declaração dada à Agência Anadolu em janeiro de 2025, o chefe da Unidade de Informação de Saúde do Ministério da Saúde em Gaza teria declarado que eles registraram "4.500 casos de amputação até o final de 2024, como resultado dos contínuos ataques aéreos e terrestres israelenses em Gaza" desde outubro de 2023, dos quais cerca de 800 eram crianças e 540 eram mulheres.¹¹⁴

a. Danos graves sofridos em consequência da destruição ambiental

54. A Comissão observa a destruição ambiental em Gaza desde 7 de outubro de 2023. Em 13 de dezembro de 2024, o UNOSAT informou que havia "identificado 60.368 estruturas destruídas, 20.050 estruturas severamente danificadas, 56.292 estruturas moderadamente danificadas e 34.102 estruturas possivelmente danificadas, para um total de 170.812 estruturas".¹¹⁵ O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente ("PNUMA") estimou um total de 50.773.494 toneladas de detritos em Gaza em 1º de dezembro de 2024, o que levaria aproximadamente 21 anos para ser completamente eliminado (usando 105 caminhões).¹¹⁶ Resíduos tóxicos de explosões mortais liberados no meio ambiente, incluindo calor perigoso e reações químicas, representam ameaças de longo prazo para gerações.¹¹⁷ Além disso, um especialista ambiental palestino declarou à Al-Mezan em agosto de 2024: "A fumaça e as cinzas da destruição de casas e outras infraestruturas, combinadas com partículas de cimento, prejudicam gravemente a saúde respiratória dos palestinos em Gaza. Essas partículas finas se depositam nos pulmões, aumentando o risco de problemas de saúde a longo prazo, como câncer de pulmão, e agravando a situação em indivíduos com sistema imunológico enfraquecido."

¹⁰⁶ ICTR, *Promotor v. Mikaeli Muhimana*, ICTR-95-1B-T, Sentença, 28 de abril de 2005, par. 502. ICTR, *Promotor*

¹⁰⁷ v. *Clément Kayishema e outros*, ICTR-95-1, Julgamento, 21 de maio de 1999, parágrafo 112. <https://t.me/>

¹⁰⁸ MOHMediaGaza/5401; A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 49.

¹⁰⁹ Inglês: <https://www.ochaopt.org/content/reported-impact-snapshot-gaza-strip-30-july-2025>. <https://>

¹¹⁰ www.emro.who.int/images/stories/palestine/Rehab-injury-estimate-Gaza.pdf?ua=1. <https://>

¹¹¹ www.unicef.org/press-releases/least-322-children-reportedly-killed-gaza-strip-followingbreakdown-ceasefire.

¹¹² Inglês: <https://media.un.org/unifeed/en/asset/d322/d3225657>. <https://www.un.org/unispal/document/lisa->

¹¹³ [doughten-ocha-briefing-sc-9744th-meeting-09oct24/](https://www.aa.com.tr/en/middle-east/4-500-doughten-ocha-briefing-sc-9744th-meeting-09oct24/). <https://www.aa.com.tr/en/middle-east/4-500-doughten-ocha-briefing-sc-9744th-meeting-09oct24/>

¹¹⁴ [amputations-reported-in-gaza-amid-israeli-war-healthofficial/3447324;](https://www.aa.com.tr/ar/%D8%A5%D8%B3%D8%B1%D8%A7%D8%A6%D9%8A%D9%84%D9%85%D8%B3%D8%A4%D9%88%D9%84-%D8%B5%D8%AD%D9%8A%D8%A8%D8%BA%D8%B2%D8%A9-%D8%B3%D8%AC%D9%84%D9%86%D8%A7-4500-%D8%AD%D8%A7%D9%84%D8%A9-%D8%A8%D8%AA%D8%B1-%D9%85%D9%86%D8%B0-%D8%A8%D8%AF%D8%A1-%D8%A7%D9%84%D8%A5%D8%A8%D8%A7%D8%AF%D8%A9-%D8%A7%D9%84%D8%A5%D8%B3%D8%B1%D8%A7%D8%A6%D9%8A%D9%84%D9%8A%D8%A9/3446865)

<https://www.aa.com.tr/ar/%D8%A5%D8%B3%D8%B1%D8%A7%D8%A6%D9%8A%D9%84%D9%85%D8%B3%D8%A4%D9%88%D9%84-%D8%B5%D8%AD%D9%8A%D8%A8%D8%BA%D8%B2%D8%A9-%D8%B3%D8%AC%D9%84%D9%86%D8%A7-4500-%D8%AD%D8%A7%D9%84%D8%A9-%D8%A8%D8%AA%D8%B1-%D9%85%D9%86%D8%B0-%D8%A8%D8%AF%D8%A1-%D8%A7%D9%84%D8%A5%D8%A8%D8%A7%D8%AF%D8%A9-%D8%A7%D9%84%D8%A5%D8%B3%D8%B1%D8%A7%D8%A6%D9%8A%D9%84%D9%8A%D8%A9/3446865>.

¹¹⁵ <https://unosat.org/products/4047>. <https://>

¹¹⁶ wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/46833. A/HRC/

¹¹⁷ 56/CRP.4, par. 53.

sistemas, especialmente aqueles que sofrem de asma.”¹¹⁸ Isto é consistente com a avaliação do PNUMA de que “[o]s detritos representam riscos para a saúde humana e para o ambiente, devido ao pó e à contaminação com engenhos explosivos não detonados, amianto, resíduos industriais e médicos e outras substâncias perigosas”.¹¹⁹ O Comitê Especial para Investigar as Práticas Israelenses que Afetam os Direitos Humanos do Povo Palestino e Outros Árabes dos Territórios Ocupados levantou suas preocupações em setembro de 2024 sobre o impacto imediato, duradouro e generalizado da contaminação causada pelos destroços da destruição de edifícios e estruturas em Gaza.¹²⁰

b. Danos graves sofridos em consequência de ataques contra civis e estruturas civis

55. A Comissão observou anteriormente que as forças de segurança israelenses expandiram seus sistemas de mira para causar danos mais generalizados às cestas dos civis.¹²¹ Ataques a prédios residenciais resultaram em danos físicos, emocionais e cognitivos significativos para as crianças afetadas, muitas das quais tiveram que ser retiradas dos escombros com vários graus de ferimentos.¹²² Segundo a OMS, entre 7 de outubro de 2023 e 11 de junho de 2025, Israel realizou 735 ataques que interferiram em serviços, pessoal e instalações de saúde, matando 917 pessoas e ferindo outras 1.411.¹²³ Além de matar em grande número, o uso de armas e munições letais pelas forças de segurança israelenses resultou em lesões físicas debilitantes a longo prazo, incluindo perda de membros, lesões cerebrais traumáticas e danos a órgãos internos. As consequências de ferimentos tão graves foram agravadas pela falta de infraestrutura de saúde funcional.¹²⁴

56. Profissionais médicos informaram à Comissão que trataram crianças com ferimentos causados por balas diretas e por atiradores de elite, indicando que as forças de segurança israelenses alvejaram crianças intencionalmente durante suas operações militares em Gaza. Segundo a UNICEF, cerca de 1.000 crianças tiveram um ou mais membros amputados até o final de novembro de 2023.¹²⁵ Algumas dessas amputações foram realizadas sem anestesia.¹²⁶ Por exemplo, a Comissão recebeu relatos de uma menina de 14 anos cuja casa foi bombardeada, o que levou à amputação de sua mão.¹²⁷ A Comissão documentou o caso de um menino de três anos que perdeu as duas pernas em consequência de um ataque a uma escola da UNRWA em novembro de 2023.¹²⁸ A Save the Children relatou que o uso de armas explosivas em Gaza causou, em média, 475 crianças por mês em 2024, deficiências permanentes, incluindo membros gravemente feridos e outras deficiências.¹²⁹ Um médico na Faixa de Gaza disse à Comissão que, desde o início das hostilidades, cinquenta por cento dos pacientes em sua lista de cirurgias eram crianças. Ele descreveu os efeitos a longo prazo dos ferimentos que afetam as crianças, afirmando que uma criança amputada precisará de oito a doze cirurgias antes de atingir a idade adulta para permitir seu crescimento.¹³⁰

¹¹⁸ <https://mezan.org/uploads/files/2024/10/1729068986AI%20Mezan%20%20Ecocide%20Report%202024.pdf>.

¹¹⁹ <https://www.unep.org/news-and-stories/press-release/damage-gaza-causing-new-risks-humanhealth-and-long-term->

¹²⁰ <https://www.who.int/news-room/detail/10/01/2024/children-in-gaza-are-exposed-to-new-risks-from-explosive-remnants-of-war>.

¹²¹ <https://www.who.int/news-room/detail/10/01/2024/children-in-gaza-are-exposed-to-new-risks-from-explosive-remnants-of-war>, par. 34.A/

¹²² A/HRC/56/CRP.4, par. 156.

¹²³ A/HRC/56/CRP.4, par. 402. https://www.emro.who.int/images/stories/palestine/Sitrep_61.pdf.

¹²⁴ A/HRC/56/CRP.4, par. 53.

¹²⁵ A/HRC/56/CRP.4, par. 404.

¹²⁶ <https://www.un.org/News/Press-Releases/2024/01/15/children-in-gaza-lose-limbs-brutal-conflict>.

¹²⁷ A/HRC/56/CRP.4, par. 404. A/HRC/56/CRP.4, par. 403. <https://www.savethechildren.net/news/gaza-explosive-weapons-left-15-children-day-potentially-lifelong-disabilities-2024>

¹²⁸ A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 405.

¹²⁹ A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 405.

¹³⁰ A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 405.

57. A Comissão investigou e relatou a destruição da clínica de fertilização in vitro ("FIV") de Al-Basma em dezembro de 2023, e cerca de 4.000 embriões e 1.000 amostras de esperma e óvulos não fertilizados que estavam armazenados na clínica.¹³¹ Uma médica especialista em medicina reprodutiva prestou depoimento à Comissão sobre o impacto em mulheres e homens que perderam material reprodutivo, como óvulos, espermatozoides ou embriões, no ataque à clínica de fertilização in vitro. Segundo a especialista, a fertilização in vitro é um processo complexo e fisicamente exigente, que normalmente consome muito tempo. Em relação ao impacto a curto prazo, a perda de tecidos reprodutivos foi profunda, visto que muitas pacientes normalmente tentavam engravidar por vários anos antes de consultar um médico especialista em fertilidade e muitas sacrificavam tudo para financiar seu(s) tratamento(s). Além disso, para muitas pacientes, a fertilização in vitro teria sido o último recurso para engravidar, devido à idade avançada ou a problemas de saúde. Em relação ao impacto psicológico, a especialista disse à Comissão que "pacientes com infertilidade sofrem de ansiedade e depressão. Elas também sofrem de transtorno de estresse pós-traumático após a infertilidade ou com a perda reprodutiva", especialmente quando ocorre no contexto de um trauma social mais amplo, como o ocorrido em Gaza. A especialista acrescentou: "O estresse agravado pela perda pessoal em meio à devastação generalizada da comunidade aprofunda essas cicatrizes emocionais e deixa muitas sem os sistemas de apoio de que tanto precisam". Em relação ao impacto a longo prazo, o especialista testemunhou que a perda de tecidos reprodutivos pode ser vista como uma violação direta dos direitos reprodutivos das pacientes. Para muitas, a perda de embriões ou material reprodutivo é frequentemente vivenciada como a perda de um filho em potencial e carrega consigo a mesma profundidade de luto, que muitas vezes leva a "profundos dilemas existenciais e morais".

c. Danos graves sofridos durante e como resultado do processo de evacuação e expansão da zona tampão

58. Em um relatório anterior, a Comissão detalhou suas conclusões sobre a evacuação e transferência da população em Gaza, e os ataques das forças de segurança israelenses à população palestina durante o processo de evacuação.¹³² Além disso, a Comissão também destacou o apelo das autoridades israelenses por "migração" ou "migração voluntária" de palestinos da Faixa de Gaza, com alguns pedindo explicitamente seu deslocamento forçado.¹³³ A Comissão observa que a operação militar israelense resultou no deslocamento de mais de 1,9 milhão de pessoas entre outubro de 2023 e 25 de junho de 2025 em Gaza.¹³⁴ Segundo relatos, os palestinos em Gaza foram deslocados em média pelo menos seis vezes, enquanto alguns foram deslocados até 19 vezes entre outubro de 2023 e outubro de 2024.¹³⁵ Como resultado das operações militares das forças de segurança israelenses, os palestinos em Gaza têm vivido em condições de superlotação e enfrentado insegurança alimentar e hídrica aguda, além de acesso limitado a saneamento e instalações de saúde.¹³⁶ Em seu relatório anterior, a Comissão descobriu que as forças de segurança israelenses tinham conhecimento claro da presença de civis em áreas ou edifícios que foram designados como áreas seguras, mas, mesmo assim, prosseguiram com seus ataques.¹³⁷

¹³¹ A/HRC-58-CRP-6. Veja mais abaixo, *Impor medidas destinadas a impedir nascimentos dentro do grupo*.

¹³² A/HRC/56/CRP.4, parágrafos 92-115, 120-127. A/HRC/56/CRP.4, parágrafos 137-144. <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-177-situation-gaza-strip-and-westbank-including-east>

¹³³ 134

jerusalem#:~:text=De acordo com a ONU, cerca de 10 vezes mais.

¹³⁵ https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/suffering-design-human-cost-repeateddisplacement-gaza?_gl=1*1nt9qkd*_ga*MjA3ODY1NDczOC4xNzQzMDE0NTA2*_ga_E60ZNX2F68*MTc0MTAxOTIxOC4yLjEuMTc0MTAxOTYzNS41NS4wLjA;https://www.unocha.org/publications/report/occupied-palestinian-territory/humanitarian-situationupdate-257-gaza-strip;https://www.ochaopt.org/content/one-year-unimaginable-suffering-7-october-attack

¹³⁶ A/HRC/56/CRP.4, par. 256.

¹³⁷ A/HRC/56/CRP.4, par. 147.

59. A Comissão ouviu uma testemunha que viu palestinos separados de suas famílias durante as evacuações e levados para trás de uma colina. Segundo a testemunha, os soldados então disparavam tiros fora da vista dos familiares, fazendo com que os familiares das vítimas acreditassesem que elas haviam sido executadas, causando-lhes grande angústia. Além disso, uma testemunha informou à Comissão que muitas vítimas ficaram gravemente traumatizadas quando as forças de segurança israelenses atiraram para o alto ao redor dos evacuados, fazendo-as temer que fossem mortas. Outra testemunha disse à Comissão: "Estamos vivendo sem dignidade".¹³⁸

60. Em relação à expansão da zona de amortecimento em Gaza, a Comissão observa o seguinte: as forças de segurança israelenses criaram cinco corredores que efetivamente dividiram Gaza. Em 20 de julho de 2025, Israel reconheceu a existência de quatro desses corredores: Filadélfia, Morag, Netzirim e Magen-Oz. A Comissão verificou a criação de um corredor adicional cruzando Jabalia. Em 20 de julho de 2025, os cinco corredores, combinados com uma zona de amortecimento de fronteira expandida e as recém-designadas "zonas de segurança", cobriam 278 quilômetros quadrados, ou cerca de 75% da Faixa de Gaza. A entrada de palestinos nessas áreas é proibida. A Comissão constatou que a destruição de objetos civis com o objetivo de expandir a zona de amortecimento e os corredores fazia parte de um ataque generalizado e sistemático dirigido contra a população civil em Gaza desde 7 de outubro de 2023, que também deslocou à força palestinos de suas casas em Gaza.

61. A Comissão toma nota de um relatório da revista *Breaking the Silence*,¹³⁹ uma organização de soldados veteranos que serviram nas Forças Armadas israelenses, na qual foram entrevistados vários membros das forças de segurança israelenses envolvidos em operações militares ao longo da zona de segurança. Um capitão alocado no sul de Gaza afirmou que houve um uso "massivo" de poder de fogo, como tanques, para incutir um efeito psicológico nos palestinos perto da zona de segurança.¹⁴⁰ Ele contou ao *Breaking the Silence*: "Decidimos por uma linha que é a fronteira, além da qual todos são suspeitos". Não havia marcações para indicar a fronteira e, segundo o capitão, "Como eles sabem é uma ótima pergunta. Muitas pessoas morreram ou se feriram cruzando essa linha, então eles não chegam perto dela".¹⁴¹ Um subtenente destacado no norte de Gaza disse ao *Breaking the Silence*: "As pessoas foram incriminadas por terem sacolas nas mãos. Um cara apareceu com uma sacola? Incriminado, terrorista. Acredito que eles vieram colher hubeiza, mas o exército disse: 'Não, eles estão se escondendo'. Bum (bombas foram disparadas na direção deles). Isso é considerado um erro. Eles deveriam atirar (atingir) eles." Ele acrescentou que, apesar dos tiros, os palestinos continuavam voltando para a área porque estavam com fome, então tiveram que ir lá colher hubeiza (malva).¹⁴²

d. Danos graves causados por maus-tratos severos

62. Em relação ao tratamento de palestinos detidos, a Comissão documentou muitos casos em que palestinos detidos foram severamente maltratados durante sua detenção. Entre 7 de outubro de 2023 e julho de 2024, segundo autoridades israelenses, Israel prendeu mais de 4.500 palestinos em Gaza, muitos dos quais foram transferidos para instalações em Israel para interrogatório.¹⁴³ A Comissão recebeu inúmeros relatos de detidos sendo despidos, transportados nus, vendados, chutados, espancados, abusados sexualmente e submetidos a ameaças de morte.¹⁴⁴ Um detido libertado disse à Comissão que tinha sido ameaçado por um soldado israelita: "Vou matar-te e posso fazer-te

¹³⁸ A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 265. <https://www.breakingthesilence.org.il/>. <https://www.breakingthesilence.org.il/>

¹³⁹ www.breakingthesilence.org.il/inside/wp-content/uploads/2025/04/Perimeter_English-2.pdf, pág. 27.

¹⁴⁰

¹⁴¹ https://www.breakingthesilence.org.il/inside/wp-content/uploads/2025/04/Perimeter_English-2.pdf, p. 28.

¹⁴² https://www.breakingthesilence.org.il/inside/wp-content/uploads/2025/04/Perimeter_English-2.pdf, p. 30.

¹⁴³ Apresentação do Governo Israelita no HCJ 4268/24, *ACRI v Ministro da Defesa* (5 de agosto de 2024) parágrafos 8-9, disponível em https://01368b10-57e4-4138-acc3-01373134d221.usrfiles.com/ugd/01368b_f32f5ef6555f45d8b5a9659cc44383fc.pdf A/

¹⁴⁴ 79/232, par. 48.

desaparecer. Você não verá o sol e ninguém saberá onde você está." Outro detento libertado relatou à Comissão que outros detentos foram espancados violentamente durante o trajeto entre as instalações militares e as do Serviço Prisional de Israel. Ele observou que um detento recebeu um soco tão forte no maxilar que vários dentes foram quebrados.¹⁴⁵

63. A Comissão recebeu e verificou informações sobre maus-tratos generalizados e institucionalizados contra detidos de Gaza, incluindo meninos, no centro de detenção militar de Sde Teiman, onde todos os detidos de Gaza estavam inicialmente detidos desde 8 de outubro de 2023. Os detidos eram vendados e algemados por agentes das forças de segurança israelenses o tempo todo, confinados em celas improvisadas, grandes e superlotadas, mantidos nus ou quase nus por dias seguidos e forçados a se ajoelhar em posições de estresse por horas, além de serem proibidos de falar. Eles tiveram acesso adequado a banheiros e chuveiros negado, e muitos foram forçados a usar fraldas. Foram submetidos a espancamentos, inclusive com cassetetes e varas de madeira, mesmo imobilizados, além de intimidação e ataques de cães.¹⁴⁶ Muitos detentos foram amarrados a um parafuso colocado no alto de uma parede por horas, com os olhos vendados e suspensos com os pés tocando ou mal tocando o chão ("shabah"). Em um caso, um detento foi deixado nessa posição por cinco a seis horas, enquanto os interrogadores o submetiam repetidamente a mudanças extremas de temperatura, usando um ventilador potente e uma lâmpada de aquecimento alternadamente. A Comissão também recebeu relatos de dispositivos de choque elétrico sendo usados contra detentos.¹⁴⁷ Notavelmente, em 16 de outubro de 2023, o Ministro da Segurança Nacional israelense, Ben-Gvir, ordenou restrições adicionais significativas nas instalações do Serviço Prisional de Israel contra detidos palestinos, incluindo auxílio-alimentação.¹⁴⁸

64. A Comissão concluiu em um relatório anterior que as forças de segurança israelenses maltrataram severamente crianças detidas, causando graves lesões físicas e sofrimento mental. Crianças detidas foram submetidas a extrema violência durante a prisão, detenção, interrogatório e libertação.¹⁴⁹ Em Sde Teiman, crianças foram mantidas com adultos e submetidas a maus-tratos semelhantes. Um adolescente de 15 anos detido na unidade de Sde Teiman contou à Comissão que suas pernas foram algemadas com correntes de metal e suas mãos tão firmemente algemadas que sangraram, mas ele não recebeu nenhum atendimento médico. Ele foi punido repetidamente, sendo forçado a ficar de pé com as mãos levantadas por horas. Ele descreveu seus 23 dias de detenção como "os piores dias da minha vida". Um adolescente de 13 anos contou à Comissão que cães foram usados contra ele durante os interrogatórios e que ele foi colocado em confinamento solitário.¹⁵⁰ Notavelmente, crianças liberadas mostraram sinais de ferimentos físicos graves, sofrimento psicológico extremo e trauma.¹⁵¹

e. Danos graves causados por violência sexual e de gênero

65. A Comissão detalhou em seus relatórios anteriores o uso sistemático de violência sexual e de gênero por Israel.¹⁵²

66. A Comissão documentou mais de 20 casos de violência sexual e de gênero contra detentos, homens e mulheres, em mais de 10 instalações militares e do Serviço Prisional de Israel. A violência sexual foi utilizada como forma de punição e intimidação desde o momento da prisão e durante toda a detenção, inclusive durante interrogatórios e buscas.¹⁵³ Vários detentos do sexo masculino relataram que agentes das forças de segurança israelenses espancaram, chutaram, puxaram ou apertaram seus genitais, muitas vezes enquanto os detentos estavam nus. Um detento afirmou ter sido forçado a se despir e ordenado a beijar a bandeira israelense. Ao se recusar, foi espancado e teve seus genitais

¹⁴⁵ A/79/232, parágrafo 49.

¹⁴⁶ A/79/232, parágrafo 51.

¹⁴⁷ A/79/232, parágrafo 52.

¹⁴⁸ A/79/232, parágrafo 56.

¹⁴⁹ A/79/232, parágrafo 59.

¹⁵⁰ A/79/232, parágrafo 60.

¹⁵¹ A/79/232, parágrafo 106.

¹⁵² A/HRC/58/CRP.6, par. 78 e seguintes; A/79/232, par. 62 e segs.

¹⁵³ A/79/232, par. 62.

foi chutado com tanta força que vomitou e perdeu a consciência.¹⁵⁴ A Comissão também recebeu informações confiáveis sobre muitos casos de estupro e agressão sexual, incluindo o uso de uma sonda elétrica para causar queimaduras no ânus e a inserção de objetos, como paus, cabos de vassoura e vegetais, no ânus de detentos.

¹⁵⁵

67. A Comissão observa que detidas foram submetidas a agressão e assédio sexual em instalações militares e do Serviço Prisional de Israel, bem como a ameaças de morte e de estupro. O assédio sexual incluiu tentativas de beijar e tocar seus seios. Elas relataram revistas íntimas repetidas, prolongadas e invasivas, tanto antes quanto depois dos interrogatórios. Mulheres foram espancadas, assediadas e sofreram insultos sexuais.¹⁵⁶ Mulheres detidas foram fotografadas sem seu consentimento e em circunstâncias degradantes, inclusive de roupa íntima na frente de soldados homens, e essas fotos eram frequentemente publicadas nas redes sociais.¹⁵⁷

68. Em 11 de março de 2025, a Comissão ouviu o depoimento de uma testemunha que entrevistou vítimas palestinas de violência sexual em Gaza. Segundo a testemunha, as mulheres vítimas de violência sexual foram submetidas a condições de vida terríveis, incluindo fome, casas demolidas e consequências da morte de familiares, suprimindo o trauma causado pela violência sexual enquanto continuavam a lutar para sobreviver. Embora o dano mental causado pela violência sexual tenha se tornado um trauma secundário, ele estava presente e persistente. De acordo com um advogado que entrevistou detentos que haviam sido submetidos a maus-tratos severos e violência sexual por soldados israelenses, as vítimas do sexo masculino também sofreram efeitos contínuos a longo prazo, mesmo após sua libertação da detenção, pois continuaram a enfrentar a fome e as péssimas condições de vida em Gaza, o que teria um impacto adverso adicional no dano mental sofrido. A Comissão detalhou suas conclusões sobre o impacto das operações militares das forças de segurança israelenses sobre mulheres e meninas em Gaza.¹⁵⁸ A Comissão descobriu, por exemplo, que as forças de segurança israelenses atacaram mulheres e meninas após as forças de segurança israelenses expandirem seus critérios de seleção.¹⁵⁹

69. A Comissão também constatou, em relatório anterior, que as forças de segurança israelenses atacaram e destruíram, intencional e sistematicamente, instalações de saúde reprodutiva e materna em Gaza, incluindo maternidades e alas de maternidade de hospitais. Os ataques diretos à saúde reprodutiva e materna em Gaza resultaram em assassinatos e causaram graves danos físicos e mentais a mulheres e meninas palestinas.¹⁶⁰

70. Notavelmente, as forças de segurança israelenses também assediaram sexualmente e envergonharam publicamente mulheres palestinas. Por exemplo, algumas mulheres palestinas foram forçadas a ficar apenas com roupas íntimas e a remover seus véus em público e na frente da comunidade.¹⁶¹ A Comissão concluiu que as forças de segurança israelenses deliberadamente humilharam e ridicularizaram mulheres palestinas com base em seu gênero e etnia. As evidências analisadas pela Comissão demonstraram um claro preconceito de gênero e raça por parte dos perpetradores, que intencionalmente visam mulheres palestinas e tentam humilhá-las e degradá-las publicamente. Além disso, da perspectiva da cultura palestina, o assédio sexual e a humilhação pública de mulheres são potencialmente extremamente prejudiciais, com sérias implicações para as mulheres cuja privacidade é exposta publicamente.¹⁶² Além disso, mulheres palestinas detidas foram severamente maltratadas e humilhadas durante sua detenção. A Comissão relatou que

¹⁵⁴ A/79/232, parágrafo 64.

¹⁵⁵ A/79/232, parágrafo 65.

¹⁵⁶ A/79/232, parágrafo 67.

¹⁵⁷ Ver A/HRC/56/CRP.4, parágrafos 381 e 383.

¹⁵⁸ A/HRC/58/CRP.6.

¹⁵⁹ A/HRC/58/CRP.6, parágrafos 29-35. A/HRC/58/

¹⁶⁰ CRP.6, parágrafos 39-46 e 176. A/HRC/58/

¹⁶¹ CRP.6, parágrafo 182.

¹⁶² A/HRC/58/CRP.6, parágrafos 82-85.

As detidas eram "submetidas a revistas íntimas repetidas, prolongadas e invasivas, tanto antes quanto depois dos interrogatórios. Uma mulher foi revistada nua em sua cela a cada três horas durante seus quatro dias de detenção, com os guardas forçando-a a tirar toda a roupa, mesmo estando menstruada. As mulheres eram forçadas a tirar toda a roupa, incluindo o véu, na frente de soldados e soldados. Elas eram espancadas e assediadas, chamadas de "feias" e submetidas a insultos sexuais, como "vadia" e "vadia", dirigidos a elas.¹⁶³

71. De modo geral, as hostilidades tiveram um impacto psicológico prejudicial em mulheres grávidas, puérperas e lactantes, bem como em outras mulheres em idade reprodutiva, devido à exposição direta a conflitos armados e ao deslocamento, à fome e à assistência médica precária. Emergências obstétricas e partos prematuros aumentaram devido ao estresse e ao trauma.¹⁶⁴ Um aumento de abortos espontâneos de até trezentos por cento foi relatado desde 7 de outubro de 2023.¹⁶⁵ De acordo com um relatório da ONU Mulheres de setembro de 2024, a guerra atual em Gaza teve um impacto tremendo na saúde mental. Das 305 mulheres entrevistadas, 75% disseram que se sentem deprimidas regularmente, 62% frequentemente não conseguem dormir e 65% frequentemente se sentem nervosas e têm pesadelos.¹⁶⁶

iii. Análise e conclusão

72. A Comissão destaca os graves danos físicos e mentais sofridos pelos palestinos em Gaza como resultado das operações militares das forças de segurança israelenses desde 7 de outubro de 2023: em 30 de julho de 2025, o número de pessoas feridas era de 146.269.¹⁶⁷ Muitas vítimas sofrem danos físicos a longo prazo, incluindo a perda de membros. Esses ferimentos físicos foram agravados pela falta de - e, às vezes, pela completa impossibilidade de acesso - atendimento médico, visto que as instalações de saúde não funcionavam ou funcionavam apenas parcialmente devido à política coordenada de Israel para destruir o sistema de saúde de Gaza e ao cerco total de Israel à Faixa de Gaza e ao bloqueio da ajuda humanitária. Além disso, a Comissão concluiu, em um relatório anterior, que os graves maus-tratos a detidos constituem crimes de guerra por tratamento desumano e atentado à dignidade pessoal, e crime contra a humanidade por outros atos desumanos. Em alguns casos, tais atos equivalem ao crime de guerra e ao crime contra a humanidade por tortura.¹⁶⁸

73. Os danos que a Comissão constatou constituem danos graves à luz do direito internacional. A Comissão enfatiza que as forças de segurança israelenses cometem tortura, estupro e outras formas de violência sexual, além de tratamentos cruéis, desumanos e degradantes contra detidos palestinos, o que resultou em graves danos físicos e mentais às vítimas.¹⁶⁹

74. A Comissão também destaca que, desde 7 de outubro de 2023, os palestinos, especialmente as crianças, que perderam familiares em ataques das forças de segurança israelenses ou que foram separados de suas famílias, vivenciam um profundo trauma emocional, agravado pela incerteza de seu próprio destino, devido às contínuas operações militares das forças de segurança israelenses. Além disso, a Comissão constata que, devido à incerteza de seu futuro, os palestinos em Gaza, especialmente aqueles que foram transferidos à força e não podem retornar para casa, sofreram danos a longo prazo e são incapazes de levar uma "vida normal e construtiva".¹⁷⁰

¹⁶³ A/HRC/58/CRP.6, par. 125.

¹⁶⁴ A/79/232, par. 34.

¹⁶⁵ A/79/232, parágrafo 34.

¹⁶⁶ <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2024/09/gender-alert-gaza-a-war-on-womens-health/gender-alert-gaza-a-war-on-womens-health-en.pdf>

¹⁶⁷ <https://www.ochaopt.org/content/reported-impact-snapshot-gaza-strip-30-july-2025>.

¹⁶⁸ A/79/232, par. 109.

¹⁶⁹ Veja, por exemplo, o TPIJ, *Promotor v. Radislav Krstić*, IT-98-33-T, Sentença, 2 de agosto de 2001, par. 635.

¹⁷⁰ Por exemplo, o TPIJ, *Procurador v. Radovan Karadžić*, IT-95-5/18-T, Versão pública redigida do acórdão emitido em 24 de março de 2016, 24 de março de 2016, parágrafo 5664; *Promotor contra Zdravko Tolimir*, IT-05-88/2-A, Acórdão (Câmara de Recursos), 8 de abril de 2015, parágrafo 211.

75. Além de lesões corporais graves, a Comissão constata que muitos palestinos sofreram danos mentais graves. Alguns informaram expressamente a Comissão sobre tais danos mentais. Por exemplo, muitos palestinos foram forçados a evacuar diversas vezes, deslocando-se do norte de Gaza para o centro e, em seguida, cada vez mais para o sul. Cada evacuação aumentava a insegurança dos evacuados e agravava seu trauma. Os evacuados enfrentavam repetidas buscas por um lugar para ficar, por comida e água, por atendimento médico caso estivessem doentes ou feridos, e enfrentavam temores constantes por sua segurança.¹⁷¹ Profissionais médicos disseram à Comissão que a maioria das crianças que foram evacuadas apresentaram sintomas crescentes de estresse pós-traumático, como pesadelos, flashbacks e gritos repentinos de medo.¹⁷² De acordo com a Save the Children, os fatores que causaram danos mentais graves em crianças incluem, mas não estão limitados a, (i) a escala, conduta e duração das hostilidades; (ii) o deslocamento forçado; e (iii) a negação de bens essenciais necessários para a sobrevivência.¹⁷³ Todos esses fatores são cumulativos: "quanto mais fatores de risco as crianças enfrentam, maior a probabilidade de resultados mentais ruins e duradouros".¹⁷⁴ Considerando as operações militares sem precedentes em Gaza desde 7 de outubro de 2023 e a escala e a duração da campanha militar israelense, a Comissão conclui que as forças de segurança israelenses causaram diretamente e continuarão a causar aos palestinos em Gaza, incluindo crianças, danos mentais graves e de longo prazo, incluindo ansiedade, sofrimento emocional grave e trauma, agravados pelo sentimento de desamparo e pela incapacidade de retornarem às suas casas. A Comissão conclui que as táticas militares empregadas, como os severos maus-tratos aos detidos palestinos e a atmosfera criada durante o processo de evacuação e o estabelecimento da zona-tampão e dos corredores, tiveram como objetivo infligir traumas mentais imediatos e de longo prazo aos palestinos.

76. Embora a transferência forçada não seja considerada um ato genocida em si, ela causou danos físicos e mentais graves e irreparáveis aos palestinos em Gaza, que perderam suas casas e foram forçados a viver em condições desumanas.¹⁷⁵ Da mesma forma, a Comissão destaca a destruição deliberada do meio ambiente em Gaza pelas forças de segurança israelenses por meio de suas operações militares, o que prejudicou a saúde respiratória dos palestinos em Gaza, aumentando o risco de problemas de saúde de longo prazo, como câncer de pulmão, devido à contaminação causada pelos destroços da destruição em larga escala de edifícios e outras estruturas em Gaza.

77. A Comissão considera que as forças de segurança israelenses criaram intencionalmente uma atmosfera de pânico e terror e incutiram medo extremo nos palestinos em Gaza desde 7 de outubro de 2023. Os palestinos foram forçados a evacuar suas casas e foram atacados enquanto tentavam evacuar, e muitos perderam familiares que foram mortos pelas forças de segurança israelenses. É importante ressaltar que a Comissão observa que muitos palestinos, especialmente mulheres, que são as principais cuidadoras, sofreram graves danos mentais quando seus cônjuges ou filhos foram mortos ou desapareceram. A "natureza única" desse tipo de sofrimento foi reconhecida como causadora de angústia mental, agravada pela incapacidade de retornarem às suas casas.¹⁷⁶ e pelos ataques contínuos durante sua evacuação. A conduta de atacar aberta e diretamente os palestinos é consistente com as operações militares das forças de segurança israelenses ao longo da zona-tampão expandida e dos corredores, onde palestinos foram feridos, se não mortos, ou alvejados pelas forças de segurança israelenses sem justificativa. A Comissão conclui que as operações militares ao longo da zona-tampão expandida e dos corredores em Gaza causaram e continuam a causar graves danos físicos e mentais aos palestinos que se aventuraram perto ou adentrando a área que, surpreendentemente, não estava sinalizada.

¹⁷¹ A/HRC/56/CRP.4, par. 100. A/HRC/56/CRP.4, par. 411. <https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/Trapped-and-Scarred-Final-1-1.pdf>.

¹⁷² <https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/Trapped-and-Scarred-Final-1-1.pdf>.

¹⁷³ <https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/Trapped-and-Scarred-Final-1-1.pdf>, p. 14.

¹⁷⁴

¹⁷⁵ Veja, por exemplo, TPIJ, *Promotor v. Radislav Krstić*, IT-98-33-T, Acórdão, 2 de agosto de 2001, parágrafo 635. Ver,

¹⁷⁶ por exemplo, TPIJ, *Procurador v. Radovan Karadžić*, IT-95-5/18-T, Versão pública redigida do acórdão emitido em 24 de março de 2016, 24 de março de 2016, parágrafo 5664.

78. A Comissão conclui que os palestinos que foram física e mentalmente prejudicados pelas operações militares das forças de segurança israelenses continuarão a sofrer danos de longo prazo, de natureza tão grave que não poderão mais levar uma vida normal e construtiva. Por exemplo, em relação às crianças palestinas, em junho de 2024, o UNICEF declarou que "quase todas as 1,2 milhão de crianças de Gaza precisam de saúde mental e apoio psicossocial", especialmente aquelas que foram expostas a eventos traumáticos repetidos, mutiladas, perderam pais e familiares próximos e crianças com deficiência.¹⁷⁷ De acordo com um relatório publicado pela War Child em novembro de 2024, quase metade dos 504 cuidadores entrevistados declararam que seus filhos acham que eles (as crianças) morreriam durante a guerra atual, e outras crianças expressaram seu desejo de morrer.¹⁷⁸ Muitos palestinos de Gaza disseram à Comissão que vivem em extremo e constante medo por sua segurança desde 7 de outubro de 2023. Alguns deles disseram que seus filhos não conseguiam pensar em nada além de maneiras de sobreviver aos ataques diários. Este é um resultado razoável e claro, considerando que, desde 7 de outubro de 2023, muitos palestinos em Gaza (i) foram diretamente feridos pelas operações militares das forças de segurança israelenses e sofreram maus-tratos severos durante a detenção; (ii) perderam familiares que foram mortos pelas forças de segurança israelenses; (iii) perderam suas casas devido ao bombardeio das forças de segurança israelenses; (iv) foram transferidos à força; e (v) perderam seus meios de subsistência. A Comissão conclui que o medo constante e o sentimento de desamparo contribuem para os graves danos mentais sofridos pelos palestinos em Gaza, incluindo mulheres e crianças, impactando sua capacidade de levar uma vida normal e construtiva.

79. A Comissão considera que o ataque israelense e a destruição da infraestrutura de saúde sexual e reprodutiva constituem violência reprodutiva que resultou em graves danos físicos e mentais a mulheres grávidas, puérperas e lactantes, que permanecem sob alto risco de morte e ferimentos. Os ataques israelenses à saúde reprodutiva e materna em Gaza causaram graves danos físicos e mentais a mulheres e meninas palestinas, em uma escala sem precedentes, e mulheres e meninas continuam a enfrentar danos específicos de gênero relacionados à gravidez e à lactação, à manutenção da higiene e dignidade menstruais, e às consequências de assumir a responsabilidade principal de cuidar de crianças pequenas em circunstâncias impensáveis. A Comissão também conclui que a destruição intencional de espécimes reprodutivos palestinos, causada pelo ataque israelense à clínica de fertilização in vitro Al-Basma, resultou em graves danos mentais de curto e longo prazo, incluindo luto e transtorno de estresse pós-traumático, agravados pelo trauma social generalizado em Gaza.¹⁷⁹

80. A Comissão considera que a violência sexual e de gênero tem sido generalizada e sistemática, perpetrada de diferentes formas desde 7 de outubro de 2023, quando cometida contra membros masculinos e femininos do grupo palestino; esses atos resultaram em danos específicos de gênero. A Comissão observa, em particular, que o ato de forçar mulheres a se despirem e removerem seus véus em público e diante da comunidade tem um impacto psicológico negativo particular e grave sobre as mulheres palestinas que vivem em uma sociedade com códigos de vestimenta religiosos e culturais rigorosos. As mulheres palestinas também foram particularmente alvo de assédio sexual online e violência psicológica. Homens e meninos foram fotografados e filmados em circunstâncias humilhantes e degradantes, enquanto submetidos a atos de natureza sexual, incluindo agressão sexual e estupro. Seja contra mulheres, homens, meninos ou meninas, a violência sexual foi praticada não apenas para degradar e humilhar profundamente as vítimas diretas, mas para punir o grupo palestino como um todo. Os atos de natureza sexual foram cometidos por meio de força, ameaça de força ou coerção, causando danos psicológicos graves e extremos às vítimas, mesmo quando não houve contato físico. Além disso, a Comissão conclui também que as vítimas de violência sexual

¹⁷⁷ <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/humanitarian-action-children-2024-statepalestine-revision-3-june-2024>. Veja também <https://www.unicef.org/appeals/state-ofpalestine#download>.

¹⁷⁸ Inglês: https://www.warchild.org.uk/sites/default/files/2024-12/CTCCM_Gaza_Needs_Assessment_Report_2024_WCUK.pdf, p. 20. A/HRC/58/

¹⁷⁹ CRP.6, parágrafos 171, 175, 176 e 219.

violência sofreram danos mentais diretos da violência sexual, e que tais danos foram amplificados pelas péssimas condições de vida, fome, casas demolidas e membros da família que foram mortos, consequentemente aumentando a gravidade dos danos mentais sofridos.

81. Considerando todas as evidências, a Comissão conclui que as forças de segurança israelenses infligiram intencionalmente graves danos físicos e mentais aos palestinos em Gaza.¹⁸⁰ Dada a extensão e a duração das operações militares, os danos previsíveis sofridos pelas vítimas, os meios e métodos de guerra empregados, a violência sexual e de gênero generalizada e sistemática, e a recusa das autoridades israelenses em alterar a natureza de suas operações militares, apesar dos sérios avisos de tribunais internacionais e outros organismos internacionais e de especialistas em direitos humanos, e dadas as conclusões da Comissão sobre a prática persistente de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e violações e abusos de direitos humanos, é razoável concluir que o dano foi infligido intencionalmente.

82. A Comissão conclui que *a ato reuse homens reade* 'causar danos físicos ou mentais graves aos membros do grupo', nos termos do artigo II(b) da Convenção sobre Genocídio.

C. Infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar a sua destruição física, total ou parcial.

i. Quadro jurídico

83. A Comissão observa que impor deliberadamente condições de vida calculadas para provocar a destruição física de um grupo não significa que tal ação deva levar imediata ou efetivamente à morte de membros do grupo, mas deve ter como objetivo final a sua destruição, total ou parcial.¹⁸¹

84. Atos que podem se enquadrar nessa categoria de ato genocida incluem estupro e violência sexual, privação de comida e água, redução ou destruição de serviços médicos e abrigos necessários, falta de higiene e saneamento, expulsão sistemática e destruição de lares e retenção de acomodações suficientes.¹⁸² O período de tal privação deve ser de 'duração ou escala suficiente' para causar a destruição do grupo.¹⁸³ Em relação ao *homens rea*, deve ser estabelecido que os atos foram realizados deliberadamente e calculados para causar a destruição física do grupo, em vez de tais atos causarem mortes colaterais. *Mens rea* também pode ser estabelecido por meio de evidências indiretas baseadas na "probabilidade objetiva dessas condições levarem à destruição física parcial do grupo".¹⁸⁴ Os fatores que podem ser levados em consideração incluem a "natureza de

¹⁸⁰ Por exemplo, CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Croácia v. Sérvia)*, Acórdão, Relatórios do CIJ 2015, p.33 de fevereiro de 2015, par. 157. ICTR, *Promotor v. Jean-Paul Akayesu*, ICTR-96-4-T, Sentença, 2 de setembro de 1998, par. 505; *Promotor v. Georges Rutaganda*, ICTR-97-20-T, Acórdão, 6 de dezembro de 1999, parágrafos 52 e 84. Ver também ICTR, *Promotor v. Clément Kayishema et al.*, ICTR-95-1-T, Julgamento, 21 de maio de 1999, parágrafo 548.

¹⁸² CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Croácia v. Sérvia)*, Acórdão, Relatórios do CIJ 2015, p.33 de fevereiro de 2015, par. 161; ICTR, *Promotor v. Georges Rutaganda*, ICTR-97-20-T, Sentença, 6 de dezembro de 1999, parágrafo 52; *Promotor v. Clément Kayishema e outros*, ICTR-95-1-T, Sentença, 21 de maio de 1999, parágrafo 116; TPIJ, *Procurador v. Radovan Karadžić*, IT-95-5/18-T, Versão pública redigida do acórdão emitido em 24 de março de 2016, 24 de março de 2016, parágrafos 546-548; *Procurador v. Milomir Stakić*, IT-97-24-T, Acórdão, 31 de julho de 2003, parágrafo 517; *Promotor v. Jean-Paul Akayesu*, ICTR-96-4-T, Sentença, 2 de setembro de 1998, parágrafo 506; TPIJ, *Promotor v. Vujadin Popović e outros*, IT-05-88-T, Acórdão, 10 de junho de 2010, parágrafo 815; *Procurador v. Radoslav Brđanin*, IT-99-36-T, Acórdão, 1 de setembro de 2004, parágrafos 913 e 923; *Procurador v. Milomir Stakić*, IT-97-24-T, Acórdão, 31 de julho de 2003, parágrafo 517. ICTR, *Promotor v. Clément Kayishema e outros*, ICTR-95-1-T, Sentença, 21 de maio de 1999, parágrafo 548. TPIJ, *Procurador v. Radovan Karadžić*, IT-95-5/18-T, Versão pública redigida do

¹⁸³ acórdão emitido em 24 de março de 2016, 24 de março de 2016, parágrafo 548 (nota de rodapé omitida).

as condições impostas, o período de tempo em que os membros do grupo foram submetidos a elas e as características do grupo-alvo, como a vulnerabilidade".¹⁸⁵

ii. Resumo das conclusões factuais

85. A Comissão observa que, quase imediatamente após o ataque de 7 de outubro de 2023 em Israel, as autoridades israelenses anunciaram um "cerco total" a Gaza.¹⁸⁶ A Comissão declarou em um relatório anterior que as autoridades israelenses demonstraram sua intenção, já em 9 de outubro de 2023, de instrumentalizar o fornecimento de necessidades básicas, incluindo alimentos, medicamentos, água, combustível e eletricidade, para manter toda a população da Faixa de Gaza como refém.¹⁸⁷

86. Já em dezembro de 2023, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários ("OCHA") referiu-se à situação humanitária em Gaza como "apocalíptica".¹⁸⁸ Em 12 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução exigindo um "cessar-fogo humanitário" imediato e apelando a todas as partes no conflito para que cumpram as suas obrigações em termos de direito internacional humanitário.¹⁸⁹ Em 25 de março de 2024, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução vinculativa exigindo um cessar-fogo imediato durante o mês do Ramadã.¹⁹⁰ Tribunal Internacional de Justiça emitiu a sua primeira ordem sobre medidas provisórias em 26 de Janeiro de 2024, em *África do Sul x Israel*, em 28 de março de 2024, emitiu uma segunda ordem sobre medidas provisórias, alertando que as "condições de vida catastróficas" na Faixa de Gaza haviam se deteriorado ainda mais, particularmente em vista da privação prolongada e generalizada de alimentos e necessidades básicas; em 24 de maio de 2024, emitiu uma terceira ordem sobre medidas provisórias, ordenando que Israel interrompesse imediatamente suas operações militares na província de Rafah, garantisse assistência humanitária e fornecesse acesso a Gaza para comissões de inquérito mandatadas pela ONU.¹⁹¹ Essas ordens do Tribunal Internacional de Justiça são vinculativas para Israel.

a. Destruuição de estruturas e terras essenciais para os palestinos

87. A Comissão analisou fotos e vídeos que mostram a destruição generalizada de complexos residenciais e bairros inteiros na Faixa de Gaza, incluindo terras agrícolas, instalações públicas, locais religiosos e culturais, escolas, universidades e hospitais. Muitos desses locais foram danificados ou destruídos por ataques aéreos, bem como por projéteis de tanques e artilharia. Alguns foram destruídos por tratores ou demolições controladas, tornando essas áreas inabitáveis.¹⁹² Um morador da Cidade de Gaza contou à Comissão que as forças de segurança israelenses saquearam tudo em sua casa, destruíram seus carros e incendiaram a casa. Soldados israelenses admitiram ter incendiado casas em postagens nas redes sociais.¹⁹³

88. A Comissão observa que a campanha de bombardeios sem precedentes das forças de segurança israelenses deixou a parte norte da Faixa de Gaza e Khan Younis, no sul, praticamente inabitáveis. Entre outubro de 2023 e abril de 2025, quase setenta por cento do total dos danos estruturais na Faixa de Gaza ocorreram na

¹⁸⁵ TPIJ, *Promotor v. Vujadin Popović et al.*, IT-05-88-T, Acórdão, 10 de junho de 2010, parágrafo 816 (citando: TPIJ, *Promotor v. Radoslav Brđanin*, IT-99-36-T, Acórdão, 1 de setembro de 2004, parágrafo 906; ICTR, *Promotor v. Clément Kayishema et al.*, ICTR-95-1, Julgamento, 21 de maio de 1999, parágrafo 115; *Promotor v. Jean-Paul Akayesu*, ICTR-96-4-T, Julgamento, 2 de setembro de 1998, parágrafo 505). A/HRC/56/CRP.4,

¹⁸⁶ parágrafo 267.

¹⁸⁷ A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 268. Ver abaixo, *'Impedir a entrada de ajuda humanitária, eletricidade, água e suprimentos de combustível em Gaza'*.

¹⁸⁸ <https://www.ochaopt.org/content/hostilities-gaza-strip-and-israel-flash-update-61>; <https://news.un.org/en/story/2024/12/1158176>.

¹⁸⁹ A/RES/ES-10/22.

¹⁹⁰ S/RES/2728 (2024).

¹⁹¹ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Despacho sobre o Pedido de Modificação do Despacho de 26 de janeiro de 2024 que Indica Medidas Provisórias, 28 de março de 2024, parágrafo 18.

¹⁹² A/HRC/56/CRP.4, par. 60.

¹⁹³ A/HRC/56/CRP.4, par. 70.

províncias de Gaza, Khan Younis e Norte de Gaza.¹⁹⁴ Em abril de 2025, o UNOSAT estimou um total de 258.201 unidades habitacionais danificadas na Faixa de Gaza, com a província de Gaza registrando o maior número de estruturas destruídas, totalizando 46.964, das quais 37.169 estavam somente na Cidade de Gaza.¹⁹⁵ De acordo com uma análise de imagens de satélite de maio de 2025, o UNOSAT identificou 70.436 estruturas destruídas e 18.588 estruturas severamente danificadas em Gaza, de um total de 174.486 estruturas danificadas.¹⁹⁶

89. Objetos civis essenciais para os palestinos, como padarias, também foram destruídos. Por exemplo, em 18 de outubro de 2023, uma padaria no campo de refugiados de Nuseirat foi destruída em consequência de um incêndio iniciado após um ataque aéreo. Em 25 de outubro de 2023, a única padaria no campo de refugiados de Al-Maghazi foi atacada. Em 15 de novembro de 2023, o moinho de farinha Al-Salam em Deir Al-Balah, supostamente o último em funcionamento na Faixa de Gaza, foi atingido e danificado, supostamente por bombardeios de artilharia das forças de segurança israelenses. Em 21 de dezembro de 2023, o Programa Mundial de Alimentos ("PMA") relatou que 24 de suas 25 padarias contratadas, que forneciam pão para 200.000 pessoas, haviam sido danificadas durante as hostilidades.¹⁹⁷ Em novembro de 2023, foi relatado que todas as padarias estavam inativas no norte da Faixa de Gaza, devido à falta de combustível, água e farinha de trigo, bem como aos danos sofridos nos moinhos e nas próprias padarias durante os ataques.¹⁹⁸

90. Antes de 7 de outubro de 2023, a maior parte da produção agrícola vinha de dentro da Faixa de Gaza. Isso não é mais possível desde 7 de outubro de 2023 devido à extensa destruição de campos agrícolas e às restrições impostas ao acesso aos campos para colheita, entregas e transporte, devido à falta de combustível e ao colapso da infraestrutura, incluindo estradas, bem como ao conflito contínuo. Além disso, a adequação da maioria dessas áreas para a agricultura foi prejudicada pela presença de artefatos explosivos não detonados. Os danos às terras agrícolas em toda a Faixa de Gaza, particularmente no norte de Gaza, representam uma ameaça significativa a longo prazo à produção de alimentos e a toda a cadeia de suprimento alimentar. Isso já interrompeu a produção de culturas essenciais, fez com que agricultores perdessem seus meios de subsistência e acelerou a grave crise alimentar que levou à fome. Além disso, a pesca foi fortemente impactada, com a produção de alimentos agora impossível, e muitas famílias perderam seus meios de subsistência como resultado da destruição de barcos de pesca e das restrições de movimento impostas pelas forças de segurança israelenses, impedindo que os barcos deixassem a costa de Gaza.¹⁹⁹ A Comissão observou em um relatório anterior que os palestinos na Faixa de Gaza terão dificuldades para recuperar qualquer medida significativa de autossuficiência na produção de alimentos, mesmo que as hostilidades cessem.

²⁰⁰

91. Notavelmente, em 27 de maio de 2025, a UNESCO verificou danos a 110 locais culturais e religiosos em Gaza desde 7 de outubro de 2023: 13 locais religiosos, 77 edifícios de interesse histórico e/ou artístico, três depósitos de bens culturais móveis, nove monumentos, um museu e sete sítios arqueológicos.²⁰⁰ O Banco Mundial avaliou em fevereiro de 2025 que cinquenta e três por cento dos sítios históricos em Gaza foram danificados ou destruídos.²⁰¹ Entre eles, alguns dos marcos culturais e religiosos mais importantes de Gaza, como o Porto de Anthedon, o cemitério romano na Cidade de Gaza, o Museu do Palácio de Al Pasha, os antigos Banhos Samaritanos e a Grande Mesquita de Omari. De acordo com uma investigação conduzida pela Bellingcat e pela Scripps News, até março de 2024, mais de 150 patrimônios culturais e locais religiosos foram danificados ou destruídos, incluindo 100 mesquitas e 21 cemitérios, observando-se que alguns

¹⁹⁴ <https://unosat.org/products/4130>. <https://unosat.org/products/3804>;

¹⁹⁵ A/HRC/56/CRP.4, par. 132. <https://unosat.org/products/4130>.

¹⁹⁶

¹⁹⁷ A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 227. A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 313. A/HRC/56/CRP.4,

¹⁹⁸ parágrafo 228. A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 229. <https://www.unesco.org/en/gaza/>

¹⁹⁹ assessment (última atualização: 28 de maio de 2025). <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/133c3304e29086819c1119fe8e85366b-0280012025/original/Gaza-RDNA-final-med.pdf>

²⁰⁰

²⁰¹

²⁰²

dos sites pareciam ter sido alvos.²⁰³ Em relação às instalações educacionais em Gaza, entre 7 de outubro de 2023 e dezembro de 2024, 396 edifícios escolares de um total de 564 foram diretamente atingidos e sofreram danos.²⁰⁴ Destas, 80 escolas foram totalmente destruídas e 66 escolas perderam pelo menos metade de suas estruturas.²⁰⁵ A Comissão constatou em um relatório anterior que, entre 7 de outubro de 2023 e 25 de fevereiro de 2025, em Gaza, 403 de um total de 564 prédios escolares foram diretamente atingidos e sofreram danos. Destes, 85 escolas foram totalmente destruídas e 73 perderam pelo menos metade de suas estruturas. Como 61% das escolas em Gaza operavam em turnos duplos ou triplos, cada prédio escolar destruído afetou centenas e, às vezes, milhares de alunos. Os 403 prédios escolares que foram diretamente atingidos atenderam aproximadamente 435.290 alunos e 16.275 professores. Entre 7 de outubro de 2023 e 25 de fevereiro de 2025, 62% dos prédios escolares usados como abrigos foram diretamente atingidos, resultando em um número significativo de vítimas.²⁰⁶ Além disso, a Comissão constatou que instalações de ensino superior também foram alvos e destruídas ou danificadas, afetando cerca de 87.000 estudantes universitários. Entre elas, um campus da Universidade Al-Azhar, demolido em dezembro de 2023, e um campus da Universidade Israa, demolido em janeiro de 2024. Mais de 57 prédios universitários haviam sido completamente destruídos até 25 de março de 2025.²⁰⁷ Como resultado da destruição de instalações educacionais, mais de 658.000 crianças em idade escolar em Gaza foram privadas do acesso à educação formal e do apoio protetor de um sistema educacional funcional.²⁰⁸

92. A Comissão concluiu em um relatório anterior que os ataques israelenses em Gaza desde outubro de 2023 destruíram efetivamente o sistema educacional, com repercussões prejudiciais significativas a longo prazo para crianças e jovens em Gaza e para a identidade do povo palestino como grupo. Os ataques israelenses causaram danos a mais de 70% dos prédios escolares em Gaza e criaram condições que impossibilitaram o acesso à educação infantil.²⁰⁹ É importante ressaltar que a Comissão também documentou vários incidentes em que forças de segurança israelenses queimaram ou demoliram escolas, muitas das quais estavam vazias na época, e considerou que tal conduta foi deliberada.²¹⁰

b. Destrução e negação de acesso a instalações e unidades médicas

93. A Comissão detalhou em um relatório anterior suas conclusões sobre a destruição e a negação de instalações médicas em Gaza pelas forças de segurança israelenses.²¹¹ A Comissão concluiu que, entre outros, os ataques a instalações de saúde eram um elemento intrínseco do ataque mais amplo das forças de segurança israelenses aos palestinos em Gaza e à infraestrutura física e demográfica de Gaza.²¹² A Comissão também descobriu que as forças de segurança israelenses deliberadamente mataram, feriram, prenderam, detiveram, maltrataram e torturaram pessoal médico e atacaram veículos médicos.²¹³ O acesso a cuidados médicos em Gaza está severamente restrito desde outubro de 2023.

94. A Comissão observa que a falta de acesso a cuidados médicos desde 7 de outubro de 2023 agravou gravemente as condições de vida dos palestinos em Gaza. Em 24

²⁰³ <https://www.bellingcat.com/news/2024/06/26/gaza-israel-destroy-destruction-damage-culturalhistory-heritage-archaeology-conflict-war/>.

²⁰⁴ Cluster de Educação oPT, <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/verificationdamages-schools-based-proximity-damaged-sites-gaza-occupied-palestinian-territory-update-7-december-2024>

²⁰⁵ Cluster de Educação oPT, <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/verificationdamages-schools-based-proximity-damaged-sites-gaza-occupied-palestinian-territory-update-7-december-2024>

²⁰⁶ A/HRC/59/26, parágrafo 7.

²⁰⁷ A/HRC/59/26, parágrafo 9.

²⁰⁸ A/HRC/59/26, parágrafo 28.

²⁰⁹ A/HRC/59/26, parágrafo 76.

²¹⁰ A/HRC/59/26, parágrafo 80.

²¹¹ A/79/232.

²¹² A/79/232, parágrafo 88.

²¹³ A/HRC/56/CRP.4, par. 255; A/79/232, par. 89.

Em junho de 2025, apenas 36% das unidades de saúde permanecem funcionais (todas parcialmente, exceto um hospital de campanha que está totalmente funcional).²¹⁴ Até 7 de maio de 2025, 180 ambulâncias foram atacadas.²¹⁵ O acesso também foi reduzido devido ao fechamento de áreas pelas forças de segurança israelenses, atrasos na coordenação de rotas seguras, postos de controle, buscas ou destruição de estradas.²¹⁶ Além disso, os hospitais foram forçados a interromper as operações devido à falta de combustível, eletricidade e suprimentos médicos, com consequências terríveis para a assistência médica no norte, em particular para pacientes de maternidade.²¹⁷ Por exemplo, até o final de fevereiro de 2024, o Hospital Al-Awda, que abriga uma das únicas maternidades em funcionamento no norte de Gaza, estava parcialmente operacional, recebendo pacientes de maternidade muito além de sua capacidade. Segundo informações, o hospital atendeu 15.577 pacientes de 7 de outubro a 23 de dezembro de 2023, com 75 leitos. Em 27 de fevereiro de 2024, a administração do hospital anunciou a paralisação parcial das operações devido à falta de combustível, eletricidade e suprimentos médicos.

95. É importante destacar que os ataques contra hospitais ocorreram mesmo após a retomada das operações militares em 18 de março de 2025, incluindo o ataque contra o Complexo Médico Nasser e o Hospital Europeu de Gaza em 13 de maio de 2025. Alegadamente, em 13 de maio de 2025, às 02h45, o Complexo Médico Nasser foi atingido por um ataque de drone israelense que teve como alvo a unidade de queimados do hospital.²¹⁸ Matando dois pacientes e ferindo outros 12, além de destruir a infraestrutura do hospital.²¹⁹ A OMS confirmou ainda que a unidade de queimados do hospital foi atingida, destruindo 18 leitos no departamento cirúrgico, oito leitos na unidade de terapia intensiva e 10 leitos de internação.²²⁰ Às 18h19 do mesmo dia, as forças de segurança israelenses teriam atacado o Hospital Europeu de Gaza com uma série de ataques aéreos, atingindo os pátios internos e os arredores do hospital. O OCHA informou que o incidente matou pelo menos 19 pessoas, incluindo cinco mulheres, e feriu mais de 40, incluindo quatro jornalistas.²²¹ No dia seguinte, o Hospital Europeu de Gaza teria sido alvo novamente quando as forças de segurança israelenses atingiram uma escavadeira que foi trazida pelo hospital para consertar as estradas e permitir o acesso ao hospital.²²² Segundo a OMS, devido aos ataques, o Hospital Europeu de Gaza ficou fora de serviço em 15 de maio de 2025.²²³ Era a única instalação que oferecia serviços de oncologia em Gaza.²²⁴ Devido ao fechamento forçado, o hospital teve que parar de fornecer serviços como neurocirurgia, cuidados cardíacos e tratamento de câncer, que não estavam disponíveis em nenhum outro lugar em Gaza.²²⁵ As forças de segurança israelenses alegaram ter atacado um complexo de comando e controle do Hamas sob o hospital e agentes do Hamas, e divulgaram imagens aéreas que supostamente mostravam um túnel embaixo; no entanto, a análise de geolocalização das imagens de vigilância aérea realizada pela Comissão corrobora fortemente a conclusão de que o Hospital Europeu de Gaza foi identificado incorretamente no vídeo. As forças de segurança israelenses

²¹⁴ <https://www.unocha.org/publications/report/occupied-palestinian-territory/gaza-humanitarianresponse-update-8-21-june-2025>.

²¹⁵ <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-situation-update-288-gaza-strip>.

²¹⁶ A/79/232, par. 10.

²¹⁷ A/HRC/58/CRP.6, par. 44. <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/gaza-strike-nasser-hospital>

²¹⁸ <https://www.bbc.com/news/articles/cx2jvx3yjg3o>.

²¹⁹ <https://media.un.org/unifeed/en/asset/d339/d3395060> ; <https://pchrgaza.org/israeli-strike-targets-and-kills-journalist-esleih-while-receiving-treatment-at-nasser-medical-complex/> <https://x.com/DrTedros/status/1922289438773698916>

²²⁰ <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/humanitarian-situation-update-288-gazastrip-enarhe>

²²¹ <https://www.middleeasteye.net/live-blog/live-blog-update/israeli-air-strikes-pummel-vicinityeuropean-hospital>; <https://www.theguardian.com/world/2025/may/14/israel-hits-gaza-hospitals-in-deadly-strikes-after-pause-to-allow-release-of-edanalexander>

²²² https://www.emro.who.int/images/stories/Sitrep_59.pdf https://www.emro.who.int/images/stories/Sitrep_59.pdf

²²³ <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/health-system-breaking-point-hostilities-intensify-gaza-who-warns->

a filmagem não mostra o Hospital Europeu de Gaza, mas a Escola Secundária Jenin para Meninos, localizada a cerca de 100 metros do perímetro do hospital.²²⁶

96. Os ataques e a destruição de hospitais e a escala de ferimentos traumáticos em toda a Faixa de Gaza sobrecregaram as instalações médicas restantes, levando ao colapso do sistema de saúde. O cerco a Gaza, que causou, *entre outros*, A falta de combustível e eletricidade afetou gravemente o funcionamento das instalações médicas e reduziu a disponibilidade de equipamentos, suprimentos médicos e medicamentos vitais. Isso resultou na despriorização de pacientes com doenças crônicas, levando a complicações evitáveis e à morte.²²⁷

97. Especialistas médicos informaram à Comissão que a destruição da infraestrutura médica, a falta de suprimentos e os ataques contra profissionais de saúde comprometeram o acesso a cuidados básicos de saúde e tratamento e, como resultado, tiveram efeitos diretos e indiretos na saúde em Gaza. Isso afetou especialmente as crianças. Ataques aos hospitais pediátricos de Gaza, incluindo o Hospital Rantisi e o Hospital Al-Nasr na Cidade de Gaza, bem como ataques a hospitais maiores, forçaram crianças com condições pré-existentes a buscar atendimento em instalações menores, que carecem de equipe e equipamentos pediátricos especializados. Um médico do Hospital Ahli afirmou que o hospital não possuía os medicamentos e a expertise necessários para tratar crianças com problemas médicos complexos, como asma grave ou epilepsia.²²⁸

98. Um profissional médico voluntário no Complexo Médico Nasser em Khan Younis declarou: "provavelmente havia três homens [na sala de emergência], e os demais eram crianças, mulheres, idosos, todos dormindo, ainda enrolados em cobertores".²²⁹ A Comissão assistiu a um vídeo (autenticado pela agência Sanad, da Al Jazeera) de um médico voluntário em um hospital que afirmou que o hospital havia ficado sem analgésicos e que os profissionais médicos não conseguiram sedar os pacientes. Segundo o médico, sete meninas tiveram as pernas amputadas sem anestesia, e a maioria dos pacientes eram mulheres e crianças com queimaduras em todo o corpo, sem membros.²³⁰ Um obstetra que esteve em Gaza em dezembro de 2023 e janeiro de 2024 relatou à Comissão que os hospitais estavam lotados e milhares de palestinos deslocados buscaram refúgio em complexos hospitalares. Segundo o obstetra, os andares do pronto-socorro estavam ensanguentados e superlotados, dificultando, por vezes, o acesso aos pacientes que estavam no andar. O obstetra acrescentou que havia crianças "com amputações horríveis, com queimaduras, com ferimentos traumáticos, no chão, em meio ao sangue de outras pessoas" e que não havia analgésicos disponíveis.

99. A Comissão investigou ataques a quatro hospitais em diferentes áreas da Faixa de Gaza: o Complexo Médico Nasser em Khan Younis, Shifa, Awdah e os hospitais da Amizade Turco-Palestina ("Hospital Turco"). Esses hospitais incluem duas grandes instalações médicas e hospitais que oferecem atendimento médico especializado, como obstetrícia, pediatria e oncologia. A Comissão constatou que as forças de segurança israelenses atacaram essas instalações de maneira semelhante, indicando a existência de planos e procedimentos operacionais para atacar instalações de saúde.²³¹ Notavelmente, a partir de 6 de novembro de 2023, repetidos ataques ao Hospital Shifa e ao Complexo Médico Nasser em Khan Younis, incluindo ataques especificamente direcionados à maternidade e à unidade de terapia intensiva do Hospital Shifa, resultaram no fechamento total ou quase total dessas instalações. Os fechamentos tiveram sérias implicações para o restante da população.

²²⁶ Veja, por exemplo, <https://www.haaretz.com/israel-news/2025-05-15/ty-article/.premium/idfclaimed-hamas-dug-tunnel-under-gaza-school-but-shared-footage-of-a-nearby-hospital/00000196-d05d-d9a9-a99e-f35d73540000>

²²⁷ A/79/232, parágrafo 13.

²²⁸ A/79/232, parágrafo 37.

²²⁹ <https://www.map.org.uk/news/archive/post/1715-map-demands-uk-cease-being-an-ally-toatrocidades-enquanto-israel-renova-bombardeio-de-gaza>.

²³⁰ <https://www.aljazeera.com/news/liveblog/2025/3/19/live-outrage-as-israeli-attacks-break-gazaceasefire-killing-hundreds?update=3588710>; <https://www.instagram.com/reel/DHVTBFTKba/?igsh=dXExYnZ4YW4zd3l0>.

²³¹ A/79/232, parágrafo 18.

já sobrecrejavam os hospitais de Gaza, devido ao papel central desses dois hospitais no sistema de saúde geral.²³²Em 1º de novembro de 2023, o Hospital Turco encerrou suas atividades devido aos danos causados pelos ataques aéreos de 30 e 31 de outubro de 2023, bem como à falta de combustível e eletricidade, resultando na morte de vários pacientes, inclusive por falta de oxigênio. O Hospital Turco era o único hospital oncológico dedicado em Gaza. Desde o seu fechamento, cerca de 10.000 pacientes com câncer ficaram sem acesso a tratamento. Consequentemente, pacientes morreram devido à falta de tratamento adequado para o câncer.²³³Segundo um obstetra, uma paciente em Gaza com suspeita de câncer endometrial não recebeu nenhum medicamento, pois não havia nenhum disponível no hospital, e a cirurgia foi impossível devido à falta de instalações adequadas. O obstetra informou à Comissão que, se tal caso tivesse sido apresentado a ela em Gaza antes de 7 de outubro de 2023, teria sido facilmente tratável por meio de uma histerectomia.

100. O Hospital Awdah, o principal provedor de saúde reprodutiva no norte de Gaza, estava sob cerco em dezembro de 2023, com cerca de 250 pessoas presas em seu interior, enfrentando grave escassez de alimentos, água e medicamentos. Durante o cerco, várias pessoas, incluindo profissionais de saúde e uma mulher grávida, teriam sido mortas por atiradores.²³⁴Até o final de fevereiro de 2024, o Hospital Awdah, que possuía uma das únicas maternidades em funcionamento na Província de Gaza do Norte, estava parcialmente operacional, recebendo pacientes de maternidade muito além de sua capacidade. O hospital teria atendido 15.577 pacientes de maternidade no período de 7 de outubro a 23 de dezembro de 2023, com apenas 75 leitos. Em 27 de fevereiro de 2024, a administração do hospital anunciou que estava encerrando parcialmente suas operações devido à falta de combustível, eletricidade e suprimentos médicos. O fechamento parcial do hospital teve consequências graves para os serviços de saúde na Província de Gaza do Norte, em particular para as pacientes de maternidade.²³⁵

101. A Comissão também relatou anteriormente ataques dirigidos contra profissionais de saúde e unidades médicas em Gaza.²³⁶De acordo com o Ministério da Saúde de Gaza, pelo menos 1.581 profissionais de saúde foram mortos entre 7 de outubro de 2023 e 16 de julho de 2025.²³⁷ Até 12 de maio de 2025, 48 funcionários ou voluntários da Sociedade do Crescente Vermelho Palestino foram mortos, e muitos outros foram atacados ou detidos.²³⁸ O pessoal médico declarou que acreditava ter sido alvo intencional.²³⁹ A Comissão documentou ataques diretos a comboios médicos operados pelo CICV, pelas Nações Unidas, pelo Crescente Vermelho Palestino e por organizações não governamentais. O acesso também foi reduzido devido ao fechamento de áreas pelas forças de segurança israelenses, atrasos na coordenação de rotas seguras, postos de controle, buscas ou destruição de estradas.²⁴⁰

102. Em relação ao impacto da retomada das operações militares israelenses em 18 de março de 2025 sobre os palestinos em Gaza, o diretor do Hospital Shifa, Muhammad Abu Salmiya, teria dito à Al Jazeera que o hospital não estava preparado para lidar com o fluxo de vítimas dos ataques de 18 de março de 2025 e que “[a] cada minuto, uma pessoa ferida morre devido à falta de recursos”.²⁴¹MSF informou que respondeu ao fluxo de pacientes no sul e centro de Gaza, e a unidade de emergência do Complexo Médico Nasser, em Khan Younis, recebeu muitos corpos e partes de corpos, a maioria crianças e mulheres. Em menos de duas horas, a unidade de emergência do hospital recebeu mais de 400 pacientes. Em seu comunicado, MSF

²³² A/79/232, parágrafo 21.

²³³ A/79/232, parágrafo 24.

²³⁴ A/79/232, parágrafo 25.

²³⁵ A/79/232, parágrafo 26.

²³⁶ A/HRC/56/CRP.4; A/79/232; A/HRC/58/CRP.6. <https://www.un.org/unispal/document/ohchr->

²³⁷ press-release-16jul25/. <https://www.palestinercs.org/en/Article/12067/Urgent-Appeal-to->

²³⁸ Ensure-Protection-for-Humanitarian-Workers-in-Palestine

²³⁹ A/79/232, parágrafo 8.

²⁴⁰ A/79/232, parágrafo 10.

²⁴¹ <https://aje.io/oc05av?update=3586669>.

comparou os ataques de 18 de março de 2025 aos “últimos 15 meses de guerra”.²⁴² De acordo com o diretor de Assistência Médica para Palestinos em Gaza, “os hospitais estão sobrecarregados, os suprimentos médicos estão acabando rapidamente e as pessoas estão sendo novamente deslocadas sem ter para onde ir com segurança”.²⁴³

103. Segundo consta, na noite de 23 de março de 2025, operações militares israelitas tiveram como alvo um departamento cirúrgico dentro do Complexo Médico Nasser em Khan Younis, matando pelo menos duas pessoas, incluindo um líder político do Hamas que estava a receber tratamento no hospital e um rapaz de 16 anos.²⁴⁴ Ferindo pelo menos outras oito pessoas, todas pacientes do hospital.²⁴⁵ Um cirurgião de trauma, que era voluntário no hospital no momento do ataque, teria dito à Al Jazeera que o ataque destruiu a ala cirúrgica e 30 leitos do hospital, agravando a situação terrível do hospital como um todo.²⁴⁶ Segundo informações, o ministro da Defesa israelense, Israel Katz, declarou que o líder político do Hamas era o alvo do ataque.²⁴⁷ De acordo com o diretor do Complexo Médico Nasser em Khan Younis, todos os pacientes do departamento cirúrgico foram forçados a evacuar, pois o departamento estava completamente fora de serviço devido ao ataque aéreo.²⁴⁸

104. A Comissão também documentou condições extremamente inseguras para as mulheres que dão à luz nos hospitais de Gaza, incluindo a falta de pessoal especializado, medicamentos e equipamentos.²⁴⁹ Profissionais médicos disseram à Comissão que enfrentavam sérios desafios no manejo da dor dos pacientes e na prevenção de infecções, já que os hospitais frequentemente careciam de suprimentos adequados, incluindo epidurais, medicamentos para hipertensão, anestesia, analgesia, imunoglobulina anti-D e antibióticos. Um especialista em emergências que operou no Complexo Médico Nasser em Khan Younis em janeiro de 2024 descreveu desafios significativos no diagnóstico e tratamento de mulheres grávidas devido à falta de testes ou equipamentos laboratoriais confiáveis, levando a complicações evitáveis. Obstetras declararam que as mulheres de Gaza haviam recebido muito pouco atendimento obstétrico e que várias delas sofriam de infecções vaginais que, se não tratadas, poderiam levar a partos prematuros, abortos espontâneos ou infertilidade. A equipe médica descreveu o recebimento de pacientes de maternidade que sofriam de desnutrição e desidratação, bem como diferentes formas de infecções e anemia.²⁵⁰

105. A Comissão documentou como mulheres grávidas recorriam cada vez mais a partos inseguros em casa ou em abrigos, com pouco ou nenhum suporte médico, aumentando o risco de complicações que resultavam em lesões permanentes e morte. A Comissão recebeu relatos de mulheres forçadas a dar à luz em casa com assistência médica inadequada, pois não conseguiam chegar a um hospital ou clínica médica devido à situação de segurança ou à falta de transporte. A Comissão também recebeu relatos de profissionais de saúde sobre mulheres grávidas que davam à luz em condições extremamente precárias, enquanto viviam em abrigos com muito pouco apoio, equipamentos ou instrumentos médicos e sem acesso a hospitais.²⁵¹

106. É importante referir que Israel também reduziu drasticamente, e por vezes impediu totalmente, a aprovação de autorizações para sair de Gaza para tratamento médico, impedindo principalmente que os pacientes recebessem tratamento em hospitais na Cisjordânia, incluindo

²⁴² <https://msf.org.uk/article/gaza-msf-teams-respond-unacceptable-massacres-civilians-israeli-forces>.

²⁴³ <https://www.map.org.uk/news/archive/post/1715-map-demands-uk-cease-being-an-ally-toatrocities-as-israel-renews-bombardement-of-gaza>.

²⁴⁴ <https://media.un.org/unifeed/en/asset/d335/d3354196>; <https://www.aljazeera.com/news/2025/3/24/israeli-strike-on-gaza-hospital-kills-hamas-leader-teenofficials-say>.

²⁴⁵ Inglês: <https://aje.io/k016y8?update=3598544>. <https://aje.io/k016y8?update=3598549>.

²⁴⁶ <https://rotter.net/forum/scoops1/892576.shtml>; <https://www.idf.il/279344>; <https://www.theguardian.com/world/2025/mar/23/israeli-strike-at-gaza-hospital-kills-fiveincluding-hamas-political-leader>.

²⁴⁸ <https://media.un.org/unifeed/en/asset/d335/d3354196>.

²⁴⁹ A/HRC/58/CRP.6, par. 47.

²⁵⁰ A/HRC/58/CRP.6, parágrafo 47. A/HRC/

²⁵¹ 58/CRP.6, parágrafos 51-52.

Jerusalém Oriental. Segundo o OCHA, entre 7 de outubro de 2023 e 31 de julho de 2025, "mais de 7.500 palestinos, incluindo cerca de 5.200 crianças, foram evacuados para o exterior por motivos médicos, dos quais cerca de 2.100 pacientes foram evacuados por motivos médicos desde 1º de fevereiro, enquanto estima-se que mais de 14.800 necessitem de tratamento médico urgente fora de Gaza".²⁵² Notavelmente, em 18 de março de 2025, quando Israel retomou suas operações militares em Gaza, o Ministro da Defesa Israel Katz teria emitido instruções para manter a passagem de Rafah para o Egito fechada para pacientes que estavam partindo para tratamento médico no exterior.²⁵³ Ao mesmo tempo, as autoridades israelenses obstruíram o acesso a Gaza por meio de equipes médicas de emergência que se propunham a fornecer apoio médico a médicos e hospitais palestinos em Gaza. Segundo a OMS, "desde 18 de março de 2025, as taxas de recusa aumentaram quase 50%, com 102 profissionais de saúde internacionais [técnicos de emergência médica] essenciais, incluindo cirurgiões e outros profissionais médicos especializados, impedidos de entrar".²⁵⁴

c. Deslocamento forçado e seu impacto

107. As operações militares israelenses resultaram no deslocamento de mais de 1,9 milhão de pessoas (cerca de 90% da população) em Gaza, de outubro de 2023 a 25 de junho de 2025.²⁵⁵ Como resultado das operações militares retomadas em 18 de março de 2025 e das ordens de evacuação emitidas desde então pelas forças de segurança israelenses, em duas semanas, mais de 280.000 pessoas foram deslocadas.²⁵⁶ Em 23 de julho de 2025, 762.593 pessoas foram deslocadas,²⁵⁷ continuamente suportando condições de vida desesperadas e desumanas. De acordo com o OCHA, em 23 de julho de 2025, "[m]ais de dois milhões de pessoas na Faixa de Gaza foram espremidas em menos de 45 quilômetros quadrados, o tamanho da cidade de Gaza, enquanto 88% do território agora se encontra em zonas militarizadas por Israel ou foi colocado sob ordens de deslocamento".²⁵⁸

108. Durante a campanha militar israelense desde 7 de outubro de 2023, pessoas de Gaza que haviam sido deslocadas relataram à Comissão que suas condições de vida eram desumanas. Uma mãe relatou à Comissão que ficava com seus quatro filhos pequenos em uma gaiola para cães com uma cobertura para protegê-los da chuva e do frio. Outros compartilham colchões com até 10 pessoas ou dormem em turnos. Como resultado, muitos palestinos, especialmente crianças, sofrem de doenças de pele, infecções e diarreia crônica.²⁵⁹ Até o final de dezembro de 2023, mais de 360.000 casos de doenças infecciosas, incluindo infecções respiratórias agudas, meningite, icterícia, impetigo e catapora, foram registrados em abrigos da UNRWA.²⁶⁰ Em 19 de dezembro de 2023, a UNICEF declarou que, como resultado das hostilidades e do deslocamento em massa, havia, em média, um banheiro para 700 crianças. Devido à falta de saneamento adequado, 100.000 crianças tiveram diarreia, que, com a crescente desnutrição, se tornou cada vez mais mortal. Isso era particularmente alarmante quando o acesso a cuidados de saúde era efetivamente inexistente, com os poucos hospitais em funcionamento se concentrando no tratamento de ferimentos relacionados ao conflito e incapazes de responder adequadamente a surtos de doenças. Além disso, mais de 130.000 crianças menores de dois anos não estavam recebendo

²⁵² <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-situation-update-311-gazastrip#:~:text=Between%207%202023%20October%20and,urgent%20medical%20treatment%20outside%20Gaza>.

²⁵³ Inglês: <https://www.c14.co.il/article/1150646>; <https://news.walla.co.il/break/3735208>; https://www.terrorism-info.org.il/app/uploads/2025/03/H_061_25.pdf; <https://aje.io/oc05av?update=3586380>.

²⁵⁴ <https://x.com/WHOoPt/status/1953021621247017383>. <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-177-situation-gaza-strip-and-westbank-including-east-jerusalem#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20ONU,%20cerca%20de%2010%20vezes%20mais>.

²⁵⁶ <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-situation-update-277-gaza-strip>. <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-181-situation-gaza-strip-and-westbank-including-east-jerusalem>.

Veja também <https://aje.io/5apaas?update=3589985>.

²⁵⁸ <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-situation-update-307-gaza-strip>. Veja também <https://aje.io/sqo826?update=3593674>.

²⁵⁹ A/HRC/56/CRP.4, par. 258.

²⁶⁰ A/HRC/56/CRP.4, par. 259.

amamentação essencial para salvar vidas e alimentação complementar adequada à idade, incluindo suplementação de micronutrientes.²⁶¹ Em 23 de novembro de 2023, a Oxfam relatou que recém-nascidos de até três meses de idade estavam morrendo de hipotermia, desidratação e infecção, pois as mães tinham pouco ou nenhum suporte médico e viviam em condições terríveis, sem água, saneamento, aquecimento ou comida.²⁶²

109. A Comissão concluiu em um relatório anterior que, devido à conduta das forças de segurança israelenses na transferência de civis do norte para o sul, a população civil foi (i) forçada a fugir de suas casas temendo por sua segurança; (ii) humilhada, degradada e atacada durante toda a evacuação; (iii) forçada a viver em condições desumanas em abrigos superlotados, sem assistência médica e provisões básicas como comida e água limpas; (iv) atacada ao longo das rotas de evacuação e em áreas designadas como zonas seguras; e (v) proibida de retornar às suas casas no norte, devido às restrições de movimento e à destruição em larga escala do norte da Faixa de Gaza. Além disso, é razoável concluir que as vítimas que foram deslocadas sofreram e estão sofrendo graves danos mentais. Assim, a Comissão concluiu que a transferência forçada da população civil na Faixa de Gaza também constitui tratamento cruel ou desumano, ambos crimes de guerra.²⁶³

d. Impedir a entrada de ajuda humanitária, eletricidade, água e combustível em Gaza

110. Em 7 de outubro de 2023, o então Ministro israelense de Infraestrutura Nacional, Energia e Água, Israel Katz, ordenou a interrupção do fornecimento de eletricidade a Gaza, afirmando: "O que era, não será mais". Após receber instruções do então Ministro da Defesa, Yoav Gallant, Katz emitiu uma diretiva instruindo a Companhia Elétrica de Israel a interromper a venda de eletricidade à Autoridade Palestina na Faixa de Gaza. Poucos dias depois, em 15 de outubro de 2023, Katz compartilhou imagens de satélite revelando que a Faixa estava iluminada em 6 de outubro de 2023, mas quase sem luz em 12 de outubro de 2023. Katz comentou: "A eletricidade foi cortada em Gaza, destacando a devastação infligida pelo Hamas aos civis da Faixa".²⁶⁴ Em 9 de outubro de 2023, Israel impôs um cerco total a Gaza, cortando recursos essenciais e a circulação de mercadorias, restringindo severamente o acesso da população a água, combustível, eletricidade e alimentos. Todas as passagens entre Israel e Gaza foram fechadas, interrompendo o transporte de ajuda humanitária. Entre 7 e 20 de outubro de 2023, nenhum caminhão de ajuda entrou em Gaza, impactando significativamente dois terços da população, que já dependia fortemente de assistência humanitária.²⁶⁵

111. Gallant enquadrou o cerco como uma medida de retribuição, anunciando "um cerco completo... sem eletricidade, sem água, sem comida, sem combustível. Estamos lutando contra humanos e animais, e agimos de acordo."²⁶⁶ Katz repetiu a declaração em 10 de outubro de 2023, afirmando: "No passado, Gaza recebia 54.000 metros cúbicos de água e 2.700 megawatts de eletricidade diariamente. Isso acaba agora. Eles terão combustível suficiente para os geradores por mais alguns dias e, em uma semana sem eletricidade, o sistema de esgoto parará completamente de funcionar. É isso que a nação de assassinos de crianças merece. O que aconteceu nunca mais acontecerá."²⁶⁷

112. Desde dezembro de 2023, mais de noventa por cento da população de Gaza enfrenta insegurança alimentar aguda, sendo a situação mais grave relatada no norte de Gaza. Isso é resultado da combinação da destruição e da interrupção da produção local de alimentos, incluindo agricultura, pesca e panificação, do cerco, que impede a importação de suprimentos alimentares adequados, e do perigo representado aos trabalhadores humanitários que distribuem os limitados suprimentos alimentares disponíveis. Em julho de 2025, de acordo com a Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar ("IPC"), a insegurança alimentar

²⁶¹ A/HRC/56/CRP.4, par. 260.

²⁶² A/HRC/56/CRP.4, par. 262.

²⁶³ A/HRC/56/CRP.4, par. 440.

²⁶⁴ A/HRC/56/CRP.4, par. 39.A/

²⁶⁵ HRC/56/CRP.4, par. 21.A/

²⁶⁶ HRC/56/26, par. 49.

²⁶⁷ A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 267.

O limite de consumo para a fome foi ultrapassado na maioria das áreas da Faixa de Gaza e a desnutrição atingiu o limite da fome na Cidade de Gaza.²⁶⁸

113. É importante referir que, mesmo antes de Outubro de 2023, através da *Consumo de alimentos na Faixa de Gaza - Linha Vermelha* no documento, as autoridades israelenses calcularam a quantidade de calorias necessárias para que os palestinos em Gaza evitassem a desnutrição, de modo que pudessem ser mantidos em um estado de fome permanente, à beira da fome.²⁶⁹ O documento de 2008, divulgado pelas autoridades israelenses em 2012 em decorrência de uma ordem judicial israelense, detalhava a quantidade de calorias necessária para que os palestinos evitassem a desnutrição. Concluía que Israel deveria permitir a entrada de apenas 106 caminhões de suprimentos em Gaza diariamente, durante cinco dias por semana, incluindo alimentos básicos, insumos agrícolas, medicamentos, equipamentos médicos e produtos de higiene.²⁷⁰

114. A Comissão constatou, em um relatório anterior, que, durante todo o cerco a Gaza, Israel usou como arma a retenção de necessidades vitais, especificamente cortando o fornecimento de água, alimentos, eletricidade, combustível e outros suprimentos essenciais, incluindo assistência humanitária.²⁷¹ O cerco total a Gaza, somado aos ataques israelenses a locais civis, teve um impacto catastrófico nas condições de vida dos palestinos em Gaza. Por exemplo, a Comissão constatou que a contínua crise energética teve efeitos prejudiciais aos cuidados de saúde devido à sua dependência de geradores e fornecimento de combustível. Em outubro de 2023, a OMS relatou que seis hospitais em Gaza tiveram que fechar por falta de combustível. A OMS alertou que milhares de pacientes vulneráveis corriam risco de morte ou complicações médicas, já que serviços essenciais foram fechados devido à falta de energia.²⁷² De acordo com o OCHA, de 11 a 13 de novembro de 2023, 32 pacientes, incluindo três bebês prematuros, morreram no Hospital Shifa após quedas de energia.²⁷³

115. Além do efeito no sistema de saúde, as quedas de energia impactaram drasticamente o acesso da população à água limpa, porque a energia é necessária para o funcionamento de bombas de água e usinas de dessalinização.²⁷⁴ As famílias têm tido apenas um litro de água por pessoa por dia para beber, cozinhar e higiene, o que está criticamente abaixo do padrão mínimo internacional de 15 litros por pessoa por dia. Em dezembro de 2024, a Save the Children relatou que as pessoas estavam consumindo de 59% a 89% menos água do que antes da atual escalada. De acordo com o relatório do Global Nutrition Cluster de fevereiro de 2024, 81% das famílias não tinham água potável e limpa.²⁷⁵

116. Além disso, a escassez de água agravou os desafios dos serviços de saneamento, já sobrecarregados por sistemas de esgoto danificados, infraestrutura deteriorada e pessoal limitado. Nos campos e abrigos para deslocados internos, os serviços de saneamento estavam inoperantes, resultando em um acúmulo de aproximadamente 400.000 quilos de resíduos por dia. Como resultado, a propagação de doenças foi exacerbada, incluindo doenças como a hepatite A.²⁷⁶

117. Embora a ajuda humanitária tenha sido restringida desde 7 de Outubro de 2023 e embora tenha havido períodos em que toda a ajuda foi interrompida por Israel, o período entre 2

²⁶⁸ Português https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/IPC_GazaStrip_Alert_July2025.pdf.

²⁶⁹ <https://www.gisha.org/UserFiles/File/publications/redlines/red-lines-presentation-eng.pdf>; <https://www.gisha.org/UserFiles/File/publications/redlines/redlines-position-paper-eng.pdf>; <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-19975211>;

²⁷⁰ <https://www.gisha.org/UserFiles/File/publications/redlines/redlines-position-paper-eng.pdf>; <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-19975211>.

²⁷¹ A/HRC/56/26, par. 102. A/HRC/56/CRP.4, par. 304. <https://www.unocha.org/publications/report/>

²⁷² occupied-palestinian-territory/hostilities-gaza-strip-and-israel-flash-update-38-enarhe; A/HRC/56/

²⁷³ CRP.4, par. 302.

²⁷⁴ A/HRC/56/CRP.4, par. 303. A/HRC/56/CRP.4, par. 307. <https://x.com/DrTedros/status/>

²⁷⁵ 1729748696890245146; <https://www.savethechildren.net/news/deaths-starvation-and-disease-may-top-deaths-bombsfamilies-squeezed-deadly-safe-zones-two>.

De março a 18 de maio de 2025, ocorreu o período mais longo de cerco total, durante o qual as autoridades israelenses impediram a entrada de toda a ajuda humanitária e, desde 18 de maio, o nível do cerco foi apenas ligeiramente aliviado. Em 2 de março de 2025, o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu rescindiu o acordo de cessar-fogo de janeiro de 2025 e anunciou que a entrada de todos os bens e suprimentos na Faixa de Gaza seria suspensa.²⁷⁷ O primeiro-ministro afirmou que essa decisão foi tomada porque o Hamas se recusou a aceitar uma proposta para estender o estágio inicial do acordo de cessar-fogo e libertação de reféns.²⁷⁸ Consequentemente, entre 2 de Março e 18 de Maio de 2025, nenhum camião de ajuda entrou em Gaza,²⁷⁹ impedindo que itens essenciais, incluindo alimentos, medicamentos, combustível e equipamentos de abrigo, cheguem aos palestinos em Gaza. Em 3 de março de 2025, o Conselho de Segurança da ONU (CSP) indicou que "o acesso humanitário e a entrega desimpedida de ajuda humanitária são cruciais para a sobrevivência dos palestinos e o funcionamento dos serviços básicos e instalações de saúde" e que Gaza "não consegue sustentar a vida em seu estado atual, pois os civis veem suas necessidades básicas não atendidas".²⁸⁰

118. Em 5 de março de 2025, a França, a Alemanha e o Reino Unido alertaram que a crise humanitária em Gaza era catastrófica e instaram Israel a garantir o fornecimento irrestrito de assistência humanitária à população de Gaza.²⁸¹ No entanto, as autoridades israelenses rejeitaram o aviso como mentira e alegaram que há muita ajuda em Gaza, mas o Hamas usa essa ajuda para "reconstruir sua máquina de guerra".²⁸² A Comissão observa que, durante todo esse período, o governo israelense divulgou declarações conflitantes, por um lado afirmando que havia ajuda suficiente em Gaza, mas que ela era utilizada principalmente pelo Hamas, e, por outro lado, reimpondo um cerco total, afirmando explicitamente que a intenção era impedir a entrada de ajuda para pressionar o Hamas.

119. Apesar dos alertas emitidos, incluindo os dos Estados, em 9 de março de 2025, o Ministro da Energia, Eli Cohen, ordenou à Corporação Elétrica de Israel ("IEC") que parasse imediatamente de vender eletricidade às usinas de Gaza. Essa diretiva essencialmente cortou o fornecimento de eletricidade de Israel à última usina em Gaza que ainda recebia energia da IEC.²⁸³ Um funcionário da UNICEF em Gaza relatou em 10 de março de 2025 que, devido à decisão de Israel no domingo de cortar o fornecimento de energia na Faixa de Gaza, 600.000 pessoas que haviam recuperado o acesso à água potável em novembro de 2024 ficaram novamente sem energia.²⁸⁴ Da mesma forma, o gestor-chefe da Dessalinização do Sul de Gaza

²⁷⁷ <https://www.gov.il/en/pages/spoke-part020325>. Veja também <https://www.politico.eu/article/israelsuspends-humanitarian-aid-gaza-hamas/>; <https://www.timesofisrael.com/israel-halts-aid-into-gazaover-hamas-refusal-to-extend-first-phase-of-truce/>.

²⁷⁸ Inglês: <https://www.gov.il/en/pages/spoke-part020325>; https://www.timesofisrael.com/liveblog_entry/israel-stops-electricity-supply-to-gaza-to-ratchet-up-pressure-on-hamas/; <https://www.timesofisrael.com/israel-halts-aid-into-gaza-over-hamas-refusal-to-extend-first-phase-of-truce/>; <https://x.com/netanyahu/status/1896181407271288865?lang=en>. https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ ipcinfo/docs/1PC_GazaStrip_Alert_July2025.pdf; Inglês: <https://press.un.org/en/2025/sc16023.doc.htm>; <https://www.ochaopt.org/content/gaza-humanitarianresponse-update-2-15-march-2025>; <https://x.com/omerdos/status/1896093105088315669>; <https://www.politico.eu/article/israel-suspends-humanitarian-aid-gaza-hamas/>.

²⁸⁰ <https://x.com/PalestineRCS/status/1896555303292064023>. <https://www.gov.uk/government/news/e3-foreign-ministers-statement-on-humanitarian-access-ingaza>. Veja também <https://www.theguardian.com/world/2025/mar/05/uk-france-germany-israel-gazaaid-freeze-could-breach-international-law>; <https://www.rfi.fr/en/international/20250306-france-ukgermany-push-for-unhindered-aid-access-for-gaza>.

²⁸² <https://x.com/IsraelMFA/status/1897362068291936448>; <https://www.youtube.com/watch?v=fq0JwPGh1M&t=5s> (às 00:44:45); https://www.youtube.com/watch?v=jYE24a_X0Pw (às 00:00:45); <https://www.france24.com/en/live-news/20250302-israel-suspends-aid-to-gaza-as-first-phase-of-truce-ends>

²⁸³ https://www.youtube.com/watch?v=_ljQ-twzg3o. Veja também https://www.timesofisrael.com/liveblog_entry/israel-stops-electricity-supply-to-gaza-to-ratchet-up-pressure-on-hamas/; <https://edition.cnn.com/2025/03/09/middleeast/israel-electricity-gaza-intllatam/index.html>.

²⁸⁴ <https://news.un.org/en/story/2025/03/1160961>.

Plant teria alertado que o corte no fornecimento de energia elétrica poderia privar centenas de milhares de palestinos em Gaza de água limpa.²⁸⁵

120. Em 9 de março de 2025, seis das 22 padarias em funcionamento em Gaza foram forçadas a suspender seus serviços devido à falta de gás de cozinha, enquanto as 16 restantes corriam o risco de fechar em uma semana se ficassem sem combustível ou farinha.²⁸⁶ O chefe do sindicato dos padeiros de Gaza teria dito à Reuters que, mesmo com todas as 22 padarias funcionando plenamente, ainda seria insuficiente para atender às necessidades dos palestinos em Gaza.²⁸⁷ Em 31 de março de 2025, todas as 25 padarias apoiadas pelo PMA fecharam porque a farinha de trigo e o combustível para cozinhar acabaram.²⁸⁸ O OCHA relatou que, em 3 de abril de 2025, “quase todas as distribuições de farinha foram suspensas e todas as 25 padarias apoiadas pela ONU foram forçadas a fechar, devido ao esgotamento dos estoques de gás de cozinha e farinha” e, ao mesmo tempo, os varejistas não tinham mais pão para vender em suas lojas.²⁸⁹

121. Em 10 de março de 2025, o porta-voz do Secretário-Geral da ONU confirmou que nenhuma ajuda humanitária havia sido permitida em Gaza nos nove dias anteriores.²⁹⁰ De acordo com o OCHA, a entrada de ajuda vital indispensável à sobrevivência de mais de dois milhões de palestinos deve ser retomada imediatamente.²⁹¹ O Comissário-Geral da UNRWA declarou que o atual bloqueio de ajuda humanitária para Gaza era semelhante ao imposto a partir de 7 de outubro de 2023 e que a situação “ameaça a vida e a sobrevivência de civis em Gaza”.²⁹² Em 14 de março de 2025, o PMA informou que, desde 2 de março de 2025, não conseguia “transportar nenhum suprimento alimentar para Gaza devido ao fechamento de todos os pontos de passagem de fronteira para suprimentos humanitários e comerciais”.²⁹³

122. Em 21 de março de 2025, a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho declarou que apenas 23 dos 53 veículos de emergência em Gaza permaneceram operacionais desde que Israel bloqueou a entrada de suprimentos de ajuda, incluindo combustível, em Gaza a partir de 2 de março de 2025.²⁹⁴ Em 23 de março de 2025, o Comissário-Geral da UNRWA declarou que o cerco renovado era “mais longo do que o que estava em vigor na primeira fase da guerra”.²⁹⁵ Em 27 de março de 2025, o PMA e seus parceiros alertaram que tinham estoques de alimentos suficientes para atender à necessidade em Gaza por um período máximo de duas semanas, já que “[centenas de milhares de pessoas em Gaza estão novamente em risco de fome severa e desnutrição”.²⁹⁶ Da mesma forma, em 28 de março de 2025, um representante da OMS informou que a OMS tentou trazer suprimentos necessários para Gaza, mas nada foi feito.

²⁸⁵ <https://aje.io/oxy9et?update=3569362>. <https://www.wfp.org/news/earlier-food-security-gains-gaza>

²⁸⁶ [risk-food-insecurity-concerns-growwest-](https://www.ochaopt.org/content/gaza-humanitarian-response-update-16-29-march-2025)

²⁸⁷ [bank#:~:text=Desde%20Março%202022%20WFP%20tem,tanto%20suprimentos%20humanitários%20quanto%20comerciais.](https://www.reuters.com/world/middle-east/israels-halt-food-aid-deliveries-worsens-gaza-conditions-2025-03-10/)
Veja também <https://www.reuters.com/world/middle-east/israels-halt-food-aid-deliveries-worsens-gaza-conditions-2025-03-10/>.

²⁸⁸ <https://www.reuters.com/world/middle-east/israels-halt-food-aid-deliveries-worsens-gaza-conditions-2025-03-10/>.

²⁸⁹ Inglês: <https://www.wfp.org/news/wfp-runs-out-food-stocks-gaza-border-crossings-remain-closed>.

²⁹⁰ <https://www.ochaopt.org/content/gaza-humanitarian-response-update-16-29-march-2025>; <https://media.un.org/unifeed/en/asset/d335/d3356985>.

²⁹¹ <https://press.un.org/en/2025/db250310.doc.htm>. <https://www.ochaopt.org/content/statement-humanitarian-coordinator-mr-muhammad-hadi-halentry-humanitarian-supplies-gaza>.

²⁹² <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements/press-remarks-unrwa-commissioner-generalphilippe-lazzarini-0>.

²⁹³ <https://www.wfp.org/news/earlier-food-security-gains-gaza-risk-food-insecurity-concerns-growwest->

²⁹⁴ [bank#:~:text=Desde%20março%202020,](https://www.ochaopt.org/content/gaza-humanitarian-response-update-16-29-march-2025)
0%2C%20WFP%20tem,suprimentos%20humanitários%20e%20comerciais.

²⁹⁵ <https://www.reuters.com/world/middle-east/red-crescent-says-less-than-half-its-emergencyvehicles-operational-gaza-2025-03-21/#:~:text=De%2053%20veículos%20não%20total,está%20tendo%20um%20impacto%20devastador.;>
<https://www.ungeneva.org/en/news-media/press-briefing/2025/03/un-geneva-press-briefing-4>. <https://www.ungeneva.org/en/news-media/press-briefing/2025/03/un-geneva-press-briefing-4>.

²⁹⁶ <https://www.wfp.org/news/hunger-looms-again-gaza-wfp-food-stocks-begin-run-out>.

permissão para entrar. Ele acrescentou que "apenas 500 unidades de sangue estavam disponíveis no momento, enquanto se estimava que seriam necessárias cerca de 4.500 unidades por mês [em Gaza]; ainda mais unidades eram necessárias em períodos de conflito ativo devido ao aumento de casos de trauma".²⁹⁷ Em 28 de março de 2025, o Comissário-Geral da UNRWA declarou que nenhuma ajuda humanitária havia entrado em Gaza por mais de três semanas, marcando o período mais longo em que Gaza ficou totalmente sem suprimentos desde 7 de outubro de 2023.²⁹⁸ Em 11 de abril de 2025, segundo a Reuters, a presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha ("CICV") disse que a situação humanitária em Gaza pode ser descrita como "um inferno na Terra" e que o hospital de campanha do CICV "ficará sem suprimentos em duas semanas". Ela acrescentou que era especialmente perigoso para o CICV operar ali.²⁹⁹

123. Israel finalmente permitiu que ajuda limitada entrasse em Gaza em 19 de maio de 2025, após 11 semanas de bloqueio completo, mas só permitiu a entrada de nove caminhões da ONU no primeiro dia.³⁰⁰ Em 27 de maio de 2025, o porta-voz do OCHA, Jens Laerke, declarou que a quantidade permitida para entrar em Gaza era "vastamente insuficiente" e pediu a abertura de mais passagens. Ele também acrescentou que todos os tipos de ajuda devem ser permitidos, e não "selecionados a dedo" pelas autoridades israelenses.³⁰¹ Desde então, a ajuda humanitária tem sido extremamente restringida pelas autoridades israelenses e os pedidos de acesso humanitário têm sido repetidamente negados.³⁰² É importante ressaltar que a UNRWA não recebeu permissão de Israel para trazer suprimentos humanitários desde 2 de março de 2025 até pelo menos 25 de julho de 2025.³⁰³

124. Já em dezembro de 2023, o PMA declarou que uma em cada quatro pessoas na Faixa de Gaza enfrentava fome extrema e que apenas 10% dos alimentos necessários para 2,3 milhões de pessoas haviam entrado em Gaza nos 70 dias anteriores. O PMA alertou que o risco era particularmente alto para pessoas com doenças crônicas, idosos, crianças e pessoas com deficiência. O OCHA enfatizou que as pessoas no norte da Faixa de Gaza vinham enfrentando níveis cada vez mais alarmantes de fome e privação, uma vez que estavam isoladas de assistência e atividades comerciais por dois meses. De acordo com uma estimativa do Nutrition Cluster no início de dezembro de 2023, 100% da população de Gaza já estava em situação de insegurança alimentar. De acordo com estimativas da ONU de 15 de janeiro de 2024, os palestinos na Faixa de Gaza representavam 80% das pessoas em todo o mundo que enfrentavam fome ou fome severa.³⁰⁴ Em 29 de julho de 2025, o IPC declarou que o pior cenário de fome está atualmente ocorrendo na Faixa de Gaza e que "[a]s evidências crescentes mostram que a fome generalizada, a desnutrição e as doenças estão causando um aumento nas mortes relacionadas à fome".³⁰⁵ Sua análise de 12 de maio de 2025 projetou que "toda a população da Faixa de Gaza enfrentará altos níveis de insegurança alimentar aguda (IPC Fase 3 ou superior) até setembro de 2025, incluindo meio milhão de pessoas em Catástrofe (IPC Fase 5), caracterizada por extrema falta de alimentos, fome, miséria e morte".³⁰⁶ O IPC também afirmou que "[a] desnutrição deverá atingir níveis críticos (IPC AMN Fase 4) nas províncias de Gaza do Norte, Gaza e Rafah, com mais de 70.000 casos de crianças menores de cinco anos e 17.000 casos de mulheres grávidas e lactantes enfrentando desnutrição aguda

²⁹⁷ <https://www.unognewsroom.org/story/en/2596/un-geneva-press-briefing-28-march-2025>.

²⁹⁸ <https://x.com/UNLazzarini/status/1905312253357814108>.

²⁹⁹ <https://www.reuters.com/world/middle-east/gaza-hell-earth-hospital-supplies-running-out-warns-head-red-cross-2025-04-11/#:~:text=%22Estamos%20agora%20nos%20encontrando,a%20Cruz%20Vermelha%20em%20Gaza>

³⁰⁰ <https://www.ungeneva.org/en/news-media/news/2025/05/106482/un-relief-chief-welcomes-limitedgaza-aid-resumption-its-drop-ocean>.

³⁰¹ Inglês: <https://media.un.org/unifeed/en/asset/d340/d3400864>. <https://www.ipcinfo.org/fileadmin/>

³⁰² user_upload/ipcinfo/docs/IPC_GazaStrip_Alert_July2025.pdf. <https://www.unrwa.org/resources/reports/>

³⁰³ unrwa-situation-report-181-situation-gaza-strip-and-westbank-including-east-jerusalem.

³⁰⁴ A/HRC/56/CRP.4, par. 313. https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/

³⁰⁵ [IPC_GazaStrip_Alert_July2025.pdf](https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/IPC_GazaStrip_Alert_July2025.pdf). https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/

³⁰⁶ [IPC_GazaStrip_Alert_July2025.pdf](https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/IPC_GazaStrip_Alert_July2025.pdf)

em todo o território”.³⁰⁷ Em um relatório publicado em 22 de agosto de 2025, o Comitê de Revisão da Fome do IPC (“FRC”) declarou que a fome provocada pelo homem está “ocorrendo atualmente na província de Gaza. Além disso, o FRC prevê que os limites da Fome (Fase 5 do IPC) serão ultrapassados nas províncias de Deir al-Balah e Khan Younis nas próximas semanas”.³⁰⁸

125. Em uma entrevista, uma porta-voz da UNICEF disse ao The Telegraph em 25 de julho de 2025 que a fome está ameaçando a vida dos palestinos porque há tão pouca ajuda que as famílias precisam vasculhar o lixo para tentar encontrar comida, e isso é agravado pelo bombardeio contínuo em Gaza.³⁰⁹ Ela acrescentou que mais de 600 caminhões de ajuda humanitária são necessários diariamente em Gaza, mas apenas cerca de 30 caminhões da ONU estão sendo descarregados por dia nas travessias para que o sistema de ajuda liderado pela ONU os distribua em Gaza.³¹⁰ Separadamente, o GHF iniciou as suas operações em maio de 2025. No entanto, a Comissão observa que: (i) o GHF apenas distribui ajuda alimentar, excluindo outras ajudas essenciais, como água potável, material e equipamento médico e medicamentos; (ii) existem apenas quatro locais de distribuição (em comparação com 400 pontos de distribuição de ajuda antes da criação do GHF),³¹¹ três dos quais estão no sul de Gaza e um no centro; e (iii) todos os locais de distribuição estão localizados em zonas militarizadas.³¹² Como nenhum dos locais de distribuição está localizado no norte de Gaza, torna-se difícil, e às vezes impossível, para muitos palestinos, especialmente no norte de Gaza, acessar os locais de distribuição. Segundo relatos, esses locais ficam abertos por apenas oito minutos de cada vez.

³¹³

126. A Comissão destaca que, de 7 de outubro de 2023 a 23 de julho de 2025, mais de 330 membros da equipe da UNRWA foram confirmados mortos.³¹⁴ Até 22 de julho de 2025, 311 (quase todas) instalações da UNRWA foram impactadas pela campanha militar de Israel desde 7 de outubro de 2023.³¹⁵ Importante ressaltar que em 28 de outubro de 2024, o Knesset votou para promulgar duas leis que entraram em vigor em 30 de janeiro de 2025, essencialmente proibindo as operações da UNRWA no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e impedindo qualquer contato entre a UNRWA e autoridades israelenses.³¹⁶ Em janeiro de 2025, Israel encurtou todos os vistos da equipe internacional da UNRWA.³¹⁷ Israel também ordenou que a UNRWA desocupasse todas as instalações em Jerusalém Oriental ocupada e cessasse suas operações até 30 de janeiro de 2025.³¹⁸ A UNRWA informou que seus poucos funcionários internacionais restantes deixaram Gaza em março de 2025, e nenhum outro funcionário internacional foi autorizado a entrar em Gaza, deixando cerca de 12.000 funcionários palestinos da UNRWA em Gaza para continuar a fornecer serviços e assistência.³¹⁹

³⁰⁷ https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/IPC_GazaStrip_Alert_July2025.pdf
³⁰⁸

https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/IPC_Famine_Review_Committee_Report_Gaza_Aug2025.pdf

³⁰⁹ Inglês: <https://podcasts.apple.com/nl/podcast/battle-lines/id1712903296?i=1000718943988>.

³¹⁰ <https://podcasts.apple.com/nl/podcast/battle-lines/id1712903296?i=1000718943988>. <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements/unrwa-commissioner-general-gazahumanitarian-community-calls-end-GHF>.

³¹¹ <https://podcasts.apple.com/nl/podcast/battle-lines/id1712903296?i=1000718943988>.
³¹² <https://www.theguardian.com/global-development/2025/jul/22/food-aid-gaza-deaths-visual-storyghf-israel>.

³¹⁴ <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-181-situation-gaza-strip-and-westbank-including-east-jerusalem>.

³¹⁵ <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-181-situation-gaza-strip-and-westbank-including-east-jerusalem>.

³¹⁶ Inglês: <https://www.un.org/unispal/document/sg-letter-ga-sc-09dec24/#:~:text=In%20the%20event%20that%20UNRWA,law%20and%20international%20human%20rights>; <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-177-situation-gazastrip-and-west-bank-including-east-jerusalem>.

³¹⁷ <https://news.un.org/en/story/2025/01/1159586>.
³¹⁸ <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements/government-israel-orders-unrwa-vacate-its-premises-occupied-east>.

³¹⁹ <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-177-situation-gaza-strip-and-westbank-including-east-jerusalem>.

e. Violência reprodutiva e impactos na saúde e na alimentação das mulheres

127. A Comissão documentou condições inseguras para as mulheres que dão à luz em hospitais, incluindo a falta de pessoal especializado, medicamentos e equipamentos. Profissionais médicos observaram que era extremamente desafiador controlar a dor das pacientes e prevenir infecções, visto que os hospitais frequentemente careciam de suprimentos adequados, incluindo epidurais, medicamentos para hipertensão, anestesia e antibióticos.³²⁰ Um especialista em emergências que trabalhou no Complexo Médico Nasser em Khan Younis em janeiro de 2024 descreveu desafios significativos no diagnóstico e tratamento de gestantes devido à falta de exames laboratoriais ou equipamentos confiáveis, o que levava a complicações evitáveis. Obstetras afirmaram que as mulheres haviam recebido muito pouco atendimento obstétrico e que várias delas sofriam de infecções vaginais que poderiam ter levado a partos prematuros, abortos espontâneos ou infertilidade.³²¹

128. Desde 7 de outubro de 2023, mulheres palestinas em Gaza têm sido cada vez mais forçadas a dar à luz em condições inseguras, com pouco ou nenhum suporte médico, aumentando o risco de complicações que resultam em ferimentos permanentes e morte para a mãe e a criança. O cerco e as hostilidades contínuos criaram barreiras para a distribuição de kits de parto domiciliar seguros para gestantes.³²² A Comissão também constatou que a assistência médica materna se deteriorou drasticamente como resultado direto do cerco total imposto por Israel. De acordo com um relatório emitido pelo Crisis Group em abril de 2024, quase 60.000 gestantes estavam desnutridas e desidratadas, e muitas delas apresentavam anemia grave.³²³ A UNRWA relatou em 23 de outubro de 2023: “Devido à insegurança alimentar, mulheres e crianças, especialmente grávidas e lactantes, correm o risco de subnutrição ou desnutrição, o que afetará negativamente sua saúde imunológica, aumentando sua suscetibilidade a contrair doenças relacionadas à nutrição materna, como anemia, pré-eclâmpsia e hemorragia. Isso aumenta o risco de morte tanto para mães quanto para bebês.”³²⁴ Em novembro de 2023, a OMS alertou que, à medida que o acesso a alimentos e água piora, o risco de morte aumentará tanto para mães quanto para bebês.³²⁵ Em meados de dezembro, o UNFPA alertou que mulheres grávidas estavam passando fome.³²⁶ Em janeiro de 2024, o UNICEF levantou preocupações específicas sobre a nutrição de mais de 155.000 mulheres grávidas e lactantes, dadas suas necessidades nutricionais específicas e vulnerabilidade.³²⁷ Em fevereiro de 2024, o Global Nutrition Cluster relatou que a diversidade alimentar para mulheres grávidas e lactantes no Norte de Gaza, Deir al Balah, Khan Younis e Rafah era “extremamente crítica”.³²⁸

129. Além disso, a fome e a inanição tiveram um impacto gravemente prejudicial sobre mulheres e meninas, em particular mulheres grávidas e puérperas. Mulheres grávidas e lactantes enfrentaram riscos específicos à sua própria saúde e à saúde de seus recém-nascidos devido à fome e à desnutrição. Já em novembro de 2023, milhares de mulheres e recém-nascidos deslocados que residiam nas instalações da UNRWA precisaram de cuidados médicos devido ao aumento da desnutrição, desidratação e doenças transmitidas pela água. Quase dois anos após o início dos ataques em Gaza, a situação é mais grave do que nunca. De acordo com o UNFPA, em outubro de 2024, 42.000 mulheres grávidas enfrentavam níveis críticos de fome (IPC 3) e mais de 3.000 mulheres grávidas enfrentavam níveis catastróficos de insegurança alimentar (IPC 5), números que supostamente eram esperados.

³²⁰ Por exemplo, https://www.youtube.com/watch?v=tMFCLM_dY3M. A/

³²¹ 79/232, par. 31.

³²² A/79/232, parágrafo 32.

³²³ https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/east-mediterranean-mena/israelpalestine/244-parando-a-fome-gaza?utm_source=t.co&utm_medium=social.

³²⁴ <https://www.unrwa.org/resources/reports/rapid-gender-analysis-gendered-impacts-october-2023-escalation-gaza>.

³²⁵ <https://www.who.int/news/item/03-11-2023-women-and-newborns-bearing-the-brunt-of-the-conflict-in-gaza-un-agencies-warn>.

³²⁶ https://www.instagram.com/unfpa/p/C0z3Qj4v_Nv/. <https://www.unicef.org/press-releases/intensifying-conflict-malnutrition-and-disease-gaza-strip-createsdeadly-cycle>.

³²⁷ <https://www.nutritioncluster.net/news/nutrition-vulnerability-and-situation-analysis-gaza>.

aumentar durante o inverno.³²⁹ Em 19 de maio de 2025, quase 11.000 mulheres grávidas corriam risco de fome.³³⁰

130. Um obstetra entrevistado pela Comissão observou as difíceis condições enfrentadas por mulheres e meninas devido aos efeitos da fome, afirmando que muitas pacientes pré e pós-natais estavam desnutridas ou debilitadas por doenças e infecções. A Comissão também conversou com mulheres que enfrentaram a fome e a inanição durante a gravidez ou a amamentação. Elas observaram a falta de acesso a alimentos e água potável, combinada com múltiplos deslocamentos e o luto pela perda de familiares. Essas enfermidades agravaram seus sentimentos de ansiedade e estresse, afetando-as e a seus bebês. O impacto do estresse e da falta de alimentos e água na lactação foi confirmado por diversos profissionais médicos.

f. Impactos da redução dos cuidados de saúde e da alimentação nas crianças

131. Agências da ONU alertaram que os riscos de desnutrição e mortes evitáveis continuarão a aumentar na Faixa de Gaza, custando mais vidas, devido ao impacto do cerco de Israel.³³¹ No final de novembro de 2023, a Oxfam alertou que recém-nascidos de até três meses de idade estavam morrendo de causas evitáveis devido ao cerco e à escassez aguda de água limpa.³³² A MSF relatou ter testemunhado crianças sofrendo de erupções cutâneas devido à falta de água limpa para tomar banho ou se lavar.³³³ Até o final de 2023, esses fatores levaram a surtos de doenças transmitidas pela água e outras, como disenteria, sarna, piolhos, catapora, dor abdominal, febre, vômitos, febre tifoide, hepatite A e mais de 160.000 casos de infecção respiratória aguda.³³⁴ Os efeitos físicos da falta de comida e água nos últimos 22 meses agravaram o imenso e grave trauma mental das crianças. Em fevereiro de 2024, o UNICEF estimou que "quase todas as crianças, ou seja, mais de 1 milhão, precisam de saúde mental e apoio psicossocial".³³⁵

132. O uso da fome por Israel como método de guerra por meio do cerco total à Faixa de Gaza teve impactos devastadores também sobre as crianças, resultando em fome, taxas alarmantemente altas de desnutrição aguda, aumento dos riscos de surtos de doenças como cólera e diarreia crônica e mortalidade excessiva significativa.³³⁶ Em abril de 2024, a fome severa, a desidratação e níveis extremamente críticos de desnutrição aguda resultaram na morte de pelo menos 28 crianças, incluindo 12 bebês com menos de um mês de idade. Entre essas 28 mortes, 25 crianças tinham menos de um ano de idade. A Comissão observa que esses números representam apenas as crianças que conseguiram chegar aos hospitais. É provável que outras crianças tenham morrido de fome sem receber atendimento médico. Particularmente preocupante é a recusa de Israel em permitir o acesso a serviços básicos.

³²⁹ <https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/UNFPA-Situation-Report-11-%28Final%29.pdf>.

³³⁰ <https://www.unfpa.org/news/famine-looms-gaza-pregnant-women-and-newborn-face-lifethreatening-health-risks>.

³³¹ <https://www.wfp.org/videos/famine-closes-gaza-aid-being-held-check-points-forthemedia>.

³³² <https://www.oxfam.org/en/press-releases/babies-dying-preventable-causes-besieged-gaza-oxfam>

³³³ <https://www.msf.org/gaza-lack-clean-water-brings-disease-and-suffering>.

³³⁴ [https://www.unicef.org/press-releases/barely-drop-drink-children-gaza-strip-do-not-access-90-cent-their-normal-water-use#:~:text=AMMAN%2C2020%20December%202023%20E2%80%93%20Recentemente, a sobrevivência%2C%20de acordo com%20as%20estimativas%20da%UNICEF](https://www.unicef.org/press-releases/barely-drop-drink-children-gaza-strip-do-not-access-90-cent-their-normal-water-use#:~:text=AMMAN%2C2020%20December%202023%20E2%80%93%20Recentemente, a sobrevivência%2C%20de acordo com%20as%20estimativas%20da%UNICEF;)

³³⁵ <https://www.lshtm.ac.uk/media/75901>. <https://www.unicef.org/press-releases/stories-loss-and-grief-least-17000-children-are-estimated-beunaccompanied-or>

³³⁶ <https://www.fao.org/neareast/news/details/fao-expresses-deep-alarm-over-acute-hunger-in-the-gaza-strip/en>; [https://www.unicef.org/press-releases/barely-drop-drink-children-gaza-strip-do-not-access-90-cent-theirnormal-water-use#:~:text=AMMAN%2C2020%20December%202023%20E2%80%93%20Recentemente, a sobrevivência%2C%20de acordo com%20as%20estimativas%20da%UNICEF](https://www.unicef.org/press-releases/barely-drop-drink-children-gaza-strip-do-not-access-90-cent-theirnormal-water-use#:~:text=AMMAN%2C2020%20December%202023%20E2%80%93%20Recentemente, a sobrevivência%2C%20de acordo com%20as%20estimativas%20da%UNICEF;)

³³⁷ <https://www.care.org/media-and-press/water-crisis-threatens-the-lives-of-hundreds-of-thousands-in-gaza/>; <https://www.msf.org/five-ways-war-gaza-impactingpalestinians-health>.

suprimentos essenciais, como leite infantil especial, para a Faixa de Gaza, o que causou complicações graves e fatalidades.³³⁷

133. Em Dezembro de 2023, a UNICEF declarou que 130 000 crianças com menos de dois anos não estavam a receber "amamentação essencial para salvar vidas e alimentação complementar adequada à sua idade".³³⁸ Em março de 2024, agências da ONU alertaram que uma em cada três crianças menores de dois anos sofria de desnutrição aguda ou estava "debilitada" no norte da Faixa de Gaza, o que significa que eram perigosamente magras para sua altura e corriam risco de morte.³³⁹ Este padrão de desnutrição aguda entre crianças menores de dois anos no norte aumentou de 15,6% em janeiro para 31% em março de 2024, enquanto a desnutrição grave entre crianças no sul da Faixa de Gaza quadruplicou de um por cento em janeiro para mais de quatro por cento em fevereiro de 2024.³⁴⁰ que sugere um declínio severo e rápido na saúde e no estado nutricional das crianças.³⁴¹ De acordo com um obstetra que falou à Comissão, o saneamento precário e a falta de água limpa e confiável colocam as chances de sobrevivência dos bebês em risco, pois é impossível produzir leite em pó nessas condições.

134. Já em junho de 2024, o UNICEF estimou que quase 3.000 crianças desnutridas corriam o risco de morrer devido à falta de alimentos no sul de Gaza. O IPC relatou que mais de 20.000 crianças foram internadas para tratamento de desnutrição aguda entre abril e meados de julho de 2025, com mais de 3.000 gravemente desnutridas.³⁴² A situação foi agravada pelos ataques contínuos às unidades de saúde. Um médico pediatra previu que crianças que vivem em hospitais por longos períodos, sem acesso a uma nutrição adequada, sofreriam de deficiências nutricionais, resultando em consequências de longo prazo para a saúde. O colapso do sistema de saúde também afetou a capacidade de fornecer vacinas.³⁴³

135. Médicos informaram à Comissão que, como resultado dos ataques a instalações médicas e das limitadas opções de tratamento disponíveis, bebês e crianças em Gaza provavelmente sofreriam até a idade adulta. Complicações de curto prazo poderiam incluir bebês que não atingiriam os marcos de desenvolvimento motor no primeiro ano de vida. A médio prazo, as crianças seriam incapazes de desenvolver a fala e atingir os marcos de linguagem, e suas habilidades cognitivas poderiam ser potencialmente prejudicadas a longo prazo. Um médico resumiu a situação afirmando que a essência da infância foi destruída em Gaza.³⁴⁴

136. Uma obstetra informou à Comissão que bebês nascidos de mães vulneráveis têm maior probabilidade de morrer no período neonatal e de desenvolver doenças crônicas na infância e na idade adulta. No contexto da situação em Gaza, onde não havia acesso a cuidados pré-natais e pós-natais, a obstetra informou à Comissão que esses bebês têm maior probabilidade de sofrer de desnutrição, nanismo e atraso no desenvolvimento, além de ter menor expectativa de vida. A obstetra informou ainda à Comissão que todas as mulheres que ela tratou sofriam de anemia grave, o que significava que tinham maior probabilidade de dar à luz prematuramente bebês abaixo do peso, e que essas mulheres tinham maior probabilidade de morrer no parto, pois não tinham reservas em caso de hemorragia (o que é mais provável de ocorrer em mulheres desnutridas). A falta de ácido fólico, por exemplo, crucial para gestantes, aumentava o risco de malformações nos bebês, como espinha bífida.

³³⁷ Inglês: <https://www.facebook.com/MOHGaza1994/videos/1070288638228103/>. <https://palestine.un.org/en/256251>

³³⁸ %E2%80%98ten-weeks-hell%E2%80%99-children-gaza-unicef. <https://www.unicef.org/press-releases/acute->

³³⁹ malnutrition-has-doubled-one-month-north-gaza-strip-unicef; <https://www.wfp.org/news/famine-imminent-northern-gaza-new-report-warns>.

³⁴⁰ <https://www.unicef.org/press-releases/acute-malnutrition-has-doubled-one-month-north-gaza-strip-unicef>.

³⁴¹ A/HRC/56/CRP.4, par. 332.

³⁴² https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/IPC_GazaStrip_Alert_July2025.pdf. Veja também <https://www.unicef.org/press-releases/more-5000-children-diagnosed-malnutrition-gaza-strip-may>.

³⁴³ A/79/232, parágrafo 38.

³⁴⁴ A/79/232, parágrafo 40.

iii. Análise e conclusão

137. Em um relatório anterior, a Comissão concluiu que as autoridades israelenses cometiveram o crime de guerra de usar intencionalmente a fome como método de guerra, privando a população civil da Faixa de Gaza de objetos indispensáveis à sua sobrevivência, inclusive cortando o acesso a alimentos, água, abrigo e assistência médica e impedindo intencionalmente o fornecimento de ajuda humanitária.³⁴⁵

138. Além disso, com base nas conclusões de que os hospitais não conseguiram funcionar adequadamente devido a (i) cortes no fornecimento de água, eletricidade e combustível; (ii) falta de equipamentos médicos, medicamentos e outros suprimentos que foram bloqueados pelas autoridades israelenses; e (iii) destruição de infraestrutura e moradias essenciais à sobrevivência da população civil em Gaza, a Comissão concluiu que as autoridades israelenses cometiveram o crime contra a humanidade de extermínio de parte da população civil na Faixa de Gaza por meios indiretos, impondo condições de vida calculadas para causar a destruição de civis em Gaza.³⁴⁶

139. A Comissão observa que "o termo 'condições de vida' pode incluir, mas não está necessariamente restrito a, a privação deliberada de recursos indispensáveis à sobrevivência, como alimentação ou serviços médicos, ou a expulsão sistemática de lares".³⁴⁷ Ao avaliar se o acto proibido subjacente de impor deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar sua destruição física, no todo ou em parte, for estabelecido, não é necessário que as condições de vida levem de fato à morte ou a danos físicos ou mentais graves; no entanto, tal resultado é relevante, mesmo que não seja necessário, para estabelecer uma intenção genocida de destruir um grupo específico, avaliada abaixo.³⁴⁸

140. Portanto, a Comissão avaliou a conduta das autoridades israelenses, incluindo as das forças de segurança israelenses, em particular (i) um padrão de ataques diretos e indiscriminados contra objetos civis em Gaza; (ii) a transferência forçada de palestinos em Gaza; (iii) o uso da fome como método de guerra; (iv) a imposição de um cerco total a Gaza, impedindo a entrada de eletricidade, combustível, alimentos e água, e meios de abrigo; (v) o bloqueio da entrada de ajuda humanitária em Gaza, incluindo necessidades básicas, equipamentos médicos e medicamentos; e (vi) os ataques diretos às instalações de saúde, incluindo instalações de saúde sexual e reprodutiva. A Comissão observa que as operações militares das forças de segurança israelenses e o cerco começaram em 7 de outubro de 2023 e continuam. Como resultado, os palestinos em Gaza foram transferidos à força e forçados a viver em condições desumanas, privados de alimentos, água, moradia adequada e cuidados médicos essenciais. Notavelmente, as forças de segurança israelenses também destruíram intencionalmente objetos civis, deixando os palestinos em Gaza sem recursos indispensáveis para sua sobrevivência e fortemente dependentes de ajuda humanitária que foi total ou substancialmente bloqueada pelas autoridades israelenses.

141. As forças de segurança israelenses também destruíram intencionalmente instalações de saúde em toda a Faixa de Gaza para impedir que os palestinos recebessem os cuidados médicos tão necessários e os forçaram a viver em condições desumanas. Como consequência, muitos palestinos foram forçados a viver em condições de extrema incerteza e medo constante por sua segurança, podendo se concentrar apenas em permanecer vivos. Notavelmente, vários países informaram à Comissão que, desde 7 de outubro de 2023, o único objetivo de seus filhos em Gaza é encontrar comida para sobreviver e que eles não podem se dar ao luxo de pensar em mais nada. Palestinos morreram devido à falta de assistência médica, alimentação e assassinatos diretos.

³⁴⁵ A/HRC/56/CRP.4, parágrafos 451, 464. A/

³⁴⁶ HRC/56/CRP.4, parágrafo 468.

³⁴⁷ TPI, Elementos dos Crimes, art. 6(c)(4), fn. 4; TPIJ, *Procurador v. Radoslav Brđanin*, IT-99-36-T, Acórdão, 1 de setembro de 2004, parágrafo 691.

³⁴⁸ TPIJ, *Procurador v. Radovan Karadžić*, IT-95-5/18-T, Versão pública redigida do acórdão emitido em 24 de março de 2016, 24 de março de 2016, parágrafo 546; Mettraux, G., *Crimes Internacionais: Direito e Prática (Volume II: Crimes Contra a Humanidade)*, Imprensa da Universidade de Oxford, 1^{ra}edição, 2020, pág. 270; Mettraux, G., *Crimes Internacionais: Direito e Prática (Volume I: Genocídio)*, Imprensa da Universidade de Oxford, 1^{ra}edição, 2019, p. 270.

pelas forças de segurança israelenses. Essas ações consistentes demonstram um padrão de conduta que as autoridades israelenses têm imposto aos palestinos presos em Gaza.

142. As forças de segurança israelenses continuaram a atacar diretamente a saúde materna em Gaza, apesar dos numerosos e claros alertas emitidos por agências relevantes da ONU e atores da sociedade civil. As condições de vida geradas por esses ataques intencionais e diretos ao sistema de saúde sexual e reprodutiva, somadas à falta de acesso à saúde sexual e reprodutiva causada pelo cerco e pelas hostilidades contínuas, tiveram um efeito particularmente prejudicial sobre mulheres grávidas, puérperas e lactantes, com efeitos irreversíveis a longo prazo na saúde mental e nas perspectivas físicas reprodutivas e de fertilidade do povo palestino como um todo.³⁴⁹

143. É importante ressaltar que a Comissão destacou em um relatório anterior que as forças de segurança israelenses realizaram ataques contra instalações, unidades e pessoal médico enquanto intensificavam o cerco à Faixa de Gaza, o que fez com que combustível, alimentos, água, medicamentos e suprimentos médicos não chegassem aos hospitais, agravando assim uma situação já catastrófica, com o rápido aumento no número de pacientes de emergência com ferimentos graves, aumentando o número de pacientes não tratados que sofrem de doenças crônicas ou que precisam de cuidados especializados.³⁵⁰

144. Considerando a totalidade das evidências, a Comissão concluiu que as autoridades israelenses estavam cientes da alta probabilidade de que suas operações militares, a imposição de um cerco total, incluindo o bloqueio de ajuda humanitária a Gaza, e a destruição de moradias e de sistemas e instalações de saúde levariam à destruição física de palestinos, no todo ou em parte, em Gaza.³⁵¹ Importante ressaltar que, em relação ao bloqueio da ajuda humanitária, as autoridades israelenses foram notificadas pela Corte Internacional de Justiça, pelo Conselho de Segurança e por diversos especialistas e grupos de direitos humanos. Por exemplo, em março de 2024, a Corte Internacional de Justiça declarou que as "condições de vida catastróficas" em Gaza haviam se deteriorado ainda mais, particularmente devido à privação prolongada e generalizada de alimentos e necessidades básicas, e que a fome estava se instalando, e ordenou que as autoridades israelenses garantissem ajuda e assistência humanitária em volumes suficientes.³⁵² Em maio de 2024, a Corte Internacional de Justiça declarou que a catastrófica situação humanitária na Faixa de Gaza havia se deteriorado e "agora deve ser caracterizada como desastrosa". Apesar dos claros avisos, as autoridades israelenses não permitiram que ajuda humanitária adequada chegassem aos palestinos em Gaza. A Comissão, portanto, conclui que as autoridades israelenses, consciente e deliberadamente, impuseram tais condições de vida com o objetivo de provocar a destruição dos palestinos em Gaza.

145. Entre 18 de março e 15 de abril de 2025, aproximadamente 500.000 palestinos foram deslocados, a grande maioria deles tendo sido deslocada muitas vezes antes disso.³⁵³ Em 25 de abril de 2025, o PMA anunciou que havia esgotado todos os seus estoques de alimentos em Gaza, já que as passagens de fronteira permaneceram fechadas e que havia "entregue seus últimos estoques de alimentos restantes para cozinhas de refeições quentes na Faixa de Gaza".³⁵⁴ Além disso, em 31 de março de 2025, "todas as 25 padarias apoiadas pelo PMA fecharam porque a farinha de trigo e o combustível para cozinhar acabaram".³⁵⁵ É importante destacar que o PMA observou que "[m]ais de 116.000 toneladas métricas de assistência alimentar — o suficiente para alimentar um milhão de pessoas por até quatro meses — estão posicionadas em corredores de ajuda e prontas para serem levadas a Gaza pelo PMA e pelos parceiros de segurança alimentar assim que as fronteiras forem reabertas".³⁵⁶ Sem ajuda do PMA, metade da população de Gaza será gravemente afetada. É importante ressaltar que, mesmo que o PMA

³⁴⁹ A/79/232, parágrafo 97.

³⁵⁰ A/79/232, parágrafos 89-90.

³⁵¹ Veja Mettraux, G., *Crimes Internacionais: Direito e Prática (Volume I: Genocídio)*, Imprensa da Universidade de Oxford, 1^{ra}edição, 2019, p. 278.

³⁵² CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Ordem, 28 de março de 2024, parágrafos 18, 21. <https://www.unrwa.org/>

³⁵³ resources/unrwa-situation-report-168-situation-gaza-strip-and-westbank-including-east-jerusalem.

³⁵⁴ <https://www.wfp.org/news/wfp-runs-out-food-stocks-gaza-border-crossings-remain-closed>.

³⁵⁵ <https://www.wfp.org/news/wfp-runs-out-food-stocks-gaza-border-crossings-remain-closed>.

³⁵⁶ <https://www.wfp.org/news/wfp-runs-out-food-stocks-gaza-border-crossings-remain-closed>.

conseguiram fornecer alimentos para metade da população, o que representava apenas 25% de suas necessidades alimentares diárias.³⁵⁷ Da mesma forma, em 29 de abril de 2025, a UNRWA declarou que tinha "quase 3.000 caminhões de ajuda humanitária" esperando a abertura das passagens.³⁵⁸ Apesar desses alertas e dessa conscientização, as autoridades israelenses não permitiram a entrada de ajuda humanitária em Gaza. É importante ressaltar que os efeitos dessas condições catastróficas são agravados pelo fato de os palestinos estarem presos em Gaza, sem nenhum lugar seguro contra os ataques implacáveis de Israel; eles não têm para onde ir, já que toda a Faixa de Gaza está sendo atingida pelas ações de Israel e todas as fronteiras estão fechadas. Em 8 de abril de 2025, o Secretário-Geral da ONU afirmou que "Gaza é um campo de extermínio – e os civis estão em um ciclo interminável de morte".³⁵⁹ A Comissão conclui que as autoridades israelenses criaram deliberadamente condições de vida que estão resultando na destruição de gerações de palestinos e levando à destruição do povo palestino em Gaza como um grupo.³⁶⁰

146. A Comissão tem conhecimento da jurisprudência relativa à destruição de instalações educativas e de que tal conduta pode ser relevante para a avaliação de *dolus specialis* de genocídio. A Comissão considera que a destruição de instalações educacionais também deve ser avaliada dentro do contexto social e cultural específico de Gaza e que, portanto, sua destruição deve ser levada em consideração ao estabelecer o ato subjacente de genocídio, nos termos do artigo II(c) da Convenção sobre Genocídio. As instalações educacionais em Gaza não são meras estruturas nas quais os palestinos recebem educação. As escolas, por exemplo, têm sido usadas como abrigo para palestinos deslocados. Para muitos palestinos, as instalações educacionais eram, portanto, uma fonte de proteção e segurança física. Os ataques a essas instalações levaram a um maior deslocamento de palestinos em Gaza, contribuindo assim para as condições de vida insuportáveis. Além disso, a Comissão observa que a perda de instalações educacionais significou que os palestinos perderam sua fonte de estabilidade, esperança e possibilidade de um futuro. A Comissão considera que a destruição do sistema educacional e a negação de oportunidades educacionais, incluindo a escolaridade, contribuem para as condições desumanas de vida impostas a muitos palestinos em Gaza, calculadas para provocar a destruição física do grupo. Ao destruir o sistema educacional em Gaza, o que prejudicaria a capacidade dos palestinos de preservar sua identidade como povo, as autoridades israelenses deliberadamente impuseram ao grupo condições de vida calculadas para causar sua destruição física, total ou parcial.³⁶¹ A Comissão conclui, portanto, que as forças de segurança israelenses atacaram e destruíram instalações educacionais em Gaza para garantir que os palestinos não pudessem buscar refúgio nesses locais e para apagar a identidade palestina.

147. A Comissão conclui que a *ato reuse homens reade* 'ímpor deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar sua destruição física, no todo ou em parte', nos termos do artigo II(c) da Convenção sobre Genocídio.

³⁵⁷ <https://www.wfp.org/news/wfp-runs-out-food-stocks-gaza-border-crossings-remain-closed>.

³⁵⁸ <https://x.com/UNRWA/status/1917126719863197887>.

³⁵⁹ https://www.un.org/sg/en/content/sg/press-encounter/2025-04-08/secretary-generals-pressencounter-gaza-scroll-down-for-árbate?_gl=1*jec3vb*_ga*NDIxNzE4Njk4LjE3MzgyMjcyMTY.*_ga_TK9BQL5X7Z*MTc0NTkyNjU4Ni4zNS4xLjE3NDU5MjgwNjIuMC4wLjA.*_ga_SCsJZ3XC0L*MTc0NTkyNjU4Ni43LjEumTc0NTkyODA2Mi4wLjAuMA..*_ga_S5EKZSB78*MTc0NTkyNjU4Ni41LjEuMTc0NTkyODA2NC41OC4wLjA

³⁶⁰ A/79/232, parágrafo 96.

³⁶¹ Ver, por exemplo, Projeto de Convenção das Nações Unidas sobre o Crime de Genocídio, E/447, p.27, disponível em <https://docs.un.org/en/E/447>; Schabas, William A., *Genocídio no Direito Internacional: O Crime dos Crimes*, Cambridge University Press, 2009, pág. 208.

D. Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo

i. Quadro jurídico

148. Para estabelecer o *ato reus* nesta categoria, a Comissão observa que as medidas impostas não precisam ser físicas, mas também podem ser psicológicas ou sociais, por exemplo, quando membros de um grupo podem ser levados, por meio de ameaças, traumas ou leis, a não conseguirem conceber ou a decidirem não procriar.³⁶²

149. Em relação à *homens rea*, deve ser estabelecido que a medida tinha como objetivo privar a vítima da capacidade e da oportunidade de conceber e dar à luz.³⁶³ Portanto, não é necessário estabelecer a prevenção real de nascimentos dentro do grupo, desde que se verifique que as medidas impostas tinham como objetivo impedir nascimentos.³⁶⁴

ii. Resumo das conclusões factuais

150. Ataques a instalações de saúde, incluindo aquelas que oferecem serviços de saúde sexual e reprodutiva, afetaram cerca de 545.000 mulheres e meninas em idade reprodutiva em Gaza. Ataques diretos contra as principais maternidades do Hospital Shifa e do Complexo Médico Nasser em Khan Younis as deixaram inoperantes por períodos. Instalações especificamente designadas como centros de saúde sexual e reprodutiva foram diretamente atacadas ou forçadas a interromper suas operações. Essas instalações incluem o Hospital Maternidade Emirati, o Hospital Awdah e o Hospital Sahabah, que são as principais instalações de saúde materna no sul e no norte de Gaza. Paralelamente, várias maternidades em outros hospitais foram forçadas a fechar, incluindo a maternidade do Hospital Aqsa em janeiro de 2024.³⁶⁵ Em julho de 2025, foi relatado que a prestação de serviços de saúde reprodutiva aumentou, com 13 hospitais e quatro hospitais de campanha fornecendo cuidados de maternidade, mas essas instalações foram limitadas pela escassez de pessoal, lacunas de fornecimento e infraestrutura danificada, o que restringiu a capacidade de mulheres grávidas de chegar a essas instalações.³⁶⁶

151. Em particular, a Comissão investigou o ataque contra a clínica de fertilização in vitro Al-Basma, a maior clínica de fertilidade de Gaza. A clínica foi bombardeada em dezembro de 2023, destruindo, segundo relatos, cerca de 4.000 embriões e 1.000 amostras de esperma e óvulos não fertilizados. Segundo relatos, o Centro de Fertilização In vitro Al-Basma atendia de 2.000 a 3.000 pacientes por mês, realizando aproximadamente 70 a 100 procedimentos de fertilização in vitro por mês. O cerco a Gaza e a consequente falta de fornecimento de nitrogênio líquido, usado para manter os tanques de armazenamento refrigerados, representaram desafios consideráveis para o funcionamento da clínica e para a preservação do material reprodutivo durante os primeiros meses da guerra. O material reprodutivo armazenado foi perdido integralmente quando o banco genético foi atacado no início de dezembro de 2023. Durante o ataque, o laboratório de embriologia foi atingido diretamente, e todo o material reprodutivo armazenado no laboratório foi destruído.³⁶⁷

152. A Comissão determinou, por meio da análise visual de fotografias do local, que os extensos danos ao exterior e ao interior do edifício foram causados por um projétil de grosso calibre, provavelmente um projétil disparado de um tanque das forças de segurança israelenses. Imagens de satélite indicam que a área ao redor da clínica foi extensamente danificada devido às hostilidades. O Centro era um edifício independente, claramente identificado com o nome da clínica. Em declaração à American ABC

³⁶² CITR, *Promotor v. Jean-Paul Akayesu*, ICTR-96-4-T, Sentença, 2 de setembro de 1998, par. 508; *Promotor v. Clément Kayishema e outros*, ICTR-95-1-T, Sentença, 21 de maio de 1999, par. 117. Mettraux, G., *Crimes Internacionais: Direito e Prática (Volume II: Crimes Contra a Humanidade)*, Imprensa da Universidade de Oxford, 1^{ra}edição, 2020, p. 279.

³⁶³ Mettraux, G., *Crimes Internacionais: Direito e Prática (Volume I: Genocídio)*, Imprensa da Universidade de Oxford, 1^{ra}edição, 2019, p. 280. A/HRC/58/CRP.6, parágrafos 39-40. <https://www.unfpa.org/sites/default/files/resourcepdf/Palestine%20Situation%20Report%202015%20%28Final%29.pdf>. A/HRC/58/CRP.6,

³⁶⁴ parágrafo 41.

Notícias, um porta-voz das forças de segurança israelenses afirmou que elas desconheciam o ataque específico. As forças de segurança israelenses também declararam que tomam medidas abrangentes para mitigar danos a civis e no manuseio de objetos que requerem proteção especial, e que não alvejaram deliberadamente infraestruturas civis, incluindo clínicas de fertilização in vitro. A Comissão não encontrou nenhuma informação confiável que indique que o prédio tenha sido usado para fins militares.³⁶⁸ A Comissão constatou que as autoridades israelenses sabiam que o centro médico era uma clínica de fertilidade e que pretendiam destruí-lo. Portanto, a Comissão concluiu que a destruição da clínica de fertilização in vitro Al-Basma foi uma medida destinada a impedir nascimentos entre palestinas em Gaza.³⁶⁹

iii. Análise e conclusão

153. A Comissão enfatiza que a clínica de fertilização in vitro Al-Basma era o principal centro de fertilidade em Gaza. As forças de segurança israelenses lançaram um projétil de tanque que atingiu diretamente a clínica e causou a explosão de cinco tanques de nitrogênio líquido, destruindo, consequentemente, todo o material reprodutivo ali armazenado para futura concepção de palestinos. Além disso, a Comissão destaca que a clínica de fertilização in vitro sofreu os maiores danos, em comparação com os prédios adjacentes, indicando que era o alvo principal. Considerando (i) que as forças de segurança israelenses lançaram um projétil que atingiu diretamente a clínica independente dentro de um complexo; (ii) a precisão do ataque que levou à explosão dos tanques de nitrogênio; (iii) a ausência de qualquer ameaça crível vinda de dentro da clínica; e (iv) a extensão dos danos à clínica em comparação com os prédios ao redor, é razoável concluir que as forças de segurança israelenses sabiam da função da clínica e pretendiam atacá-la e destruir o material reprodutivo nela contido. Importante ressaltar que a Comissão também ouviu uma testemunha que declarou que os especialistas em munições consultados puderam concluir que a clínica havia sido "sob ataque direto significativo".

154. Embora a prevenção efetiva de nascimentos não seja necessária para estabelecer a prática deste ato genocida subjacente, a Comissão, no entanto, destaca o depoimento do médico especialista em medicina reprodutiva à Comissão. Segundo o médico especialista, o ataque à clínica de fertilização in vitro "terá repercussões para as gerações futuras. As crianças que deveriam nascer desses 5.000 espécimes reprodutivos jamais existirão. Famílias serão transformadas para sempre e linhagens podem desaparecer devido à perda desses tecidos reprodutivos". A Comissão concluiu, em um relatório anterior, que a destruição da clínica de fertilização in vitro de Al-Basma foi uma medida destinada a impedir nascimentos entre palestinos em Gaza.³⁷⁰

155. Assim, a Comissão conclui que *a ato reuse homens reade* 'impôr medidas destinadas a impedir nascimentos dentro do grupo', nos termos do artigo II(c) da Convenção sobre Genocídio.

4. *Dolus specialis* de genocídio

A. Quadro jurídico

156. Genocídio é um crime internacional que incorre em responsabilidade criminal individual, pela qual um Estado pode ser responsabilizado se a conduta lhe for imputável. Embora o padrão de prova para declarar um acusado culpado de genocídio em um julgamento criminal seja "além de qualquer dúvida razoável", o padrão para estabelecer a responsabilidade do Estado baseia-se em "provas

³⁶⁸ A/HRC/58/CRP.6, parágrafo 42. A/HRC/

³⁶⁹ 58/CRP.6, parágrafos 42 e 176. A/HRC/58/

³⁷⁰ CRP.6, parágrafo 175.

isso é totalmente conclusivo'.³⁷¹ De acordo com o Tribunal Internacional de Justiça, o tribunal tem de "estar plenamente convencido de que as alegações feitas no processo, de que o crime de genocídio ou os outros atos enumerados no Artigo III foram cometidos, foram claramente estabelecidas".³⁷² Para encontrar um Estado responsável por genocídio, é, portanto, importante estabelecer que o perpetrador cometeu os actos subjacentes ao genocídio com a intenção geral (*dolus generalis*) para cometer os atos subjacentes e a intenção específica necessária (*dolus specialis*) por genocídio.³⁷³ A Comissão observa que o requisito de intenção específica é atribuído ao autor do ato subjacente, não ao Estado. A responsabilidade estatal pode, portanto, ser estabelecida quando os atos foram cometidos por atores cuja conduta é atribuível ao Estado.

157. A Comissão discutiu nas seções anteriores a intenção geral necessária para estabelecer a prática de atos genocidas, conforme previsto na Convenção sobre Genocídio. A Comissão agora analisa se os atos subjacentes ao genocídio foram cometidos pelos perpetradores com a intenção específica de destruir, no todo ou em parte, os palestinos em Gaza como tal. A Comissão observa que a "intenção de destruir" não significa que tal destruição precise ter ocorrido. Além disso, como a intenção está relacionada à destruição do grupo, os atos subjacentes podem ser cometidos contra civis e não civis de um determinado grupo, e tais atos ainda constituiriam genocídio, desde que *homens reaelemento* é estabelecido.³⁷⁴ A Comissão observa que, em 26 de janeiro de 2024, o Tribunal Internacional de Justiça declarou que "[o]s palestinos parecem constituir um 'grupo nacional, étnico, racial ou religioso' distinto e, portanto, um grupo protegido na aceção do artigo II da Convenção sobre o Genocídio".³⁷⁵ Além disso, observando que os palestinos na Faixa de Gaza representam mais de dois milhões de pessoas, o Tribunal Internacional de Justiça declarou que "os palestinos na Faixa de Gaza constituem uma parte substancial do grupo protegido".³⁷⁶

158. A intenção genocida pode ser estabelecida por meio de (i) provas diretas, como declarações que expressem a intenção de destruir, no todo ou em parte, o grupo protegido como tal; ou (ii) provas circunstanciais, levando em consideração a totalidade das provas, por inferência por meio do exame do padrão de conduta. A Comissão considera que a violência sexual e de gênero pode ser levada em consideração para inferir a intenção genocida. Além disso, atos direcionados a crianças também podem ser avaliados. A Comissão observa que, ao estabelecer a intenção genocida, a situação factual geral deve ser levada em consideração, em vez de fatores individuais ou isolados.

³⁷¹ Por exemplo, CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do Tij 2007, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, par. 209.

³⁷² CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do Tij 2007, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, par. 209.

³⁷³ CITR, *Promotor v. Georges Rutaganda*, ICTR-97-20-T, Sentença, 6 de dezembro de 1999, parágrafo 59; *Promotor v. Jean-Paul Akayesu*, ICTR-96-4-T, Sentença, 2 de setembro de 1998, parágrafo 122; TPIJ, *Promotor v. Ratko Mladić*, IT-09-92-T, Acórdão (volume 3), 22 de novembro de 2017, parágrafo 3435; ILC, *Projeto de Código de Crimes contra a Paz e a Segurança da Humanidade, com comentários*, 1996, art. 17, parágrafo 5 ("A definição deste crime requer um estado de espírito particular ou uma intenção específica com relação às consequências gerais do ato proibido.").

³⁷⁴ Por exemplo, o TPIJ, *Promotor v. Vujadin Popović e outros*, IT-05-88-T, Acórdão, 10 de junho de 2010, parágrafo 833. Ver também Mettraux, G., *Crimes Internacionais: Direito e Prática (Volume I: Genocídio)*, Imprensa da Universidade de Oxford, 1^{ra}edição, 2019, p. 173.

³⁷⁵ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Pedido de Indicação de Medidas Provisórias, Despacho, 26 de janeiro de 2024, parágrafo 45.

³⁷⁶ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Pedido de Indicação de Medidas Provisórias, Despacho, 26 de janeiro de 2024, parágrafo 45. Ver também CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do Tij 2007, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, par. 198.

incidentes.³⁷⁷ Além disso, ações tomadas antes, durante e depois da prática do ato genocida podem ser consideradas para estabelecer a intenção genocida.³⁷⁸

159. Em *Bósnia v. Sérvia*, o Tribunal Internacional de Justiça declarou que, para que um padrão de conduta seja aceito como evidência de uma intenção específica de destruir o grupo, no todo ou em parte, ele teria que ser tal que o padrão de conduta pudesse apenas apontar para a existência de tal intenção.³⁷⁹ Referindo-se ao padrão em *Bósnia v. Sérvia*, o Tribunal Internacional de Justiça em *Croácia x Sérvia* afirmou, “para inferir a existência de *dolus specialis* de um padrão de conduta, é necessário e suficiente que esta seja a única inferência que poderia ser razoavelmente extraída dos atos em questão”.³⁸⁰ Fatores que podem ser levados em consideração incluem a escala e a natureza sistemática dos ataques e as baixas e danos que foram “muito superiores ao que foi justificado pela necessidade militar”, e o grau de ferimentos causados.³⁸¹

160. A Comissão considera que, embora possa haver outras razões para um ato discreto (por exemplo, obter uma vantagem militar transferindo o grupo à força ou destruir a existência de um grupo armado), isso não impede a existência de uma intenção genocida, desde que a intenção genocida seja a única inferência razoável a ser tirada, tendo descartado outras inferências que não são razoáveis, com base na totalidade das evidências disponíveis.³⁸²

161. Na ausência de expressões explícitas de intenção por parte dos perpetradores, a intenção genocida pode ser estabelecida por meio de evidências circunstanciais.³⁸³ Por conseguinte, a Comissão tem em consideração os seguintes indicadores não exaustivos ao analisar *adolus specialis* do genocídio: as ações dos perpetradores;³⁸⁴ o contexto geral; o

³⁷⁷ TPIJ, *Promotor v. Ratko Mladić*, IT-09-92-T, Acórdão (volume 3), 22 de novembro de 2017, parágrafo 3435; *Procurador v. Milomir Stakić*, IT-97-24-A, Acórdão (Câmara de Recursos), 22 de março de 2006, parágrafo 55; ICTR, *Promotor v. Georges Rutaganda*, ICTR-97-20-T, Sentença, 6 de dezembro de 1999, parágrafo 61.

³⁷⁸ TPIJ, *Promotor contra Zdravko Tolimir*, IT-05-88/2-A, Acórdão (Câmara de Recursos), 8 de abril de 2015, parágrafos 564-577.

³⁷⁹ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do TPIJ 2007, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, par. 373.

³⁸⁰ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Croácia v. Sérvia)*, Acórdão, Relatórios do CIJ 2015, p.33 de fevereiro de 2015, parágrafo 148.

³⁸¹ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Croácia v. Sérvia)*, Acórdão, Relatórios do CIJ 2015, p.33 de fevereiro de 2015, parágrafo 413.

³⁸² Isto é consistente com a jurisprudência dos tribunais penais internacionais que prevê que pode haver momentos em que os motivos (*ou seja* pessoais, políticas ou militares) podem coexistir com intenções genocidas. Por exemplo, o TPIJ, *Promotor v. Goran Jelisić*, IT-95-10-A, Acórdão (Câmara de Apelações), 5 de julho de 2001, parágrafo 49: A Câmara de Apelações recorda ainda a necessidade de distinguir intenção específica de motivo. O motivo pessoal do autor do crime de genocídio pode ser, por exemplo, obter benefícios econômicos pessoais, vantagem política ou alguma forma de poder. A existência de um motivo pessoal não impede que o autor também tenha a intenção específica de cometer genocídio. Ver também, por exemplo, CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Declaração de Intervenção da Irlanda nos termos do Artigo 63 do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, 6 de janeiro de 2025, parágrafo 40; Declaração de Intervenção da República da Turquia, 7 de agosto de 2024, parágrafo 111.

³⁸³ TPIJ, *Promotor v. Ratko Mladić*, IT-09-92-T, Acórdão (volume 3), 22 de novembro de 2017, parágrafos 3440 e 3457 (citando, entre outros: TPIJ, *Promotor v. Goran Jelisić*, IT-95-10-A, Acórdão (Câmara de Recursos), 5 de julho de 2001, parágrafos 47-48; *Procurador v. Radislav Krstić*, IT-98-33-A, Acórdão (Câmara de Recursos), 19 de abril de 2004, parágrafo 34); *Procurador v. Milomir Stakić*, IT-97-24-A, Acórdão (Câmara de Recursos), 22 de março de 2006, parágrafo 55); ICTR, *Promotor v. Clément Kayishema e outros*, ICTR-95-1-T, Acórdão, 21 de maio de 1999, parágrafo 93. Ver também, por exemplo, CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Declaração de Intervenção da Irlanda nos termos do Artigo 63 do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, 6 de janeiro de 2025, parágrafos 34-35.

³⁸⁴ CITR, *Promotor v. Sylvestre Gacumbitsi*, ICTR-2001-64-T, Acórdão, 17 de junho de 2004, parágrafo 252; *Promotor v. Clément Kayishema e outros*, ICTR-95-1-T, Sentença, 21 de maio de 1999, parágrafo 93.

perpetração de outros atos culposos sistematicamente dirigidos contra o mesmo grupo;^{385a} escala das atrocidades cometidas (incluindo os meios e métodos utilizados); o número de vítimas; a perseguição sistemática de vítimas por pertencerem a um grupo específico; a repetição de atos destrutivos e discriminatórios; e o uso de linguagem depreciativa em relação aos membros do grupo visado.”³⁸⁶ A Comissão considera que atos que configuram violência sexual e de gênero, bem como atos cometidos contra crianças, podem ser utilizados para inferir a intenção específica de genocídio. A Comissão também observa que evidências de destruição de locais educacionais, religiosos e culturais podem ser utilizadas para inferir a intenção de destruir fisicamente o grupo.³⁸⁷

B. Avaliação das constatações factuais

i. Declarações de atores estatais israelenses

162. Para analisar a intenção genocida das autoridades israelitas, a Comissão remete tanto para declarações feitas por membros do governo israelita (prova directa de *dolus specialis*) e ao padrão de conduta das autoridades israelitas e das forças de segurança israelitas, incluindo durante as operações militares, que eram consistentes com os sentimentos das declarações do governo israelita (provas indiretas ou circunstanciais de *dolus specialis*).

163. Já em 7 de outubro de 2023, autoridades israelenses fizeram declarações que indicavam sua intenção de destruir os palestinos em Gaza como um grupo. Os palestinos foram consistentemente desumanizados por autoridades israelenses. Além disso, as autoridades israelenses fizeram muitas declarações que clamavam explicitamente por vingança, destruição e aniquilação. A Comissão acredita, após analisar as operações militares das forças de segurança israelenses, que tais declarações foram expressas para incentivar o ódio contra os palestinos e a violência contra eles. As declarações foram recebidas pelas forças de segurança israelenses como uma ordem para destruir os palestinos em Gaza, e tal ordem foi de fato executada por meio de operações militares.

164. A Comissão registrou as declarações dos mais altos funcionários públicos israelitas, incluindo o Presidente, o Primeiro-Ministro, os Ministros do Governo,

³⁸⁵ Um “ato culpável” é um ato que, por si só, não constitui um ato genocida subjacente, mas pode ser invocado como prova para estabelecer a intenção genocida dos perpetradores. Por exemplo, embora a transferência forçada não seja, em si, um ato genocida subjacente proibido pela Convenção sobre Genocídio, tal ato pode ser invocado para avaliar a intenção genocida dos perpetradores, por ter sido um ato sistematicamente direcionado ao mesmo grupo. (CJI, *Caso relativo à aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro), Acórdão, Relatórios do CIJ 2007*, p. 43,26 de fevereiro de 2007, par. 190; TPIJ, *Procurador v. Radislav Krstić*, IT-98-33-A, Acórdão (Câmara de Recursos), 19 de abril de 2004, parágrafo 33).

³⁸⁶ TPIJ, *Promotor v. Ratko Mladić*, IT-09-92-T, Acórdão (volume 3), 22 de novembro de 2017, parágrafo 3545 (citando, entre outros: TPIJ, *Promotor v. Goran Jelisić*, IT-95-10-A, Acórdão (Câmara de Recursos), 5 de julho de 2001, parágrafos 47-48; *Procurador v. Radislav Krstić*, IT-98-33-A, Acórdão (Câmara de Recursos), 19 de abril de 2004, parágrafo 34; *Procurador v. Milomir Stakić*, IT-97-24-A, Acórdão (Câmara de Recursos), 22 de março de 2006, parágrafo 55); ICTR, *Promotor v. Tharcisse Muvunyi*, ICTR-00- 55A-T, Julgamento, 11 de fevereiro de 2010, parágrafo 29; *Promotor v. Callixte Kalimanzira*, ICTR-05-88-T, Acórdão, 22 de junho de 2009, parágrafo 731; *Promotor v. Clément Kayishema e outros*, ICTR-95-1-T, Sentença, 21 de maio de 1999, parágrafos 93, 534-535 e 543; *Promotor v. Jean-Paul Akayesu*, ICTR-96-4-T, Sentença, 2 de setembro de 1998, parágrafo 523; TPIJ, *Promotor v. Ratko Mladić*, IT-09-92-T, Acórdão (volume 3), 22 de novembro de 2017, parágrafos 3440 e 3435. Ver também CJI, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, *Relatórios do Tij 2007*, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, par. 243; TPIJ, *Procurador v. Radovan Karadžić*, IT-95-5/18-AR98bis.1, Acórdão (Câmara de Recursos), 11 de julho de 2013, parágrafo 56; *Promotor v. Vujadin Popović e outros*, IT-05-88-T, Acórdão, 10 de junho de 2010, parágrafo 820; ICTR, *Promotor v. Sylvestre Gacumbitsi*, ICTR-2001-64-T, Acórdão, 17 de junho de 2004, parágrafo 252; *Promotor v. Georges Rutaganda*, ICTR-97-20-T, Sentença, 6 de dezembro de 1999, parágrafo 61; Schabas, William A., *Genocídio no Direito Internacional: O Crime dos Crimes*, Cambridge University Press, 2009, pp. 265-266.

³⁸⁷ CJI, *Caso relativo à aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, *Relatórios do CIJ 2007*, p. 43,26 de fevereiro de 2007, parágrafo 344.

Membros do Gabinete de Segurança do Estado, membros do Gabinete de Gestão da Guerra, membros do Knesset, outros políticos, oficiais e comandantes das forças de segurança israelenses e outros, em sua capacidade pública oficial, usaram linguagem incitadora, provocativa e desumanizante a partir de 7 de outubro de 2023. Suas palavras moldaram a narrativa pública e conquistaram amplo apoio público para suas posições. Suas palavras também influenciaram o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas e operações militares.³⁸⁸

165. Líderes políticos e militares israelenses têm consistentemente descrito as operações militares na Faixa de Gaza como "autodefesa" e uma "guerra justa". Líderes políticos e militares israelenses também afirmaram repetidamente que o ataque de 7 de outubro de 2023 representava uma ameaça existencial a Israel, como justificativa para a decisão de conduzir uma operação militar contínua em larga escala em Gaza, que equivalia a uma guerra total.³⁸⁹ Os ataques no sul de Israel em 7 de outubro de 2023 foram crimes de guerra brutais, mas não representaram uma ameaça existencial ao Estado de Israel. Israel era e é responsável pela proteção de sua população, mas os meios para fazê-lo devem levar em conta o fato de que tomou à força e está ocupando e colonizando ilegalmente territórios palestinos por meio de violência contínua, negando o direito do povo palestino à autodeterminação.

166. A Comissão documentou repetidas mensagens públicas contendo incitação, publicadas por autoridades israelenses. As mensagens incluem apelos à violência e à matança de palestinos, à eliminação da Faixa de Gaza, à vingança, à punição coletiva, à declaração de que não há civis inocentes na Faixa de Gaza, ao planejamento de novos assentamentos israelenses sobre os escombros da Faixa de Gaza e ao apelo à remoção de palestinos de Gaza para terceiros Estados.³⁹⁰

167. Diversas declarações de autoridades israelenses defenderam a punição coletiva contra o povo palestino como um todo ou contra a população de Gaza em particular. Algumas declarações reconheceram a diferença entre civis e combatentes, mas instaram que todos os moradores de Gaza fossem punidos pelas ações dos militantes em 7 de outubro de 2023. Essas declarações consideraram o "Hamas" não apenas os militantes, mas também funcionários e funcionários civis e administrativos, além de outros que simplesmente se opõem à ocupação israelense. Consideraram todos eles alvos legítimos de violência. Outras declarações não fizeram distinção entre civis e combatentes e decretaram uma punição única para todos.

168. Declarações pedindo vingança a Israel contra o Hamas foram feitas já em 7 de outubro de 2023. Em uma coletiva de imprensa realizada no início da tarde de 7 de outubro de 2023, o Primeiro-Ministro Netanyahu prometeu infligir "poderosa vingança" em "todos os lugares onde o Hamas está mobilizado, escondido e operando, aquela cidade perversa, nós os transformaremos em escombros. Digo aos moradores de Gaza: saiam agora, porque operaremos com força em todos os lugares". Embora a declaração de Netanyahu tenha direcionado cuidadosamente o apelo por vingança contra "locais do Hamas", seu uso da expressão "cidade perversa" na mesma declaração implicava que ele via toda a cidade de Gaza como responsável e alvo de vingança.³⁹¹ Ele disse aos palestinos em Gaza para "sair agora porque operaremos com força em todos os lugares", sem fazer distinção entre combatentes e civis e sabendo que os palestinos em Gaza não tinham para onde ir.

169. Em 9 de outubro de 2023, o então Ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, anunciou um cerco completo a Gaza, alegando que Israel estava lutando contra "animais humanos" e que Israel deveria "agir de acordo".³⁹² Em 10 de outubro de 2023, em um discurso às forças de segurança israelenses, Gallant declarou: "Gaza não voltará a ser o que era antes. Haverá

³⁸⁸ A/HRC/56/CRP.4, par. 24.A/

³⁸⁹ HRC/56/CRP.4, par. 27.A/

³⁹⁰ HRC/56/CRP.4, par. 33.A/

³⁹¹ HRC/56/CRP.4, par. 34. A/

³⁹² HRC/56/26, par. 49.

Não haverá Hamas. Eliminaremos tudo. Se não levar um dia, levará uma semana. Levará semanas ou até meses, mas chegaremos a todos os lugares.”³⁹³

170. Em 13 de outubro de 2023, o presidente Isaac Herzog declarou: “A responsabilidade é de toda uma nação. Não é verdade essa retórica sobre civis que não estavam cientes e não estavam envolvidos. Não é absolutamente verdade.”³⁹⁴

171. Em 29 de outubro de 2023, o Brigadeiro-General David Bar Khalifa, Comandante da 36ª Divisão Blindada, invocou a intervenção divina, convocando seus soldados a serem guiados pela vingança geral em sua operação militar. Em uma carta escrita à mão para seus soldados, ele disse: “O que foi não será mais! Iremos até ele [o inimigo] em guerra, pulverizaremos cada pedaço de terra amaldiçoado de onde ele veio, o destruiremos, juntamente com sua memória... e não retornaremos até que seja aniquilado, e [Deus] vingue-se de seus adversários e expie a terra de seu povo... O Senhor dará força ao seu povo e guardará sua saída e sua entrada, desde agora e para sempre. Esta é a nossa guerra, hoje é a nossa vez. Aqui estamos!”³⁹⁵

172. Em 3 de novembro de 2023, o primeiro-ministro Netanyahu publicou uma carta aos soldados e comandantes israelenses na guerra, na qual escreveu: “Lembrem-se do que Amaleque fez a vocês... Esta é uma guerra entre os filhos da luz e os filhos das trevas... Lembramos constantemente as cenas do horrível massacre naquele Shabat de Simchat Torá, 7 de outubro de 2023.” Os descendentes de Amaleque, os amalequitas, eram inimigos dos israelitas na Bíblia hebraica. No Livro de Samuel, Deus diz aos israelitas: “Agora vão e ataquem Amaleque e destruam completamente tudo o que eles têm; não os poupem, mas matem homens e mulheres, crianças e bebês, bois e ovelhas, camelos e jumentos.”³⁹⁶ A Comissão observa que, ao invocar Amalek em seu discurso, Netanyahu reforçou a ideia de que a guerra de Israel em Gaza é semelhante à guerra santa de aniquilação total comandada contra os amalequitas.³⁹⁷ Isso seria familiar e convincente para os milhares de militares israelenses que são sionistas religiosos, especialmente para aqueles em unidades militares cujo efetivo é total ou predominantemente ultraortodoxo. De fato, esse sentimento foi mencionado por muitos após a declaração de Netanyahu, incluindo o Ministro das Finanças israelense, Bezalel Smotrich, e soldados israelenses que gritavam e entoavam referências diretas a Amalek enquanto lançavam ataques em Gaza.

398

173. Em 4 de novembro de 2023, o Coronel Erez Eshel, um alto oficial das forças de segurança israelenses, entrevistado por um canal de notícias israelense de Beit Lahia, disse: “A vingança é um grande valor. Há vingança pelo que nos fizeram... em 100 anos, eles saberão que não se mexe com os judeus. Levará muitos anos para se recuperar deste golpe... este lugar será uma terra abandonada. Eles não poderão viver aqui.”³⁹⁹

174. Em 8 de novembro de 2023, um vídeo publicado no X mostrou soldados da Brigada Binyamin dançando e cantando “deixem suas aldeias queimarem”. Um porta-voz das forças de segurança israelenses respondeu a este incidente, dizendo: “A conduta dos soldados não é consistente com as ordens e os valores das FDI. O incidente será investigado e tratado adequadamente por meio de ação disciplinar”. Em 4 de janeiro de 2024, um vídeo publicado no X mostrou um soldado das forças de segurança israelenses com um rolo da Torá nas mãos, afirmando: “Estamos agora sobre as ruínas de Gaza, com a graça de Deus. Esses nazistas pagarão o preço pelo que fizeram ao povo de Israel e ao país de Israel. Destruiremos o Hamas. Você vê esta casa queimada? Todas as casas aqui queimarão. Todas as casas tinham um RPG. Eles pagarão pelo que fizeram. O povo de Israel vencerá e Deus nos salvará deles, com a graça de Deus”.

³⁹³ <https://www.youtube.com/watch?v=l9wx7e4u-xM>. A/

³⁹⁴ HRC/56/CRP.4, par. 38.

³⁹⁵ A/HRC/56/CRP.4, par. 35. 1

³⁹⁶ Samuel 15:3.

³⁹⁷ A/HRC/56/CRP.4, par. 41. <https://>

³⁹⁸ www.youtube.com/watch?v=TmE2Uv-eobQ. A/

³⁹⁹ HRC/56/CRP.4, par. 36.

A Comissão não tem conhecimento de nenhuma ação disciplinar tomada pelas forças de segurança israelenses contra esse pessoal.⁴⁰⁰

175. Em 15 de agosto de 2025, uma gravação do ex-chefe da Inteligência Militar de Israel (que renunciou ao cargo em abril de 2024) foi publicada pela mídia israelense. Ele afirmou que "o fato de 50.000 pessoas já terem sido mortas em Gaza é necessário e necessário para as gerações futuras". Acrescentou que, para cada israelense morto em 7 de outubro de 2023, 50 palestinos deveriam morrer, e não importa se são crianças, observando que "eles precisam de uma Nakba de tempos em tempos para sentir o preço".⁴⁰¹

176. A Comissão considera que muitas declarações feitas por autoridades israelenses contêm sentimentos desumanizantes que incentivam o ódio e a violência contra palestinos e são consistentes com o padrão de conduta, discutido abaixo, que aponta para a intenção de destruir os palestinos em Gaza como um grupo. A Comissão considera que essas declarações de autoridades israelenses são razoavelmente interpretadas como declarações que expressam a intenção de destruir o grupo palestino em Gaza e foram aplicadas como tal pelas forças de segurança israelenses na Faixa de Gaza. Elas são evidência direta de *dolus specialis*. Há também evidências indiretas ou circunstanciais de *dolus specialis* no padrão de conduta das autoridades políticas e militares israelenses, e nas operações militares, estabelecendo a intenção específica necessária para cometer genocídio sob a totalidade das evidências.

ii. Padrão de conduta

177. A Comissão analisa agora se a única inferência razoável que pode ser extraída do padrão de conduta das forças de segurança israelenses em Gaza é evidência de intenção genocida. A Comissão observa que as autoridades israelenses alegaram que suas operações militares em Gaza foram conduzidas por necessidade militar e especificamente como: (i) um exercício de autodefesa em resposta ao ataque de 7 de outubro de 2023 em Israel; (ii) neutralização do Hamas para garantir a segurança a longo prazo; e (iii) garantir a libertação segura dos reféns israelenses detidos em Gaza desde 7 de outubro de 2023. Em um relatório anterior, a Comissão observou que as autoridades israelenses consistentemente apresentaram objetivos militares para suas operações em Gaza, mas suas ações e consequências indicaram outras motivações, incluindo vingança e punição coletiva.⁴⁰²

178. Inicialmente, a Comissão observa que esses eventos em Gaza desde outubro de 2023 não ocorreram isoladamente. Foram precedidos por décadas de ocupação ilegal e assentamentos ilegais, com segregação racial ou apartheid.⁴⁰³ Sob uma ideologia que exige a remoção da população palestina de suas terras e sua substituição.

179. Embora a Comissão tenha concluído que muitas declarações feitas por autoridades israelenses constituem prova direta da intenção de destruir os palestinos em Gaza, a Comissão, no entanto, analisou as provas circunstanciais, levando em consideração a totalidade das provas, por meio do padrão de conduta das autoridades israelenses e das forças de segurança israelenses. Aplicando o padrão jurídico estabelecido pela Corte Internacional de Justiça,⁴⁰⁴ a Comissão avaliou todas as evidências na totalidade, de 7 de outubro de 2023 até 31 de julho de 2025. A Comissão conclui, com base na análise abaixo, que não havia necessidade militar para justificar o padrão de conduta.

⁴⁰⁰ A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 37.

⁴⁰¹ 401

[⁴⁰³ CIJ, *Consequências jurídicas decorrentes das políticas e práticas de Israel no Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental*, Parecer Consultivo, 19 de julho de 2024, parágrafos 225-229.](https://x.com/btselem/status/1957097191840895466?ref_src=twsr%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweteetmbed%7Ctwterm%5E1957097191840895466%7Ctwgr%5Ee3dc8d71bad8e00906349ce9fd462bbf031b70b1%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.npr.org%2F2025%2F08%2F18%2Fnx-s1-5506097%2Fex-chefe-de-inteligencia-militar-de-israel-disse-50-000-mortes-em-gaza-necessarias. A/HRC/56/26, parágrafo 101.</p>
</div>
<div data-bbox=)

⁴⁰⁴ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Croácia v. Sérvia)*, Acórdão, Relatórios do CIJ 2015, p. 3,3 de fevereiro de 2015, parágrafo 413.

a. Matar e causar danos físicos ou mentais

180. O grande número de vítimas mortas e feridas pode ser relevante para inferir intenção genocida de destruir um grupo.⁴⁰⁵ A Comissão constatou que as forças de segurança israelenses mataram intencionalmente e feriram gravemente um número sem precedentes de palestinos em Gaza desde 7 de outubro de 2023, usando munições pesadas. Desde 7 de outubro de 2023, as forças de segurança israelenses têm atacado civis diretamente, matando-os em números muito maiores em comparação com conflitos anteriores, usando armas e munições que causaram muitas vezes o número de vítimas. A destruição foi mais severa do que qualquer coisa que os palestinos em Gaza já tenham experimentado. Isso é evidente na estratégia militar de usar bombas não guiadas e outras munições pesadas em áreas densamente povoadas de Gaza, e no ataque e destruição sistemáticos e generalizados a objetos civis com claro conhecimento da presença de palestinos. Os métodos de guerra e os tipos de armas utilizados mostram um padrão consistente que causou, e pretendia causar, um grande número de vítimas, incluindo mortes, de palestinos em Gaza. É importante notar que mais de 50% dos mortos eram mulheres, crianças e idosos, indicando que as forças de segurança israelenses alvejaram deliberadamente civis palestinos. Além disso, autoridades de inteligência israelenses teriam listado 8.900 militantes do Hamas e da Jihad Islâmica Palestina em Gaza como mortos ou provavelmente mortos em maio de 2025. Considerando que, naquele momento, 53.000 palestinos foram mortos por ataques israelenses, isso significa que 83% dos mortos em Gaza eram civis.⁴⁰⁶

181. A Comissão também avaliou a conduta das forças de segurança israelenses e as declarações feitas por autoridades israelenses a partir de 18 de março de 2025, quando Israel rompeu o cessar-fogo e retomou suas operações militares em Gaza. O OCHA relatou que mais de 404 palestinos foram mortos em apenas meio dia em 18 de março de 2025 (até o meio-dia), quase 60% deles mulheres e crianças, enquanto mais de 562 ficaram feridos.⁴⁰⁷ Desde então, houve um número muito elevado de mortos e feridos, mantendo-se a proporção altamente desproporcional de mulheres e crianças mortas e feridas em comparação com os homens. A Comissão considera que a retomada das operações militares pelas forças de segurança israelenses, em violação ao cessar-fogo existente, é indicativa da intenção das autoridades israelenses de continuar a destruição dos palestinos em Gaza como um grupo, matando-os e ferindo-os, e impondo-lhes condições de vida calculadas para causar sua destruição física.

182. É importante ressaltar que a Comissão observa que, em muitos casos, os soldados também atacaram e mataram palestinos durante o processo de evacuação e em áreas já designadas como seguras pelas forças de segurança israelenses.

183. Conforme detalhado acima, a Comissão também conclui que muitos palestinos em Gaza e de lá sofreram e continuarão a sofrer danos mentais graves a longo prazo devido às operações militares das forças de segurança israelenses.⁴⁰⁸

184. A Comissão observa que, na maioria dos casos, as autoridades israelenses não investigaram os casos em que palestinos foram mortos ou feridos devido a ações militares, nem condenaram as ações do pessoal das forças de segurança israelenses; na verdade, as autoridades israelenses frequentemente protegeram as ações militares tomadas pelas forças de segurança israelenses com narrativas que mudaram quando evidências conflitantes foram apresentadas.⁴⁰⁹ Na maioria dos casos, se não em todos, as autoridades israelenses defenderam as forças de segurança israelenses e alegaram que Israel sempre respeitou o direito internacional humanitário em suas operações militares. Os líderes israelenses têm o poder de prevenir e punir os crimes cometidos pelos soldados. A Comissão

⁴⁰⁵ CITR, *Promotor v. Mikaeli Muhimana*, ICTR-95-1B-T, Sentença, 28 de abril de 2005, parágrafo 498.

⁴⁰⁶ <https://www.theguardian.com/world/ng-interactive/2025/aug/21/revealed-israeli-militarys-own-data-indicates-civilian-death-rate-of-83-in-gaza-war>

⁴⁰⁷ <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-situation-update-273-gaza-strip>; <https://www.unwomen.org/en/news-stories/press-briefing/2025/03/press-briefing-by-un-women-on-the-collapse-of-a-gaza-ceasefire-and-its-devastating-impact-on-women-and-girls>.

⁴⁰⁸ Veja acima, 'Causar danos físicos ou mentais graves aos membros do grupo'. Por

⁴⁰⁹ exemplo, A/HRC/58/CRP.6, parágrafo 150.

A Comissão não recebeu nenhuma evidência de que autoridades israelenses tenham conduzido investigações genuínas sobre alegações de crimes cometidos por soldados, tripulantes de aeronaves, tripulantes navais ou outros agentes de segurança. Pelo contrário, a Comissão coletou evidências de que autoridades israelenses apoiaram publicamente as ações de militares e defenderam sua conduta, incentivando, permitindo e autorizando a continuidade de tais comportamentos criminosos. Em alguns casos em que as autoridades israelenses anunciaram o início de uma investigação, a Comissão concluiu que essas investigações não eram genuínas e não levaram à responsabilização.

185. É importante ressaltar que as autoridades israelenses têm repetidamente tentado alterar as narrativas dos incidentes ocultando informações. Por exemplo, em relação ao incidente de 23 de março de 2025, no qual forças israelenses mataram socorristas na área de Tal as-Sultan e tentaram ocultar as evidências, a Comissão observa que cinco dias após o incidente, e somente quando a equipe de resgate descobriu um dos corpos dos socorristas, Israel emitiu uma declaração, alegando que os veículos eram suspeitos e que as forças de segurança israelenses haviam eliminado vários terroristas do Hamas. Em 31 de março de 2025, um dia após os outros 14 corpos terem sido encontrados, um porta-voz militar israelense alegou que as forças de segurança israelenses abriram fogo contra veículos descoordenados que foram identificados avançando de forma suspeita, sem faróis ou sinais de emergência, acrescentando que um total de nove militantes palestinos haviam sido eliminados. Notavelmente, essas afirmações foram posteriormente comprovadas como falsas (i) com a publicação de um vídeo gravado por um socorrista no comboio antes de ser morto; e (ii) através das declarações corroborativas prestadas por testemunhas. Após a publicação do vídeo, um oficial militar israelense admitiu que "a pessoa que dá/[sic]a conta inicial está errada"⁴¹⁰ e que a investigação prosseguia. A Comissão concluiu que a falta de transparência e a demora na reação e ação das autoridades israelenses são indicativas de sua intenção não apenas de se esquivar da responsabilidade por um crime que suas forças tentaram inicialmente ocultar, mas, aliada à constante negação dos fatos, também de sua intenção de continuar a ocultar informações e prosseguir com suas operações militares.

186. Levando em conta os assassinatos em massa de palestinos em Gaza, os graves danos físicos e mentais resultantes e a falta de responsabilização, a Comissão conclui que há um padrão consistente que mostra claramente a intenção de destruir fisicamente os palestinos em Gaza como um grupo.⁴¹¹

b. Destrução de estruturas e instalações culturais, religiosas e educacionais

187. A destruição extensa e sistemática de casas e estruturas palestinas em Gaza, incluindo terras agrícolas e outras propriedades indispensáveis à vida palestina, também apoia a conclusão de que as operações militares faziam parte da intenção de destruir os palestinos em Gaza.

188. É importante referir que a destruição de locais culturais e religiosos⁴¹² é relevante para inferir intenção genocida, mesmo que tais atos não constituam necessariamente um ato subjacente de genocídio, nos termos do artigo II da Convenção sobre Genocídio.⁴¹³ A Comissão concluiu, em um relatório anterior, que os danos a edifícios históricos, monumentos e outros patrimônios tangíveis em Gaza significaram um claro desrespeito às crenças religiosas, à cultura e ao patrimônio do povo palestino.⁴¹⁴ A Comissão tem

⁴¹⁰ Inglês: <https://www.reuters.com/world/middle-east/israeli-military-changes-initial-account-gaza-aidworker-killings-2025-04-06/>; <https://www.theguardian.com/world/2025/apr/06/israeli-militaryadmits-initial-account-of-palestinian-medics-killing-was-mistaken>; <https://www.idf.il/286233>; <https://www.davar1.co.il/592165>.

⁴¹¹ Veja TPIJ, *Promotor contra Zdravko Tolimir*, IT-05-88/2-A, Acórdão (Câmara de Recursos), 8 de abril de 2015, parágrafo 249.

⁴¹² Veja acima, parágrafo 91.

⁴¹³ CIJ, *Caso relativo à aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do CIJ 2007, p. 43,26 de fevereiro de 2007, par. 344. A/HRC/59/26, par. 87.

⁴¹⁴

concluiu que esses atos constituem crimes de guerra, incluindo (i) dirigir intencionalmente ataques contra edifícios dedicados à religião e à educação e monumentos históricos; e (ii) dirigir intencionalmente ataques contra objetos civis que não sejam objetivos militares ou justificados pela necessidade militar, ou não sejam imperativamente exigidos pelas necessidades do conflito.⁴¹⁵

189. A Comissão observou os ataques sistemáticos e generalizados a locais religiosos, culturais e educacionais em Gaza desde 7 de outubro de 2023 e constatou que esses ataques causaram danos extensos e, em muitos casos, irreparáveis aos locais. A Comissão constatou que esses ataques visavam causar danos irreversíveis aos palestinos em Gaza, destruindo elementos da identidade do povo palestino e apagando a cultura palestina de Gaza.

c. Cercos, fome e bloqueio da ajuda humanitária

190. A Comissão conclui que Israel utilizou a fome como método de guerra, impondo um cerco total a Gaza e bloqueando a entrada de ajuda humanitária em Gaza. Os efeitos do cerco sobre os palestinos em Gaza, que já dependiam fortemente de ajuda antes de 7 de outubro de 2023, foram terríveis, levando a alertas de especialistas e organismos internacionais, incluindo a Corte Internacional de Justiça. É importante notar que os palestinos em Gaza continuaram a sofrer os efeitos do cerco total, que incluiu o corte de alimentos e água, combustível, eletricidade e suprimentos médicos em Gaza, mesmo após ocasiões em que Israel permitiu a entrada de ajuda humanitária muito limitada. Em nenhum momento a ajuda foi suficiente para sustentar a vida em Gaza. A negação da entrada de leite infantil especial, resultando na inanição de recém-nascidos e crianças pequenas, é uma evidência especialmente poderosa da intenção de destruir a população.

191. A Comissão considera que Israel não permitiu nem garantiu a prestação irrestrita de serviços básicos urgentemente necessários e assistência humanitária em larga escala, bem como suprimentos e cuidados médicos, aos palestinos na Faixa de Gaza. As autoridades israelenses têm conhecimento, por meio de diversos relatórios e alertas de agências da ONU, organizações de direitos humanos e decisões do Tribunal Internacional de Justiça, dos riscos iminentes de desnutrição e fome em Gaza. A Comissão reitera que, por meio da *Consumo de alimentos na Faixa de Gaza - Linha Vermelha* documento, as autoridades israelenses estão cientes da quantidade de calorias necessárias aos palestinos em Gaza para evitar a desnutrição.⁴¹⁶ Portanto, a Comissão conclui que a ação de permitir alguma ajuda humanitária em Gaza desde 7 de outubro de 2023, mas não em grande escala, foi uma fachada das autoridades israelenses para mostrar à comunidade internacional que as autoridades israelenses permitiram uma quantidade mínima de ajuda em Gaza, enquanto continuavam a (i) impor fome e condições de vida desumanas aos palestinos; e (ii) atacar fisicamente os palestinos em Gaza.

192. É importante notar as medidas provisórias ordenadas pelo Tribunal Internacional de Justiça no caso *África do Sul x Israel* caso sob a Convenção sobre Genocídio e a reação de Israel a tais ordens. Já em 26 de janeiro de 2024, a Corte Internacional de Justiça considerou que a "situação humanitária catastrófica na Faixa de Gaza corre sério risco de se deteriorar ainda mais antes que a Corte profira sua sentença final".⁴¹⁷ O Tribunal Internacional de Justiça ordenou que Israel "tome medidas imediatas e eficazes para permitir a prestação de serviços básicos e assistência humanitária urgentemente necessários" em Gaza.⁴¹⁸ Limitações e interferências severas na entrada de ajuda humanitária e ataques a comboios humanitários continuaram após a ordem. Alguns dos ataques resultaram em vítimas ou destruição de ajuda. Por exemplo, em um incidente relatado pela UNRWA em 5 de fevereiro de 2024, um ataque de alimentos da UNRWA

⁴¹⁵ A/HRC/59/26, parágrafo 89.

⁴¹⁶ <https://www.gisha.org/UserFiles/File/publications/redlines/red-lines-presentation-eng.pdf>; <https://www.gisha.org/UserFiles/File/publications/redlines/redlines-position-paper-eng.pdf>; <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-19975211>. Veja acima, parágrafo 113.

⁴¹⁷ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Despacho, 26 de janeiro de 2024, par. 72.

⁴¹⁸ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Despacho, 26 de janeiro de 2024, par. 80.

Um comboio de 10 caminhões viajava pela Estrada Al Rashid do sul para o norte de Gaza e foi atingido por tiros navais das forças de segurança israelenses.⁴¹⁹

193. Em 28 de março de 2024, o Tribunal Internacional de Justiça emitiu uma segunda ordem sobre medidas provisórias.⁴²⁰ O Tribunal Internacional de Justiça observou que, desde que emitiu a primeira ordem sobre medidas provisórias em 26 de janeiro de 2024, as "condições de vida catastróficas" em Gaza pioraram ainda mais, particularmente a privação prolongada e generalizada de alimentos e necessidades básicas.⁴²¹ O Tribunal Internacional de Justiça observou que os palestinos em Gaza não enfrentavam mais apenas o risco de fome, mas que "a fome estava se instalando".⁴²² O Tribunal Internacional de Justiça ordenou a Israel que tomasse todas as medidas necessárias e eficazes para "garantir", sem demora, em plena cooperação com as Nações Unidas, a prestação irrestrita de serviços básicos e assistência humanitária urgentemente necessários, bem como suprimentos e cuidados médicos. Esta é uma ordem muito mais forte do que a das primeiras medidas provisórias, que apenas ordenavam a Israel que "possibilitasse" a prestação desses serviços e dessa assistência. Longe de cooperar com as Nações Unidas, no entanto, Israel respondeu proibindo e excluindo a principal agência da ONU que fornece ajuda e assistência humanitária, a UNRWA. O Tribunal Internacional de Justiça também ordenou que os militares israelenses "não cometam atos que constituam uma violação de qualquer um dos direitos dos palestinos em Gaza como um grupo protegido pela Convenção sobre o Genocídio", incluindo a prevenção da entrega de assistência humanitária urgentemente necessária.⁴²³

194. Em 24 de maio de 2024, o Tribunal Internacional de Justiça emitiu uma terceira ordem sobre medidas provisórias.⁴²⁴ O Tribunal Internacional de Justiça observou que a situação humanitária catastrófica na Faixa de Gaza se deteriorou e "agora deve ser caracterizada como desastrosa".⁴²⁵ O Tribunal Internacional de Justiça ordenou a Israel que "interrompa imediatamente sua ofensiva militar e qualquer outra ação na província de Rafah que possa infligir ao grupo palestino em Gaza condições de vida que possam causar sua destruição física, total ou parcial".⁴²⁶ O Tribunal Internacional de Justiça também ordenou que Israel tomasse medidas efetivas para garantir o acesso irrestrito à Faixa de Gaza de "qualquer comissão de inquérito, missão de apuração de fatos ou outro órgão investigativo mandatado por órgãos competentes das Nações Unidas para investigar alegações de genocídio".⁴²⁷ A Comissão observa que esta ordem se aplica a um órgão investigativo mandatado pela ONU. No entanto, até o momento, Israel não respondeu ao pedido da Comissão para acessar Gaza e conduzir suas investigações.

195. Como demonstra o padrão de conduta, Israel não teve a intenção de aliviar o sofrimento dos palestinos e, em vez disso, implementou um cerco total e parcial a Gaza. Pelo contrário, e apesar de inúmeras advertências, incluindo aquelas emanadas da Corte Internacional de Justiça por meio de suas ordens de medidas provisórias vinculativas para Israel, as autoridades israelenses não apenas falharam em facilitar o acesso irrestrito de ajuda humanitária a Gaza, como também continuaram a

⁴¹⁹ A/HRC/56/CRP.4, parágrafo 237.

⁴²⁰ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Ordem, 28 de março de 2024.

⁴²¹ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Despacho, 28 de março de 2024, par. 18.

⁴²² CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Despacho, 28 de março de 2024, par. 21.

⁴²³ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza* Tira (África do Sul v. Israel), Despacho, 28 de março de 2024, par. 45.

⁴²⁴ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza* Tira (África do Sul v. Israel), Ordem, 24 de maio de 2024.

⁴²⁵ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza* Tira (África do Sul v. Israel), Despacho, 24 de maio de 2024, parágrafo 28.

⁴²⁶ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza* Tira (África do Sul v. Israel), Despacho, 24 de maio de 2024, parágrafo 50.

⁴²⁷ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Despacho, 24 de maio de 2024, parágrafo 51.

restrição ou bloqueio total da entrada de ajuda humanitária em Gaza, incluindo alimentos e água, combustível e energia, suprimentos e equipamentos médicos e outros itens e serviços essenciais. Embora tenham permitido a entrada de alguma ajuda humanitária em Gaza em alguns momentos, de forma intermitente, tal ação teve vida curta, foi insuficiente e frequentemente severamente restringida por meio de rigorosos controles de segurança. Palestinos foram atacados e mortos quando tentavam obter assistência humanitária em caminhões de ajuda. Notavelmente, de 2 de março de 2025 a 19 de maio de 2025, Israel não permitiu a entrada de alimentos, água, combustível, medicamentos ou quaisquer suprimentos comerciais em Gaza, apesar dos repetidos apelos para a permissão de ajuda humanitária em Gaza, inclusive pelo Secretário-Geral da ONU e vários Estados-Membros.

196. Em 19 de maio de 2025, após 11 semanas de bloqueio total, Israel finalmente permitiu a entrada de alguns caminhões de ajuda humanitária em Gaza. Segundo o Subsecretário-Geral de Assuntos Humanitários e Coordenador de Socorro de Emergência, isso foi apenas "uma gota no oceano do que é urgentemente necessário".⁴²⁸ Além disso, a ajuda cuja entrada foi autorizada foi "selecionada a dedo" pelas autoridades israelenses e não incluiu todos os tipos de ajuda desesperadamente necessários aos palestinos.⁴²⁹ Em 22 de junho de 2025, o OCHA relatou que quase 9.000 toneladas métricas de farinha de trigo foram trazidas para Gaza desde 19 de maio, a maior parte levada por pessoas que precisavam de ajuda no caminho e, em alguns casos, por elementos armados, antes de chegar aos seus destinos finais.⁴³⁰ Desde então, a ajuda humanitária tem sido extremamente restringida pelas autoridades israelenses e os pedidos de acesso humanitário têm sido repetidamente negados.⁴³¹

197. A intenção das autoridades israelenses de impor continuamente a fome e condições de vida insuportáveis aos palestinos em Gaza também se manifesta na criação e utilização do GHF para manter o controle total sobre a distribuição de ajuda em Gaza. Notavelmente, o GHF não distribui itens essenciais além de alimentos, e todos os quatro locais de distribuição estão em zonas militarizadas, nenhuma das quais situada no norte de Gaza, o que torna extremamente difícil – e, às vezes, impossível – o acesso a alimentos para muitos palestinos.⁴³² Notavelmente, em 29 de julho de 2025, o IPC alertou que o pior cenário de fome está atualmente ocorrendo na Faixa de Gaza e, em 22 de agosto de 2025, o IPC FRC declarou que a fome provocada pelo homem está ocorrendo atualmente na província de Gaza e projetou que os limites da fome seriam ultrapassados nas províncias de Deir al-Balah e Khan Younis "nas próximas semanas".⁴³³ Além disso, desde que o GHF assumiu a distribuição de ajuda em Gaza, pelo menos 859 palestinos foram mortos, principalmente pelos militares israelenses, nas proximidades dos locais de distribuição do GHF até 31 de julho de 2025.⁴³⁴ A Comissão observa que sua investigação sobre os incidentes nas instalações do GHF está em andamento.

198. É importante ressaltar que a Comissão encontra uma conexão entre as leis votadas pelo Knesset em outubro de 2024, destinadas a paralisar as operações da UNRWA em Gaza, e a criação do GHF em 2025, com o objetivo de controlar a distribuição de ajuda alimentar em Gaza. Ambas representam medidas políticas e politizadas interligadas pelas autoridades israelenses, tomadas para bloquear e obstruir agências de ajuda confiáveis e manter o domínio israelense completo sobre o acesso dos palestinos a serviços essenciais e vitais.

⁴²⁸ <https://www.ungeneva.org/en/news-media/news/2025/05/106482/un-relief-chief-welcomes-limitedgaza-aid-resumption-its-drop-ocean>.

⁴²⁹ <https://media.un.org/unifeed/en/asset/d340/d3400864>. <https://www.unocha.org/publications/report-occupied-palestinian-territory/gaza-humanitarianresponse-update-8-21-june-2025>.

⁴³¹ Inglês: https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ ipcinfo/docs/IPC_GazaStrip_Alert_July2025.pdf

⁴³² <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements/unrwa-commissioner-general-gazahumanitarian-community-calls-end-GHF>; <https://podcasts.apple.com/nl/podcast/battlelines/id1712903296?i=1000718943988>; <https://www.theguardian.com/globaldevelopment/2025/jul/22/food-aid-gaza-deaths-visual-story-ghf-israel>.

⁴³³ https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ ipcinfo/docs/IPC_GazaStrip_Alert_July2025.pdf; https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ ipcinfo/docs/IPC_Famine_Review_Committee_Report_Gaza_Aug2025.pdf. Veja acima, 'Impedir a entrada de ajuda humanitária, eletricidade, água e combustível em Gaza', pára. 124. <https://reliefweb.int/report-occupied-palestinian-territory/killings-palestinians-seeking-food-gazacontinue-starvation-deepens-enar>.

ajuda e, em última análise, provocar a destruição física dos palestinos em Gaza por meio de condições de vida insuportáveis na Faixa de Gaza.

199. Longe de permitir e garantir o fornecimento de ajuda, as forças de segurança israelenses continuaram a impedir a entrada de toda a assistência humanitária em Gaza e a atacar comboios de ajuda humanitária e trabalhadores humanitários dentro de Gaza, em flagrante desrespeito às ordens do Tribunal Internacional de Justiça.⁴³⁵

200. Além disso, as autoridades israelenses estão cientes de que os palestinos em Gaza, quase 80% dos quais são de famílias que foram forçadas a fugir para Gaza como refugiados, estão agora presos em Gaza e não têm para onde fugir fora de Gaza, mesmo que quisessem. O aprisionamento da população palestina em Gaza tem tido consequências cada vez mais severas à medida que os combates continuam, e agora são mais destrutivos do que nunca. Em 5 de maio de 2025, o Gabinete de Segurança de Israel decidiu realizar "uma operação intensa" em Gaza, supostamente para derrotar o Hamas e devolver os reféns israelenses. O Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu e o Ministro da Defesa Israel Katz declararam que a operação envolverá "a transferência da população para sua proteção" para o sul de Gaza e que as forças de segurança israelenses não abandonarão as áreas que tomarem.⁴³⁶

Entre 5 e 21 de maio de 2025, as forças de segurança israelenses realizaram centenas de ataques aéreos em Gaza, supostamente contra "alvos terroristas".⁴³⁷ Suas operações terrestres aumentaram muito em 18 de maio de 2025.⁴³⁸ Como resultado, aproximadamente 161.000 palestinos foram deslocados entre 15 e 21 de maio de 2025.⁴³⁹ A UNRWA observou que, até 1º de agosto de 2025, pelo menos 1,9 milhão de pessoas foram deslocadas internamente desde outubro de 2023, o que representa cerca de noventa por cento dos 2,1 milhões de pessoas em Gaza.⁴⁴⁰ Isso inclui 767.000 pessoas deslocadas desde 18 de março de 2025.⁴⁴¹ Em julho de 2025, 87,7% da Faixa de Gaza estava dentro de zonas militarizadas israelenses e/ou sob ordens de deslocamento.⁴⁴²

201. A Comissão destaca que, desde o início das operações militares israelenses em outubro de 2023, os ataques contra palestinos e a criação de condições de vida insuportáveis em Gaza foram impostos pelas autoridades israelenses à população, com o conhecimento e a consciência de que os palestinos estavam presos ali e não tinham condições de escapar. Isso torna Gaza única entre as zonas de guerra deste século. Os massacres, bombardeios, bombardeios e outras formas de violência continuaram, e os palestinos em Gaza não tiveram como escapar, nem dentro de Gaza nem cruzando uma fronteira internacional. O exército israelense os impediu de escapar da violência para Israel, de onde a maioria de suas famílias fugiu, ou para o Egito. Eles só podem permanecer, enfrentando a morte e condições de vida cada vez mais deterioradas. Essa situação infere uma clara intenção por parte das autoridades israelenses de prender os palestinos em Gaza.

⁴³⁵ <https://www.oxfam.org/en/press-releases/israel-government-continues-block-aid-responsedespiteicj-genocide-court-ruling>.

⁴³⁶ <https://www.kan.org.il/content/kan-news/defense/896836/>; <https://www.israelhayom.co.il/news/defense/article/17911119>. Veja também <https://www.ynet.co.il/news/article/sjxfeoblgg>; <https://13tv.co.il/item/news/politics/security/q5kij-904567886/>; <https://www.theguardian.com/world/2025/may/05/israel-expand-military-operationsgaza>.

⁴³⁷ <https://www.idf.il/296163>; <https://www.idf.il/296433>; <https://www.idf.il/295057>; <https://www.idf.il/295207>; <https://www.idf.il/295739>; <https://www.idf.il/295865>; <https://www.idf.il/295993>; <https://www.idf.il/296234>; <https://www.idf.il/202759>.

⁴³⁸ <https://www.idf.il/296163>; <https://www.idf.il/295993>.

⁴³⁹ <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-situation-update-290-gaza-strip>. [https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-177-situation-gaza-strip-and-westbank-including-east-jerusalem](https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-177-situation-gaza-strip-and-westbank-including-east-jerusalem#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20ONU).

⁴⁴⁰ <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-182-situation-gaza-strip-and-westbank-including-east-jerusalem>.

⁴⁴¹ <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-182-situation-gaza-strip-and-westbank-including-east-jerusalem>.

⁴⁴² <https://www.un.org/unispal/document/gaza-ocha-warns-mass-displacement-order-yet-another-blow-to-fragile-lifelines#:~:text=Com%20esta%20última%20ordem%2C%20o,onde%20serviços%20essenciais%20entraram%20em%20colapso>.

jerusalem#:~:text=De acordo com a ONU, cerca de 10 vezes mais.

criando condições que os impediriam de escapar e, por fim, levariam à sua destruição.

202. A Comissão conclui que, em relação ao cerco total, os seguintes fatores indicam a intenção das autoridades israelenses de impor condições de vida calculadas para provocar a destruição física do grupo palestino em Gaza: (i) a natureza do cerco imposto, sua duração e a vulnerabilidade dos palestinos em Gaza, que dependem da ajuda humanitária bloqueada por Israel; (ii) a consciência da probabilidade objetiva de que sua conduta levaria à destruição dos palestinos em Gaza como um grupo; (iii) a continuação do bloqueio apesar dos avisos, incluindo o flagrante desrespeito às ordens vinculativas da Corte Internacional de Justiça; e (iv) a captura de palestinos em Gaza, garantindo que eles não possam escapar da violência e da eventual destruição do grupo.

203. Com base no exposto, a Comissão conclui que a conduta das autoridades israelenses indica a intenção de destruir o grupo palestino em Gaza por meio da fome e do bloqueio da ajuda humanitária a Gaza.

d. Segmentação do sistema de saúde

204. Conforme detalhado acima, Israel implementou uma política coordenada para destruir o sistema de saúde de Gaza. As forças de segurança israelenses atacaram instalações e unidades de saúde em Gaza e deliberadamente mataram, feriram, prenderam, detiveram, maltrataram e torturaram profissionais de saúde desde outubro de 2023.⁴⁴³ Por fim, o sistema de saúde em Gaza entrou em colapso. Em 24 de junho de 2025, apenas 36% das unidades de saúde permaneciam em funcionamento (todas parcialmente, exceto um hospital de campanha que estava totalmente operacional).⁴⁴⁴ Até 7 de maio de 2025, 180 ambulâncias foram atacadas.⁴⁴⁵ Os ataques contra o sistema de saúde em Gaza persistiram após o cessar-fogo, e os hospitais continuaram a ser atacados pelas forças de segurança israelenses.

205. A política coordenada de Israel para destruir sistematicamente instalações de saúde e seus ataques contra profissionais de saúde forçaram os palestinos a viver sem acesso a cuidados médicos cruciais, matando muitos palestinos e causando danos irreparáveis, tanto físicos quanto mentais, a muitos outros. As autoridades israelenses continuaram a sufocar os palestinos em Gaza, bloqueando a entrada de equipamentos, suprimentos e medicamentos médicos em Gaza e, ao mesmo tempo, impedindo que os palestinos que precisavam de assistência médica saíssem de Gaza. Muitos médicos e profissionais de saúde relataram à Comissão que pacientes morreram devido ao colapso do sistema de saúde em Gaza. Por exemplo, pacientes com câncer morreram devido à falta de tratamento adequado.⁴⁴⁶ Às vezes, era impossível realizar cirurgias desde 7 de outubro de 2023 devido à falta de instalações adequadas.

206. As dificuldades enfrentadas pelos palestinos foram ainda mais agravadas pela recusa das autoridades israelenses em conceder aos palestinos em Gaza autorização para saírem para receber tratamento médico em hospitais na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, ou em outros lugares.⁴⁴⁷ Como resultado, muitos palestinos, incluindo aqueles que já necessitavam de cuidados médicos antes do conflito atual (como pacientes com câncer), não conseguiram obter assistência médica.

207. A Comissão destaca a violência reprodutiva infligida às mulheres palestinas em Gaza. Especificamente, a Comissão observa a destruição da clínica de fertilização in vitro Al-Basma, o maior centro de fertilidade em Gaza. Esta instalação foi intencionalmente atacada e destruída pelas forças de segurança israelenses, cientes de que o resultado de tal conduta seria a prevenção, em parte, da reprodução de mulheres palestinas.

⁴⁴³ Veja acima, 'Matar membros do grupo' e 'Destrução e negação de acesso a instalações e unidades médicas'.

⁴⁴⁴ <https://www.unocha.org/publications/report/occupied-palestinian-territory/gaza-humanitarian-response-update-8-21-june-2025>.

⁴⁴⁵ <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-situation-update-288-gaza-strip>.

⁴⁴⁶ A/79/232, par. 24.

⁴⁴⁷ Veja acima, parágrafo 106.

em Gaza. A Comissão concluiu que a destruição da clínica foi um ato de violência reprodutiva, não apenas conduzido para causar danos físicos e mentais aos palestinos, mas também calculado para impedir nascimentos de palestinos em Gaza e, em parte, destruir os palestinos em Gaza como um grupo. A Comissão conclui que o ataque teve como objetivo destruir o futuro dos palestinos, o crescimento do grupo e sua própria existência.

208. A Comissão conclui que as autoridades israelenses estavam cientes de que, ao destruir o sistema de saúde em Gaza, suas ações levariam à destruição dos palestinos como um grupo. As forças de segurança israelenses não apenas destruíram o sistema de saúde, como também continuaram a matar e ferir palestinos, enquanto intencionalmente os impediam de acessar assistência médica e instalações tão necessárias. Portanto, a Comissão conclui que a destruição sistemática e completa do sistema de saúde em Gaza, a privação de necessidades médicas aos palestinos, induzida pelo cerco, e a negação de vistos de saída médica aos palestinos que mais necessitavam de assistência médica faziam parte da intenção de destruir os palestinos em Gaza, impedindo sua capacidade e possibilidade de se curar, se recuperar e viver.

e. Violência sexual e de gênero

209. A Comissão conclui que as forças de segurança israelenses perpetraram violência sexual e de gênero contra palestinos em Gaza desde 7 de outubro de 2023, incluindo estupro, tortura sexualizada e outras formas de violência sexual. Conforme detalhado acima, tal conduta tem sido generalizada e sistemática, resultando em danos específicos de gênero.⁴⁴⁸ Por exemplo, homens e meninos palestinos foram submetidos a agressões sexuais, incluindo estupro, enquanto as mulheres eram frequentemente severamente humilhadas, deixando um impacto psicológico negativo particular e severo sobre elas.

210. A Comissão ouviu relatos de muitas vítimas palestinas que foram submetidas a violência sexual e de gênero enquanto estavam detidas. Por exemplo, as forças de segurança israelenses espancaram detentos do sexo masculino e atacaram seus genitais, muitas vezes enquanto eles estavam nus. Um detento, por exemplo, declarou ter sido espancado e ter seus genitais chutados com tanta força que vomitou e perdeu a consciência.⁴⁴⁹ Da mesma forma, as forças de segurança israelenses recorreram a agressões e assédios sexuais contra detentas durante a detenção. Por exemplo, algumas detentas foram fotografadas sem o seu consentimento e em circunstâncias degradantes, inclusive de roupa íntima na frente de soldados homens, e essas fotos foram frequentemente publicadas pelas forças de segurança israelenses nas redes sociais.⁴⁵⁰

211. As forças de segurança israelenses cometem atos de violência sexual não apenas para degradar profundamente as vítimas diretas, mas também para humilhar publicamente os palestinos como grupo. Isso fica evidente nas postagens dos soldados israelenses nas redes sociais, onde eles se mostraram descaradamente cometendo atos para desumanizar os palestinos.

212. A violência sexual e de gênero contra palestinos causou não apenas danos físicos, mas também graves danos mentais, por meio da extrema degradação e humilhação das vítimas, que ocorreram desde o momento da prisão e durante toda a detenção, inclusive durante interrogatórios e buscas. É importante ressaltar que a natureza e a escala desses atos não apoiam e não podem justificar as alegações de Israel de que suas operações militares foram conduzidas em legítima defesa, para derrotar o Hamas e outros grupos armados palestinos, ou para garantir a libertação de reféns israelenses.

213. A natureza sexual dos ataques causou danos físicos e psicológicos graves e extremos às vítimas, que afetarão gerações de palestinos. A Comissão considera que a violência sexual e de gênero é instrumentalizada não apenas como punição contra indivíduos, mas como parte de um padrão de punição coletiva para fragmentar, humilhar e subjuguar a população palestina como um todo. A Comissão, portanto, considera que o uso generalizado de violência sexual e

⁴⁴⁸ Veja acima, 'Danos graves causados por maus-tratos severos'. A/

⁴⁴⁹ 79/232, parágrafo 64.

⁴⁵⁰ Ver A/HRC/56/CRP.4, parágrafos 381 e 383.

a violência de gênero contra palestinos em Gaza indica a intenção de destruir os palestinos como grupo.

f. Segmentação direta de crianças

214. A Comissão reitera que, de 7 de Outubro de 2023 a 31 de Julho de 2025, de entre Dos 60.199 palestinos mortos, 18.430 eram crianças, e dezenas de milhares de outras crianças ficaram feridas física e psicologicamente.⁴⁵¹ Além disso, a Save the Children relatou que mais crianças foram mortas na primeira semana após Israel retomar suas operações militares em Gaza em 18 de março de 2025, em comparação com qualquer outra semana desde 7 de outubro de 2023.⁴⁵² Em junho de 2024, o Comissário-Geral da UNRWA relatou que, em média, desde 7 de outubro de 2023, 10 crianças perderam uma ou ambas as pernas por dia e que suas amputações foram realizadas, em sua maioria, sem anestesia devido à prevenção da entrada de suprimentos médicos em Gaza.⁴⁵³

215. É importante ressaltar que a Comissão constatou que crianças foram alvos diretos de diversas maneiras pelas forças de segurança israelenses desde 7 de outubro de 2023, inclusive durante evacuações, em abrigos e, mais recentemente, em locais de distribuição de armas de fogo israelenses (GHF). Profissionais médicos informaram à Comissão que trataram crianças com ferimentos diretos de bala e atiradores, frequentemente na cabeça e no abdômen, indicando que as forças de segurança israelenses alvejaram crianças intencionalmente durante suas operações militares em Gaza. Em relação aos ataques ao longo das rotas de evacuação e dentro de áreas seguras designadas, a Comissão constatou que as forças de segurança israelenses tinham claro conhecimento da presença de civis palestinos, incluindo crianças. Não obstante, as forças de segurança israelenses atiraram e mataram civis, incluindo crianças que seguravam bandeiras brancas improvisadas.⁴⁵⁴ Algumas crianças, incluindo bebês, foram baleadas na cabeça por atiradores.⁴⁵⁵

216. Profissionais médicos trataram muitas crianças com ferimentos diretos de bala na cabeça e na parte superior do corpo, indicando que as crianças foram baleadas por atiradores de elite, drones ou quadricópteros. Os profissionais médicos foram informados pelos pais de que as crianças estavam sozinhas quando foram baleadas ou que os adultos que as acompanhavam saíram completamente ilesos. A Comissão se refere a uma pesquisa realizada com 65 profissionais de saúde voluntários que compartilharam suas experiências em Gaza desde outubro de 2023, cujos resultados foram publicados no The New York Times. De acordo com a pesquisa, dos 53 profissionais de saúde que frequentemente atendiam crianças em situações de emergência em Gaza, 44 médicos, enfermeiros e paramédicos atenderam a múltiplos casos de crianças pré-adolescentes baleadas na cabeça ou no peito.⁴⁵⁶ Por exemplo, um cirurgião declarou que, ao longo de quatro horas, viu "seis crianças entre 5 e 12 anos, todas com ferimentos de bala no crânio". Um anestesista declarou ter visto muitas crianças e que "o ferimento à bala era frequentemente na cabeça. Muitas tinham danos cerebrais permanentes e incuráveis. Era quase diário ver crianças chegando ao hospital com ferimentos de bala na cabeça". A Comissão também destaca que, de acordo com a pesquisa, dos 62 profissionais de saúde que trabalharam regularmente com crianças durante seu tempo em Gaza, 52 médicos, enfermeiros e paramédicos observaram sofrimento psiquiátrico quase universal em crianças pequenas e viram algumas que estavam suicidas ou disseram que desejavam ter morrido. Um ortopedista e cirurgião de mão declarou: "Muitos disseram que desejavam que a próxima bomba os atingisse para pôr fim à sua tortura".

217. Em relação ao ataque directo a crianças nos locais do GHF, como acima referido, vários médicos disseram aos Comissários que trataram muitos palestinos

⁴⁵¹ <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-situation-update-311-gaza-strip>. <https://x.com/>

⁴⁵² Save_GlobalNews/status/1904477090855919962. <https://www.unognewsroom.org/teleprompter/en/>

⁴⁵³ 2242/unrwa-press-conference-update-on-theoccupied-palestinian-territory-25-june-2024/6749.

⁴⁵⁴ A/HRC/56/CRP.4, par. 428; <https://www.aljazeera.com/news/2024/1/29/two-brothers-shot-byisraeli-forces-in-khan-younis-white-flag-ignored>; <https://www.itv.com/news/2024-02-02/gaza-twoyoung-brothers-shot-dead-while-carrying-white-flag>

⁴⁵⁵ Por exemplo, A/HRC/56/CRP.4, parágrafos 130, 213. <https://www.nytimes.com/interactive/2024/10/09/opinion/gaza-doctor-interviews.html>.

⁴⁵⁶ [2024/10/09/opinion/gaza-doctor-interviews.html](https://www.nytimes.com/interactive/2024/10/09/opinion/gaza-doctor-interviews.html).

crianças que foram baleadas em locais do GHF, incluindo uma menina de um ano e meio que foi baleada enquanto estava nos braços da mãe.

218. Há um padrão claro de conduta desde 7 de outubro de 2023, mostrando que as forças de segurança israelenses atacaram diretamente crianças em diferentes circunstâncias com a intenção de matá-las. Em todos os casos investigados pela Comissão, nenhuma das crianças representou qualquer ameaça às forças de segurança israelenses. O ataque a crianças é relevante para inferir a intenção genocida das autoridades israelenses, porque (i) o ataque extensivo e deliberado a crianças palestinas demonstra que as operações militares não foram conduzidas apenas para derrotar o Hamas e outros grupos armados palestinos, nem podem contribuir legitimamente para os outros objetivos declarados de defender o Estado de Israel e garantir a libertação de reféns israelenses; e (ii) o ataque direto e intencional a crianças palestinas teve como objetivo destruir fisicamente o grupo, eliminando não apenas as crianças de hoje, mas também a possibilidade de elas terem filhos no futuro.⁴⁵⁷

219. A Comissão conclui, portanto, que a perseguição generalizada e sistemática de crianças faz parte de uma estratégia para destruir a continuidade biológica e a existência futura do grupo palestino em Gaza, sendo, portanto, parte da intenção de destruir os palestinos em Gaza.

C. Conclusão

220. Com base em provas totalmente conclusivas, a Comissão considera que as declarações das autoridades israelenses constituem prova direta de intenção genocida. Além disso, com base em provas circunstanciais, a Comissão considera que a intenção genocida foi a única inferência razoável que pôde ser tirada com base no padrão de conduta das autoridades israelenses. Assim, a Comissão conclui que as autoridades israelenses e as forças de segurança israelenses têm a intenção genocida de destruir, no todo ou em parte, os palestinos na Faixa de Gaza.

V. Incitação direta e pública à prática de genocídio

221. A incitação direta e pública à prática de genocídio é um ato punível nos termos do artigo III(c) da Convenção sobre Genocídio. Para que um ato constitua incitação direta e pública ao genocídio, o perpetrador precisa ter incitado "direta e publicamente" a prática do genocídio e pretendido fazê-lo. Portanto, a incitação é criminosa em si mesma. Não precisa levar à prática de qualquer ato genocida, mas precisa ser entendida pelo público como um "incitamento à prática de genocídio".⁴⁵⁸

222. A incitação direta e pública à prática de genocídio pode ser expressa por meio de discursos ou outras comunicações verbais, materiais escritos, impressos ou de mídia social, ou meios audiovisuais.⁴⁵⁹ A Comissão observa que é preciso levar em consideração vários fatores, incluindo o contexto social e cultural em que os atos ocorreram e seu impacto potencial no público-alvo.⁴⁶⁰

223. Em relação à *ato reus*, 'incitação direta' não requer necessariamente que tal incitação seja explícita, mas deve equivaler a uma provocação específica de outros para cometer genocídio, mesmo que implícita, e não pode ser sugestões vagas.⁴⁶¹ A "directividade" da incitação deve ter em conta as características culturais e linguísticas

⁴⁵⁷ Veja CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Gâmbia v. Mianmar)*, Declaração Conjunta de Intervenção do Canadá, do Reino da Dinamarca, da República Francesa, da República Federal da Alemanha, do Reino dos Países Baixos e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, 15 de novembro de 2023, parágrafos 68-69.

⁴⁵⁸ ICTR, *Promotor v. Édouard Karemara e outros*, ICTR-98-44-T, Julgamento e Sentença, 2 de fevereiro de 2012, parágrafo 1593.

⁴⁵⁹ ICTR, *Promotor v. Jean-Paul Akayesu*, ICTR-96-4-T, Sentença, 2 de setembro de 1998, par. 559. ICTR, *Promotor v.*

⁴⁶⁰ *Pauline Nyiramasuhuko e outros*, ICTR-98-42-A, Sentença (Câmara de Apelações), 14 de dezembro de 2015, par. 2678; *Promotor v. Ferdinand Nahimana e outros*, ICTR-99-52-A, Julgamento (Câmara de Recursos), 28 de novembro de 2007, parágrafo 700.

⁴⁶¹ ICTR, *Promotor v. Jean-Paul Akayesu*, ICTR-96-4-T, Sentença, 2 de setembro de 1998, par. 557.

conteúdo e se o público de tal incitação entendeu sua implicação.⁴⁶² "Incitação pública" significa que a incitação deve ocorrer "em um local público ou para membros do público em geral por meios como a mídia de massa, por exemplo, rádio ou televisão".⁴⁶³ As mídias sociais também seriam consideradas um lugar público.

224. Em relação à *homens rea*, deve ser estabelecido que o perpetrador pretende "incitar ou provocar diretamente outra pessoa a cometer genocídio" e o perpetrador deve possuir a intenção específica de que o genocídio seja cometido.⁴⁶⁴

225. A Comissão documentou inúmeras declarações e avaliou declarações-chave selecionadas de três autoridades israelenses no contexto do artigo III(c) da Convenção sobre o Genocídio. A Comissão avaliou as declarações do Presidente israelense, como Chefe de Estado, e do Primeiro-Ministro e do Ministro da Defesa, dois dos mais altos cargos no governo israelense e na cadeia de comando militar. Houve muitas outras declarações, algumas mais contundentes e claras do que as abaixo, feitas por outros políticos israelenses, incluindo membros do Gabinete, do Conselho de Segurança, ou do Gabinete de Guerra, por figuras religiosas e por profissionais da mídia.⁴⁶⁵ Esta discussão se concentra apenas nas declarações dos três líderes políticos mais importantes.

226. Em 9 de outubro de 2023, o então Ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, anunciou um cerco completo a Gaza, alegando que Israel estava lutando contra "animais humanos" e deveria "agir de acordo".⁴⁶⁶ Em 10 de outubro de 2023, em um discurso às forças de segurança israelenses, Gallant afirmou ainda: "Gaza não voltará a ser o que era antes. Não haverá Hamas. Eliminaremos tudo. Se não levar um dia, levará uma semana. Levará semanas ou até meses, mas chegaremos a todos os lugares."⁴⁶⁷

227. Em 13 de outubro de 2023, o presidente Isaac Herzog declarou: "A responsabilidade é de toda uma nação. Não é verdade essa retórica sobre civis que não estavam cientes e não estavam envolvidos. É absolutamente falsa. Eles poderiam ter se rebelado. Poderiam ter lutado contra aquele regime maligno que tomou Gaza em um golpe de Estado."⁴⁶⁸

228. O Primeiro-Ministro Netanyahu invocou Amalek em um discurso televisionado em 28 de outubro de 2023, afirmando: "Vocês devem se lembrar do que Amalek fez a vocês, diz nossa Bíblia Sagrada. E nós nos lembramos e estamos lutando. [...] Nossas tropas heroicas têm um objetivo principal e supremo: derrotar completamente o inimigo assassino e garantir nossa existência neste país. Sempre dissemos nunca mais. Nunca mais é agora."⁴⁶⁹ Da mesma forma, em uma carta aos soldados e comandantes israelenses na guerra, em 3 de novembro de 2023, Netanyahu declarou: "Lembrem-se do que Amalek fez a vocês... Esta é uma guerra entre os filhos da luz e os filhos das trevas. Não desistiremos de nossa missão até que a luz vença as trevas."⁴⁷⁰ O discurso de 28 de outubro de 2023 foi postado no YouTube e circulou em outras plataformas de mídia social; somente no YouTube, o vídeo já havia acumulado mais de 72.000 visualizações até abril de 2025.

229. A Comissão observa que, ao avaliar as declarações das autoridades israelenses, deve levar em consideração o contexto em que foram prestadas. Portanto, é importante observar que as declarações foram prestadas após os ataques de 7 de outubro de 2023 em Israel, após as forças israelenses terem lançado operações militares em Gaza. As declarações não eram apenas desumanizantes e expressavam ódio contra os palestinos, mas também incluíam uma referência direta ao que a ação retaliatória de Israel deveria implicar, lembrando aos soldados israelenses a história de Amaleque e dos amalequitas que

⁴⁶² CITR, *Promotor v. Jean-Paul Akayesu*, ICTR-96-4-T, Sentença, 2 de setembro de 1998, par. 557. ICTR,

⁴⁶³ *Promotor v. Jean-Paul Akayesu*, ICTR-96-4-T, Sentença, 2 de setembro de 1998, par. 556. ICTR,

⁴⁶⁴ *Promotor v. Jean-Paul Akayesu*, ICTR-96-4-T, Julgamento, 2 de setembro de 1998, parágrafo 560. Veja,

⁴⁶⁵ por exemplo, <https://law4palestine.org/law-for-palestine-releases-database-with-500-instances-of-israeli-incitement-to-genocide-continuously-updated/>.

⁴⁶⁶ A/HRC/56/26, parágrafo 49.

⁴⁶⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=l9wx7e4u-xM>. A/

⁴⁶⁸ HRC/56/CRP.4, par. 38.

⁴⁶⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=lIPkoDk6isc>. A/

⁴⁷⁰ HRC/56/CRP.4, par. 41.

perseguiu os israelitas, segundo a Bíblia. No Livro de Samuel, Deus diz aos israelitas: "Agora vão e ataquem Amaleque e destruam completamente tudo o que eles têm; não os poupem, mas matem homens e mulheres, crianças e bebês, bois e ovelhas, camelos e jumentos."⁴⁷¹ A invocação de Amalek teve ressonância particular para os militares sionistas religiosos, dos quais agora há muitos milhares nas forças de segurança israelenses.

230. Em relação ao discurso de Gallant, a Comissão observa que ele reiterou a expressão "animais humanos" em 10 de outubro de 2023 em seu discurso aos soldados, mas, desta vez, Gallant se referiu aos combatentes do Hamas como "animais humanos". A Comissão considera que o discurso de 9 de outubro de 2023, proferido no contexto de um cerco total e bloqueio de suprimentos e ajuda, foi dirigido a toda a população de Gaza e seria razoavelmente ouvido e compreendido como tal. Além disso, a Comissão também considera que Gallant apelou à punição coletiva por meio de um cerco total e bloqueio de ajuda humanitária e outros suprimentos em 9 de outubro de 2023, tendo dito especificamente aos soldados um dia depois que "eliminaremos tudo". A Comissão, portanto, considera que essas declarações não foram expressas estritamente no contexto do cerco, mas evidenciam a intenção direta de cometer genocídio ao apelar publicamente pela eliminação dos palestinos em Gaza.

231. A Comissão observa que a declaração do Presidente Isaac Herzog não apelou expressamente ao genocídio do povo palestino em Gaza. No entanto, a declaração deve ser avaliada no contexto do início de uma guerra em que as forças de segurança israelenses haviam acabado de iniciar suas operações militares em Gaza. Portanto, a declaração de que uma nação inteira é responsável pelo ataque de 7 de outubro de 2023 pode ser razoavelmente interpretada como um incitamento ao pessoal das forças de segurança israelenses para atacar os palestinos em Gaza como um grupo, como sendo coletivamente culpados pelo ataque de 7 de outubro de 2023 em Israel. Herzog declarou posteriormente que "há muitos, muitos palestinos inocentes que não concordam" com as ações do Hamas. No entanto, a Comissão considera que o esclarecimento posterior foi fornecido para desviar a responsabilidade pela declaração inicial. A Comissão considera que, na declaração inicial de 13 de outubro de 2023, Herzog deixou inequivocamente claro que todos os civis em Gaza estavam cientes, envolvidos e responsáveis pelas ações do Hamas. Segundo Herzog, se a população civil não concordasse com tais ações, ela poderia ter se rebelado e lutado contra o Hamas; portanto, segundo Herzog, como os civis não se rebelaram contra o Hamas, todos eram igualmente responsáveis. Notavelmente, o slogan "não há pessoas não envolvidas" em Gaza foi posteriormente proclamado por soldados destacados para Gaza e ecoado em diversos locais públicos.⁴⁷² A Anistia Internacional divulgou uma fotografia que mostra o slogan em hebraico em uma torre de vigia militar israelense na Cisjordânia, com as palavras "Destruam Gaza" em inglês abaixo do slogan.⁴⁷³

232. Embora a incitação direta e pública à prática de genocídio seja um crime em si, independentemente de alguém agir ou não, a Comissão, no entanto, faz referência às ações do pessoal das forças de segurança israelenses em Gaza, que puderam ser vistas celebrando sua conduta na demolição de propriedades palestinas. Autoridades israelenses frequentemente falharam em investigar a má conduta dos soldados, e a má conduta dos soldados em terra permaneceu em grande parte impune. Essas falhas demonstram que as ações e a má conduta das forças de segurança israelenses foram totalmente consistentes com as ordens recebidas e refletiram a verdadeira motivação da operação militar. A Comissão, portanto, conclui, com base em fundamentos razoáveis, que essas declarações não apenas permitiram que o pessoal das forças de segurança israelenses desrespeitasse continuamente suas obrigações perante o direito internacional, mas também incitaram os soldados a matar e ferir palestinos em Gaza como vingança pelo ataque de 7 de outubro de 2023 em Israel.

⁴⁷¹ 1 Samuel 15.3 (versão padrão nova revisada). Por exemplo, <https://www.instagram.com/p/C0iu9ZjouuQ/>; <https://youtube.com/shorts/7pc2bL8tTC0?si=P27ZCaIckiqBCgw9>.

⁴⁷² <https://www.amnesty.org/en/documents/mde15/8668/2024/en/>, p. 254.

233. Assim, a Comissão conclui que a "incitação direta e pública à prática de genocídio", prevista no artigo III(c) da Convenção sobre Genocídio, está estabelecida em relação aos discursos e declarações acima mencionados do Presidente israelense Isaac Herzog, do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu e do então Ministro da Defesa Yoav Gallant. A Comissão não avaliou integralmente as declarações de outros líderes políticos e militares israelenses, incluindo o Ministro da Segurança Nacional Itamar Ben-Gvir e o Ministro das Finanças Bezalel Smotrich, e considera que elas também devem ser avaliadas para determinar se constituem incitação à prática de genocídio.

VI. Consequências jurídicas para os Estados e suas obrigações

A. Estado de Israel

234. De acordo com a Convenção sobre Genocídio, um Estado-Parte é obrigado a prevenir o genocídio, a não cometer ou incitar a prática de genocídio e a punir o genocídio. Um Estado é responsável por um ato ou omissão de um órgão cuja conduta lhe seja atribuível, por sua falha em prevenir o genocídio, pela prática ou incitação ao genocídio, ou por sua falha em punir a prática de genocídio. A Comissão faz referência aos Artigos da Convenção Internacional sobre Responsabilidade dos Estados por Atos Internacionais Ilícitos ("Minuta de Artigos da Convenção Internacional sobre Genocídio") e observa que a conduta de qualquer órgão estatal será considerada um ato desse Estado nos termos do direito internacional.⁴⁷⁴ O Tribunal Internacional de Justiça confirmou que esta regra é de caráter consuetudinário e, portanto, vincula todos os Estados.⁴⁷⁵

235. Um órgão de um Estado pode ser uma entidade ou uma pessoa, incluindo um titular de cargo, um departamento, uma comissão ou outro órgão que exerça autoridade pública, incluindo as forças armadas em geral ou uma unidade militar específica. Para ser considerado um órgão de um Estado, o significado de 'entidade' e 'pessoa' deve ser interpretado no sentido mais geral, que inclui, mas não se limita a, "órgãos do governo central, [...] funcionários de alto escalão ou [...] pessoas com responsabilidade pelas relações externas do Estado. Estende-se a órgãos de governo de qualquer tipo ou classificação, que exerçam quaisquer funções e em qualquer nível hierárquico, incluindo aqueles em nível provincial ou mesmo local".⁴⁷⁶ A responsabilidade do Estado pode ser incorrida se um órgão estatal cometer um ato internacionalmente ilícito em sua capacidade oficial.

236. A Comissão observa que, ao contrário do que acontece no *Bósnia x Sérvia*⁴⁷⁷ No caso em questão, não há um tribunal penal internacional que tenha ainda se pronunciado sobre a responsabilidade penal individual pelo crime de genocídio nesta situação. No entanto, a Comissão observa que a responsabilidade do Estado, nos termos da Convenção sobre Genocídio, não depende da constatação da culpa de um indivíduo nos termos do direito penal internacional.

237. Conforme discutido anteriormente, membros das forças de segurança israelenses realizaram os atos físicos de genocídio (artigos II(a)-(d) da Convenção sobre Genocídio) sob as instruções e o controle da liderança militar e política israelense, frequentemente vinculados e consistentes com as declarações feitas por autoridades políticas e líderes militares israelenses desde 7 de outubro de 2023. A Comissão observa que os líderes militares e os tribunais israelenses têm o poder de prevenir e punir os crimes cometidos por membros das forças de segurança israelenses. A Comissão reitera, conforme discutido em seus relatórios anteriores, que não possui evidências de que Israel tenha conduzido quaisquer investigações, processos ou julgamentos genuínos relacionados a esses crimes.⁴⁷⁸

⁴⁷⁴ ILC, *Projetos de artigos sobre a Responsabilidade dos Estados por Atos Internacionais Ilícitos, com comentários*, 2001, art. 4.

⁴⁷⁵ CIJ, *Diferença relativa à imunidade de processo legal de um relator especial da Comissão de Direitos Humanos, Parecer Consultivo, Relatórios do CIJ 1999*, p. 62,29 de abril de 1999, p. 87, par. 62.

⁴⁷⁶ ILC, *Projetos de artigos sobre a Responsabilidade dos Estados por Atos Internacionais Ilícitos, com comentários*, 2001, art. 4, parágrafos 6 e 12.

⁴⁷⁷ Por exemplo, A/79/232, parágrafo 72; A/HRC/56/CRP.4, parágrafos 74 e 217.

238. A Comissão concluiu, com base em fundamentos razoáveis, que os líderes políticos e militares israelenses possuem a intenção específica de cometer genocídio contra os palestinos em Gaza, com base em suas declarações e no padrão de conduta daqueles sob seu comando desde 7 de outubro de 2023.

239. A Comissão também examinou a estrutura de comando israelense especificamente em relação à campanha militar em Gaza. A Comissão observa que, dentro das Forças Armadas, o nível de comando supremo é o Chefe do Estado-Maior General,⁴⁷⁸ que é subordinado ao Ministro da Defesa e está sujeito à autoridade do Governo.⁴⁷⁹ O Ministro da Defesa é, portanto, responsável pelas operações diárias das forças armadas, enquanto o Governo israelense é responsável pela estratégia das forças armadas.⁴⁸⁰ A Comissão considera que os líderes políticos e militares israelenses responsáveis pela estratégia de guerra são, em última análise, responsáveis pela prática dos atos de genocídio subjacentes por membros das forças de segurança israelenses. A Comissão considera que os líderes políticos e militares israelenses são agentes do Estado de Israel; portanto, seus atos são atribuíveis ao Estado de Israel.

240. A Comissão conclui, portanto, que o Estado de Israel é responsável pela prática de genocídio contra os palestinos em Gaza como um grupo, nomeadamente pelos atos enumerados nos artigos II(a)-(d) da Convenção sobre o Genocídio: (a) matar membros do grupo; (b) causar danos físicos ou mentais graves aos membros do grupo; (c) impor deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar a sua destruição física, no todo ou em parte; e (d) impor medidas destinadas a impedir nascimentos dentro do grupo.

241. Um Estado também pode incorrer em responsabilidade por não prevenir ou punir o genocídio.⁴⁸¹ De acordo com o Tribunal Internacional de Justiça em *Bósnia v. Sérvia*, um Estado é obrigado a impedir a prática do crime de genocídio se, numa dada situação, tiver “manifestamente falhado em tomar todas as medidas para impedir o genocídio que estavam ao seu alcance e que poderiam ter contribuído para impedir o genocídio”.⁴⁸² O Tribunal também afirmou: “A obrigação de um Estado de prevenir, e o correspondente dever de agir, surgem no instante em que o Estado toma conhecimento, ou normalmente deveria ter tomado conhecimento, da existência de um risco grave de genocídio. A partir desse momento, se o Estado tiver à sua disposição meios suscetíveis de ter um efeito dissuasor sobre aqueles suspeitos de preparar genocídio, ou razoavelmente suspeitos de abrigar intenção específica (*dolus specialis*), tem o dever de fazer uso desses meios conforme as circunstâncias o permitirem.”⁴⁸³ Em 24 de janeiro de 2024, Israel foi notificado de um sério risco de genocídio, o que desencadeou sua obrigação de preveni-lo.

242. Conforme observado acima, a Comissão não recebeu nenhuma evidência de que Israel tenha agido de alguma forma para prevenir ou punir o genocídio, inclusive deixando de conduzir quaisquer investigações ou processos genuínos.⁴⁸⁴ Pelo contrário, a Comissão concluiu que as autoridades israelitas, tanto políticas como militares, justificaram frequentemente a conduta das forças de segurança israelitas e fizeram declarações de encorajamento, o que levou a

⁴⁷⁸ Israel: Lei Básica de 1976, O Exército, art. 3(A), disponível em <https://www.refworld.org/legal/legislation/natlegbod/1976/en/28150>. Israel: Lei Básica de 1976, O Exército, art. 3, disponível em

⁴⁷⁹ <https://www.refworld.org/legal/legislation/natlegbod/1976/en/28150>. <https://www.lawfaremedia.org/article/israel's-war-cabinet-a-brief-history-of-war-powers-andinstitutional-ambiguity>

⁴⁸⁰

⁴⁸¹ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro), Acórdão, Relatórios do TJJ 2007*, p. 43,26 de fevereiro de 2007, parágrafo 383.

⁴⁸² CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro), Acórdão, Relatórios do TJJ 2007*, p. 43,26 de fevereiro de 2007, parágrafos 430 e 461.

⁴⁸³ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro), Acórdão, Relatórios do TJJ 2007*, p. 43,26 de fevereiro de 2007, parágrafo 431.

⁴⁸⁴ Por exemplo, A/79/232, parágrafo 72; A/HRC/56/CRP.4, parágrafos 74 e 217.

a prática de novos crimes. O dever de punir a prática de genocídio surge quando atos genocidas são cometidos. Tal dever exige que Israel investigue efetivamente e puna devidamente os atos que possam configurar genocídio.⁴⁸⁵ Fica claro, a partir do padrão de conduta das autoridades israelenses, que os crimes cometidos por soldados ficaram em grande parte impunes, o que fica evidente pela justificativa das autoridades para as ações dos soldados e por seu incentivo. Portanto, a Comissão conclui que o Estado de Israel não preveniu e puniu a prática de genocídio, conforme exigido pelo Artigo I da Convenção sobre Genocídio.

243. A Comissão conclui que as ações de Israel constituem violações de suas obrigações sob a Convenção sobre Genocídio, nomeadamente pela prática de genocídio por seus órgãos e pela falha em prevenir e punir a prática do crime. Israel tem a obrigação de imediatamente (i) cessar todas as atividades, incluindo operações militares, que sejam inconsistentes com suas obrigações sob a Convenção sobre Genocídio; (ii) cumprir todas as medidas provisórias ordenadas pela Corte Internacional de Justiça e tomar todas as medidas ao seu alcance para prevenir e punir a prática de todos os atos abrangidos pelos artigos II(a)–(d) da Convenção sobre Genocídio; e (iii) reparar integralmente os danos e prejuízos causados aos palestinos como grupo, na forma de restituição, compensação e satisfação.⁴⁸⁶ Além disso, a Comissão observa que Israel deve conceder acesso à Comissão e permitir que ela entre em Gaza para investigar alegações de genocídio, em conformidade com a ordem do Tribunal Internacional de Justiça.

244. Em relação ao crime de incitação direta e pública à prática de genocídio, a Comissão considera que os atos dos funcionários, como agentes do Estado de Israel, são imputáveis ao Estado de Israel, além de constituírem crimes individuais nos termos do direito internacional. A Comissão conclui, portanto, que Israel é responsável, nos termos do artigo III(c) da Convenção sobre Genocídio, pela incitação direta e pública, por seus funcionários, à prática de genocídio contra os palestinos em Gaza como grupo.

245. O Artigo IV da Convenção sobre Genocídio obriga os Estados a punir indivíduos que tenham cometido atos de incitação direta e pública à prática de genocídio, independentemente da função oficial do perpetrador. Portanto, a Comissão enfatiza que Israel tem o dever de investigar e, quando aplicável, punir pessoas, incluindo líderes políticos e militares e membros das forças de segurança israelenses, que tenham incitado direta e publicamente outros a cometer genocídio contra os palestinos em Gaza como grupo.

B. Terceiros Estados

246. O dever de prevenir e punir o genocídio aplica-se não apenas ao Estado responsável, mas a todos os Estados Partes da Convenção sobre o Genocídio e, na verdade, a todos os Estados sob o direito internacional consuetudinário. *Tração Barcelona* caso, o Tribunal Internacional de Justiça reconheceu a *erga omnes* obrigação de prevenir e punir o genocídio⁴⁸⁷ e sustentou que a Convenção sobre Genocídio obriga todos os Estados Partes a prevenir e punir o crime de genocídio.⁴⁸⁸ Mesmo na ausência de uma ordem expressa da Corte Internacional de Justiça, todos os Estados têm o dever de avaliar se uma violação da Convenção sobre Genocídio ocorreu ou pode ocorrer e tomar medidas para determinar suas próprias obrigações na prevenção e punição de tais atos.

247. Em 26 de janeiro de 2024, na sua primeira das três ordens de medidas provisórias no *Africa do Sul x Israel* caso em apreço, o Tribunal Internacional de Justiça alertou todos os Estados sobre a plausibilidade do Estado de Israel cometer genocídio nas suas operações militares.

⁴⁸⁵ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do TJI 2007, p. 43, 26 de fevereiro de 2007, 430.

⁴⁸⁶ ILC, *Projetos de artigos sobre a Responsabilidade dos Estados por Atos Internacionais Ilícitos, com comentários*, 2001, artes. 34-37.

⁴⁸⁷ CIJ, *Barcelona Traction, Light and Power Company, Limited, Julgamento, Relatórios do Tribunal Internacional de Justiça 1970*, p. 3, 5 de fevereiro de 1970, parágrafos 33-34. Convenção sobre Genocídio, art. I.

⁴⁸⁸

em Gaza desde 7 de outubro de 2023. O Tribunal afirmou que “pelo menos alguns dos direitos reivindicados pela África do Sul e para os quais busca proteção são plausíveis. Este é o caso em relação ao direito dos palestinos em Gaza de serem protegidos contra atos de genocídio e atos proibidos relacionados identificados no Artigo III [da Convenção sobre Genocídio]”.⁴⁸⁹ Constatou-se “um risco real e iminente de que sejam causados prejuízos irreparáveis aos direitos considerados plausíveis pelo Tribunal”.⁴⁹⁰

248. Observou, *entre outros*, as condições de vida catastróficas em Gaza. Em 24 de maio de 2024, o Tribunal reforçou sua decisão anterior, afirmando que “a situação atual decorrente da ofensiva militar de Israel em Rafah acarreta um risco adicional de prejuízo irreparável aos direitos plausíveis reivindicados pela África do Sul e que há urgência, no sentido de que existe um risco real e iminente de que tal prejuízo seja causado antes que o Tribunal profira sua decisão final”.⁴⁹¹ Ordenou a Israel que “interrompa imediatamente sua ofensiva militar e qualquer outra ação na província de Rafah que possa infligir ao grupo palestino em Gaza condições de vida que possam causar sua destruição física, total ou parcial”.⁴⁹² A Comissão enfatiza a importância dessas medidas provisórias ao fornecer uma declaração forte a outros Estados sobre suas obrigações de prevenir e punir o genocídio.

249. Portanto, a Comissão considera que, pelo menos desde 26 de janeiro de 2024, quando a Corte Internacional de Justiça ordenou suas primeiras medidas provisórias, todos os Estados Partes da Convenção sobre Genocídio, e também todos os outros Estados, foram notificados de um sério risco de que um genocídio estivesse sendo ou viesse a ser cometido. Assim, o dever de prevenir o genocídio foi desencadeado devido ao conhecimento real ou construtivo da plausibilidade imediata de que o genocídio estivesse sendo ou estivesse prestes a ser cometido. De acordo com a Corte Internacional de Justiça, quando os Estados Partes são capazes de contribuir para a prevenção do genocídio, eles são obrigados a “empregar todos os meios razoavelmente disponíveis para prevenir o genocídio na medida do possível”.⁴⁹³ Pode haver responsabilidade se um Estado Parte “manifestamente não tomar todas as medidas para impedir o genocídio que estavam ao seu alcance e que poderiam ter contribuído para impedir o genocídio”.⁴⁹⁴

250. Em conformidade com as obrigações promulgadas ao abrigo da Convenção sobre o Genocídio, a Comissão observa, portanto, que os Estados são obrigados a (i) garantir que Israel implemente todas as ordens de medidas provisórias emitidas pelo Tribunal Internacional de Justiça; (ii) cooperar para pôr termo a todas as ações israelitas em Gaza que constituam uma violação da Convenção sobre o Genocídio; (iii) tomar medidas para garantir a prevenção de condutas que possam constituir um ato de genocídio ao abrigo da Convenção sobre o Genocídio, incluindo a transferência de armas que sejam utilizadas ou que possam ser utilizadas por Israel para cometer atos genocidas; (iv) não reconhecer como lícitas as operações militares em Gaza que conduziram às violações das normas peremptórias. (*jus cogens*), incluindo genocídio; e (v) conduzir investigações e tomar medidas para garantir a punição das violações das normas peremptórias.⁴⁹⁵ A Comissão recomenda que, no cumprimento destes

⁴⁸⁹ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Pedido de Indicação de Medidas Provisórias, Despacho, 26 de janeiro de 2024, parágrafo 54.

⁴⁹⁰ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Pedido de Indicação de Medidas Provisórias, Despacho, 26 de janeiro de 2024, parágrafo 74.

⁴⁹¹ CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Ordem, 24 de maio de 2024, parágrafo 47.

⁴⁹² CIJ, *Aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul v. Israel)*, Ordem, 24 de maio de 2024, parágrafo 50.

⁴⁹³ CIJ, *Caso relativo à aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do CIJ 2007, p. 43,26 de fevereiro de 2007, parágrafo 430.

⁴⁹⁴ CIJ, *Caso relativo à aplicação da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v. Sérvia e Montenegro)*, Acórdão, Relatórios do CIJ 2007, p. 43,26 de fevereiro de 2007, parágrafo 430.

⁴⁹⁵ ILC, *Projetos de artigos sobre a Responsabilidade dos Estados por Atos Internacionais Ilícitos, com comentários*, 2001, art. 41.

obrigações, os Estados (i) intervêm nos procedimentos do Tribunal Internacional de Justiça *Africa do Sul v. Israel*; e (ii) apoiar e cooperar plenamente com o Gabinete do Procurador do Tribunal Penal Internacional na sua investigação sobre a situação no Estado da Palestina, com o objectivo de promover a responsabilização internacional.

VII. Conclusões

251. A análise da Comissão neste relatório refere-se exclusivamente à determinação de genocídio sob a Convenção sobre Genocídio, visto que se refere à responsabilidade do Estado de Israel tanto pela falha em prevenir o genocídio, por cometer genocídio contra os palestinos em Gaza desde outubro de 2023, quanto pela falha em punir o genocídio. A Comissão também observa que, embora sua análise se limite especificamente aos palestinos em Gaza durante o período desde 7 de outubro de 2023, ela, no entanto, levanta a séria preocupação de que a intenção específica de destruir os palestinos como um todo tenha se estendido ao restante do território palestino ocupado, ou seja, à Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, com base nas ações das autoridades israelenses e das forças de segurança israelenses no local, e ao período anterior a 7 de outubro de 2023. Os eventos em Gaza desde 7 de outubro de 2023 não ocorreram isoladamente, como a Comissão observou. Eles foram precedidos por décadas de ocupação ilegal e repressão sob uma ideologia que exigia a remoção da população palestina de suas terras e sua recolocação.

252. A Comissão conclui, com base em fundamentos razoáveis, que as autoridades israelitas e as forças de segurança israelitas cometem e continuam a cometer as seguintes infracções: *ato reusde genocídio contra os palestinos na Faixa de Gaza, nomeadamente (i) matar membros do grupo; (ii) causar danos físicos ou mentais graves aos membros do grupo; (iii) impor deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar a sua destruição física, no todo ou em parte; e (iv) impor medidas destinadas a impedir nascimentos dentro do grupo.*

253. Sobre a incitação ao genocídio, a Comissão conclui que o presidente israelense Isaac Herzog, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e o então ministro da Defesa, Yoav Gallant, incitaram a prática do genocídio e que as autoridades israelenses não tomaram medidas contra eles para punir essa incitação. A Comissão não avaliou completamente as declarações de outros líderes políticos e militares israelenses, incluindo o Ministro da Segurança Nacional Itamar Ben-Gvir e o Ministro das Finanças Bezalel Smotrich, e considera que elas também devem ser avaliadas para determinar se constituem incitação ao genocídio.

254. *No homens rea* Em relação ao genocídio, a Comissão conclui que as declarações das autoridades israelenses constituem prova direta de intenção genocida. Além disso, a Comissão conclui que o padrão de conduta constitui prova circunstancial de intenção genocida e que a intenção genocida foi a única inferência razoável que pôde ser extraída da totalidade das provas. Assim, a Comissão conclui que as autoridades israelenses e as forças de segurança israelenses tiveram e continuam a ter a intenção genocida de destruir, no todo ou em parte, os palestinos na Faixa de Gaza.

255. A Comissão conclui que o Estado de Israel é responsável pela falha em impedir o genocídio, pela prática do genocídio e pela falha em punir o genocídio contra os palestinos na Faixa de Gaza.

VIII. Recomendações

256. A Comissão recomenda que o Governo de Israel:

(a) Pôr fim imediato à prática do genocídio na Faixa de Gaza e cumprir integralmente as medidas provisórias do Tribunal Internacional de Justiça nas suas ordens de 26 de janeiro, 28 de março e 24 de maio de 2024;

- (b) Implementar imediatamente um cessar-fogo permanente e completo em Gaza e pôr fim a todas as operações militares no território palestino ocupado que envolvam a prática de atos genocidas;
- (c) Restaurar, permitir e garantir o acesso irrestrito de todos os serviços das Nações Unidas pessoal, incluindo o pessoal internacional da UNRWA, e todas as agências internacionais que coordenam ou fornecem ajuda humanitária no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental;
- (d) Acabar imediatamente com a sua política de fome e pôr fim à distribuição de ajuda alimentar através da Fundação Humanitária de Gaza;
- (e) Garantir o acesso pleno e sem entraves à ajuda humanitária em grande escala e por meio de vários pontos de distribuição em toda a Faixa de Gaza, incluindo alimentos, água limpa, equipamentos médicos e medicamentos para todas as áreas de Gaza por meio de uma resposta humanitária liderada pela ONU;
- (f) Permitir, facilitar e garantir a evacuação médica sem impedimentos de Palestinos de Gaza para terceiros Estados;
- (g) Permitir, facilitar e garantir o acesso irrestrito a Gaza por equipes médicas de emergência;
- (h) Permitir à Comissão o acesso a Israel e à Palestina ocupada território, incluindo Jerusalém Oriental, para continuar suas investigações;
- (i) Investigar e punir a prática de genocídio e incitação ao genocídio contra a população palestina na Faixa de Gaza.

257. A Comissão recomenda que todos os Estados-Membros:

- (a) Empregar todos os meios razoavelmente disponíveis para impedir a comissão de genocídio na Faixa de Gaza;
- (b) Cessar a transferência de armas e outros equipamentos ou itens, incluindo combustível de aviação, para o Estado de Israel ou para terceiros Estados onde haja motivos para suspeitar da sua utilização em operações militares que tenham envolvido ou possam envolver a prática de genocídio;
- (c) Garantir que os indivíduos e as empresas nos seus territórios e dentro sua jurisdição não está envolvida na prática de genocídio, auxiliando e auxiliando a prática de genocídio ou incitando à prática de genocídio e investigando e processando aqueles que podem estar implicados nesses crimes sob o direito internacional;
- (d) Facilitar as investigações e os procedimentos internos e tomar ação (incluindo a imposição de sanções) contra o Estado de Israel e contra indivíduos ou empresas que estejam envolvidos ou facilitem a prática de genocídio ou incitação à prática de genocídio;
- (e) Cooperar com a investigação do Ministério Público de o Tribunal Penal Internacional.

258. A Comissão recomenda que o Procurador do Tribunal Penal Internacional:

- (a) Examinar, no âmbito da sua investigação em curso no *Situação na Estado da Palestina*, o crime de genocídio para alteração de mandados de prisão existentes e acréscimo a futuros pedidos de mandados de prisão;
 - (b) Examinar o envolvimento dos funcionários mencionados neste relatório para inclusão como os maiores responsáveis pelos crimes internacionais cometidos no território palestino ocupado.
-